

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SÓCIO ESPACIAL E REGIONAL**

**PERMANÊNCIAS E RUPTURAS À LUZ DA DINÂMICA TERRITORIAL DE
SOLTA/ CHAPADA DAS MESAS/ MA**

MARLENE DE JESUS GOMES COSTA

Orientador: Profa. Dra. Ana Rosa Marques

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão(UEMA), para a conclusão do mestrado .

São Luís
2016

MARLENE DE JESUS GOMES COSTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão(UEMA), para a conclusão do mestrado .

PERMANÊNCIAS E RUPTURAS À LUZ DA DINÂMICA TERRITORIAL DE SOLTA/ CHAPADA DAS MESAS/ MA

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Rosa Marques (Orientadora)

Departamento de História e Geografia
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Prof. Dr. Isaac Giribet Bernat (Examinador)

Programa de Pós-Graduação Socioespacial e Regional
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Junior(Examinador)

Programa de Pós-Graduação Socioespacial e Regional
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Á minha filha Yasmin, ao meu esposo Wellington, a todos os meus familiares, pela motivação e compreensão na realização deste trabalho. Aos os moradores do povoado Solta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, pela saúde, pela oportunidade de ingressar na universidade em nível de mestrado (algo que outrora não imaginava que pudesse ocorrer um dia), por todas as vitórias alcançadas. Obrigada Paizinho amado!!! O Senhor cuida de minha vida, Ele prova seu amor a cada passo que dou e por isso Lhe sou eternamente grata!

À minha família amada, meus pais Antonio e Eliene e meus irmãos Marina, Marcia, Elias e Antonio, pelo apoio e auxílio dados a mim em todos os instantes da vida. A Ricardo, meu cunhado e meus lindos sobrinhos, Caio Gabriel e Camila. Meu muito obrigada a cada um, sem vocês a jornada seria muito mais pesada sem vocês! Ao meu esposo e companheiro Welligton, por estar sempre ao meu lado apoiando, incentivando e colaborando para o meu desenvolvimento. Á minha filha Yasmin, a minha “florzinha branca”, que nos traz tanta alegria.

Aos meus queridos avós, Marina (paterna) e Raimundo (materno) que apesar da distancia estão sempre presentes em minha orações e pensamentos. Á minha tia amada Consuelo pelo estímulo e apoio, por estar sempre presente em todos os momentos importantes da minha vida. Á tia Auricélia por sempre lançar palavras do coração de Deus ao meu nos momentos de luta e ansiedade. À família adquirida com o casamento, à vovó Liz, sra Rosália, Sr Manuel, meus sogros, às minhas cunhadas: Lucélia, Lucidélia e Luciana, além do sobrinho José Victor, por todo apoio e palavras de incentivo dadas a mim em cada momento juntos. Muito obrigada! É uma grande honra tê-los na minha vida!

Á Profª Drª. Ana Rosa Marques pela oportunidade, paciência, atenção e orientação dadas a mim em todos momentos da pesquisa, contribuindo para minha formação não só acadêmica mas pessoal também. Sua força, paciência, estímulo, carinho e determinação me fascinam! “Quando eu crescer quero ser igual a você!!” .

Aos professores e professoras do departamento de História e Geografia desta Universidade, especialmente ao Profº Cláudio Eduardo, ao Profº Cláudio José, à Profª Rosalva, ao Profº Sampaio, à Profa Kedma, á Profa Quésia, à Profa Wasti, ao Prof Fernando, à Profa Íris, á Profa Nadja, à Profa Karina, à Profa Regina e todo o corpo docente da instituição com os quais tive contato em algum momento na academia.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da UEMA: Profª Dra Zulene, Profº Dr. José Sampaio(novamente), Profº Dr. Isaac

Giribet, Prof^o Dr. Alan Kardec Prof^o Dr. Frederico Burnet, Prof^o Dr. Antonio José, Prof^a Dra Marivanea, Prof^a Dra Franci , Prof^a Dra. Monica Picollo. As disciplinas ministradas pelos senhores e senhoras contribuíram e muito para construção do conhecimento e embasamento desta pesquisa. Muito obrigada a todos(as)!

Aos meus colegas da 4^o turma do Mestrado PPDSR, Hellen, Jaciene, Maxuel, Maria, Ricardo, Francilene, Rui, Alfredo, Wendell, Leila e Graziela. Foi muito bom ter compartilhado com vocês momentos da formação no espaço sala de aula e fora dela. Sinto saudades! As minhas expectativas são de que nossas pesquisas possam servir de alguma forma para o compreensão e análise de nossa sociedade e não só isso, que possam servir de embasamento para mudanças de realidade social. Assim espero!

Agradeço as “meninas” da secretaria do núcleo de pós-graduação do PPDSR: Gracimila e Elizete, que sempre com um sorriso no rosto atendiam às nossas necessidades sem medir esforços. Obrigada! Vocês são 10!

Ao Ten. Cel. Adenilson, ao ten. Holanda pela liberação do serviço para ida a campo para realização da pesquisa num momento muito delicado em que o prazo de entrega e defesa da pesquisa se aproximava. Sou eternamente grata! A todos os policiais do Batalhão de Polícia Ambiental/ BPA/ PM MA, que me acolheram de “braços abertos” e que têm contribuído para minha vida profissional, destacando a Sd e amiga Zuleide, além do Sgt e amigo Moisanuel que muito contribuíram com suas colaborações e incentivo na etapa final da pesquisa. Muitíssimo obrigada queridos!

E principalmente, aos que em mim fizeram despertar a curiosidade de conhecê-los e compreender como se dá sua dinâmica em seu território, a quem dedico este trabalho, torcendo para que continuem firmes e determinados naquilo em que acreditam em prol de sua população local. Aos moradores entrevistados da área do povoado Solta na Região da Chapada das Mesas. Foi de fundamental importância a participação dos senhores e senhoras neste trabalho. Aqui posso destacar: Sr. Cesar, Sra Alzerina, Sr. Neto, Sra Felicidade, Sr José Bezerra , Sra Maria da Penha, Sr Pedro da Cruz, Sr Remilson, Sra Maria Helena, Sra Rosália, Tomas, Sra Ana Amélia, , Sr Faustino, Sr Geovane, Sr Valdimiro, Sr João, Sra Deuselina, Sra Joana, Sra Oneide, Sr Clodomir, Sra Maria Bezerra(dona Didé), Sr Leandro, Sra Maria Cristiane, Sr Edvaldo, Sra Iraí, , Sr Werik, Sra Anália, Sr José Pereira, além de toda a população do povoado que nos acolheu prontamente. Muito obrigada!

Além de órgãos e instituições públicas e privadas nas quais estivemos realizando a investigação. Aos funcionários públicos da prefeitura de Carolina, Sr Valter e Sr Atila pelas entrevistas concedidas. Ao funcionário público federal, responsável pelo ICMBio em Carolina, Paulo Dias, por todo o apoio dado desde o início da pesquisa o que facilitou a trabalho de campo, Obrigada! Ao então (2014) responsável pela empresa Fruta Sã, Sr Mayk pela entrevista concedida.

Também queremos deixar registrado nosso agradecimento à CAPS, pela concessão da bolsa de fomento, ressaltando que esse apoio foi de suma importância durante todo o decorrer da pesquisa de mestrado. Muito obrigada pela oportunidade!

Enfim, meu MUITO OBRIGADA a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que essa pesquisa fosse realizada. Encerro esta etapa na produção do conhecimento certa de que nada está concluído, pois, o trabalho de pesquisa acadêmico “é um progresso dentro do conhecimento: seja ele um esclarecimento novo sobre uma questão em debate, a reconstrução de um corpo explicativo ou o aprofundamento da análise sobre um ponto importante” (MICHEL BEAUD, 2005, p. 63).

Nesta perspectiva, nos auto-avaliamos e vemos que quanto mais buscamos por respostas em meio à realidade, novas questões surgem, novas dinâmicas, novos começos e recomeços o que demonstra que a realidade nunca se apresentará pronta e acabada. Mas sempre dando novas oportunidades para (re) construção do conhecimento.

“Esforço-me para ficar atento, aberto, curioso, com relação à tudo que pode interferir nos campos de trabalho. Quer dizer que quanto mais avanço no conhecimento de um objeto de pesquisa mais descubro relações a analisar, questões novas a resolver, sem falar na re colocação em questão da própria abordagem e da problemática. [...] quanto mais profundo e amplo meu campo de conhecimento, mais se torna aguda a consciência que tenho a extensão de minha ignorância”.

Michel Beaud

RESUMO

As populações tradicionais da região da Chapada das Mesas vivem com os elementos naturais e se encontram basicamente em equilíbrio, compondo uma paisagem única e exuberante como o bioma cerrado. No território tem ocorrido mudanças, principalmente por imposição da forma capitalista de desenvolvimento baseada no agronegócio, que favorece a monocultura da soja, cana e eucalipto. Neste sentido, estudar a população de Solta, localizada na área de abrangência do Parque Nacional da Chapada das Mesas é interessante porque a mesma é uma referência na região, no trabalho que executa com beneficiamento de frutas do cerrado, e, além disso, por conseguir manter traços culturais que marcam sua história, seu patrimônio. Dessa forma, propõe-se como objetivo geral analisar a dinâmica territorial da comunidade Solta na Região da Chapada das Mesas buscando entender a manutenção da sua tradicionalidade em meio ao processo de modernização da área rural brasileira com a chegada de políticas públicas em seu território. A perspectiva teórico-metodológica adotada neste trabalho foi o Materialismo Histórico e Dialético que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, e que visa alcançar a essência do objeto. (PAULO NETTO, 2011). Utilizou-se também os instrumentos de análise dos dados por meio da abordagem qualitativa. Como resultados, pudemos observar que há uma dinâmica territorial desenvolvida em Solta baseada na sustentabilidade do cerrado, através do extrativismo e beneficiamento de frutos. Muitas mudanças vêm ocorrendo ao longo do tempo, são elementos dinamizadores nesse povoado, a implantação de políticas públicas em seu território que começaram a partir da década de 1990, como por exemplo a chegada de energia, o acesso a financiamentos como o PRONAF e PPP-ECOS. O que podemos considerar diante o “caminhar” e o analisar deste trabalho, é que existem outras formas de desenvolvimento diferenciadas da lógica capitalista que promove desigualdade e a pobreza e concomitantemente a cada dia mais impactos socioambientais.

Palavras - Chave: Dinâmica territorial. Territorialidade. Solta. Sustentabilidade.

ABSTRACT

Traditional populations of the tables Chapada living with the natural elements and are basically in balance, creating a unique and lush landscape as the cerrado. The territory has been changes, mainly by imposing the capitalist form of development based on agribusiness, which favors monoculture of soy, sugarcane and eucalyptus. In this sense, study the population of Solta, located in the area of coverage of the tables Chapada National Park is interesting because it is a reference in the region, at work performing with cerrado fruit processing, and, moreover, for achieving maintain cultural traits that mark their history, their heritage. Thus, it is proposed as a general objective to analyze the territorial dynamics of Solta community in the tables Chapada region seeking to understand the maintenance of its traditionalism in the midst of the modernization process of the Brazilian rural area with the arrival of public policy on its territory. The theoretical and methodological approach adopted in this work was the Historical and Dialectical Materialism which provides theoretical knowledge, based on the appearance, and which aims to achieve the essence of the object. (NETTO PAULO, 2011). It also used the tools of analysis of data through a qualitative approach. As a result, we observed that there is a territorial dynamics developed in Solta based on cerrado sustainability by extractive and fruit processing. Many changes have occurred over time, are the driving forces in this village, the implementation of public policies in their territory who started from the 1990s, such as the energy of arrival, access to finance as the PRONAF and PPP- ECOS. What we can consider before "walking" and analyze this work is that there are other forms of differentiated development of capitalist logic that promotes inequality and poverty and concurrently each day more environmental impacts.

Key - Words: territorial dynamics. Territoriality. Loose. Sustainability.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPPC	Associação Agroextrativista dos Pequenos Produtores de Carolina
ABM	Associação dos Bezerra de Moraes
	Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do
AGERP	Maranhão
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CEPEL	Centro de Pesquisa de Energia Elétrica
CESTE	Consortio
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
ELETRORBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S/A
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ERMIG	Eletrificação Rural de Minas Gerais
	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e
FAPEMA	Tecnológico do Maranhão
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FUER	Fundo de Eletrificação Rural
GEER	Grupo Executivo de Eletrificação Rural
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISPN	Instituto, Sociedade, População e Natureza

MCR	Manual de Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
OGU	Orçamento Geral da União
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PARNA	Parque Nacional
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S/A
PNCM	Parque Nacional da Chapada das Mesas
PNER	Programa de Eletrificação Rural de Cooperativos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP.ECOS	Programa de Pequenos Projetos Ecosociais
PRODEEM	Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEER	Serviço Especial de Eletrificação Rural
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SGP	Smale Grants Programme (Programa de Fundo para o Meio Ambiente)
SIF	Serviço de Inspeção Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Atores sociais ligados aos dois sentidos de apropriação e uso da terra.....	15
FIGURA 2- Área de abrangência do Parque Nacional da Chapada das Mesas- PNCM.....	26
FIGURA 3- Sujeitos da pesquisa.....	31
FIGURA 4- Localização do PNCM	39
FIGURA 5- Povoado Solta na área de entorno do Parque Nacional da Chapada das Mesas PNCM.....	44
FIGURA 6 - O PNCM no bioma cerrado.....	46
FIGURA 7- Sra. Felicidade, uma das primeiras moradoras do povoado Solta.....	48
FIGURA 8- Moradia típica do povoado Solta	50
Figura 9- Casa da farinha.....	51
FIGURA 10- Prensa, um dos instrumentos utilizados para a fabricação da farinha.....	51
FIGURA 11- Sr. Tomas demonstrando uma etapa do processamento de farinha.....	52
FIGURA 12- Construção do espaço físico da Associação Bezerra de Moraes – ABM, em 1996	68
FIGURA 13- Atual estrutura da ABM	69
FIGURA 14- Trabalho em mutirão para construção de uma ponte em ribeirão no povoado	73
FIGURA 15- Trabalho em mutirão para construção de um ponto de captação da água.....	73
FIGURA 16- Trabalho em mutirão na coleta de juçara no povoado.....	74
FIGURA 17- Reuniões semanais para tratar de assuntos de trabalhos coletivos.....	75
FIGURA 18- Moradores conservam suas antigas moradias, embora já possuam casa de alvenaria.....	79
FIGURA 19- Fogão à lenha e fogão a gás, ao fundo, utilizados pelos moradores locais	79
FIGURA 20- Lavagem de roupa por moradora no riacho Isebe, no povoado Solta.....	80
FIGURA 21- Lavagem de roupa por moradoras no riacho Solta.....	80
FIGURA 22- Lavagem de roupa por família de moradores no riacho Solta.....	81
FIGURA 23- Criação de gado bovino do Sr. Tomas	82
FIGURA 24- Brejo Solta, onde se coletam juçara, buriti, entre outros.....	83
FIGURA 25- Manuseio com a juçara após a coleta	83
FIGURA 26- Área de juçaral no povoado Canto do Remanso, um dos principais pontos de coleta de juçara	84
FIGURA 27- Nascente do córrego Lajeiro, um dos principais pontos de coleta do buriti	85
FIGURA 28- Roça do Sr. Tomas	86
FIGURA 29- Roça do Sra. Maria Helena.....	87

FIGURA 30- Plantação de mandioca na roça do Sra. Maria Helena	87
FIGURA 31- Instrumento para a pesca, arpão	88
FIGURA 32- Desenvolvimento da atividade apícola.....	90
FIGURA 33- Processamento do mel	91
FIGURA 34- Fogão à lenha preparando almoço dos moradores	94
FIGURA 35- Fogão à lenha em cima de suporte de madeira na casa de morador.....	95
FIGURA 36- Produtos oriundos da produção dos moradores.....	95
FIGURA 37- Produtos oriundos do extrativismo dos moradores	95
FIGURA 38- Escola Francisco Ananias, localizada em Solta	97
FIGURA 39- Igreja São Francisco de Assis, em Solta	99
FIGURA 40- Cemitério do povoado	100
FIGURA 41- Poço artesiano em Solta	101
FIGURA 42- Sistema artesanal para captação de água no encontro dos riachos Isebe e Lajeiro, em Solta.....	102
FIGURA 43- Local onde havia riacho anos atrás	102
FIGURA 44- Estrada vicinal que dá acesso a Solta, ponte sobre o rio Solta que limita o povoado	104
FIGURA 45- Desmatamento e queimada para produção de pastagem.....	105

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1. 1 Procedimentos metodológicos	27
1. 2 Sujeitos da pesquisa e suas funções.....	30
2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO SOLTA	32
2. 1 Breve histórico sobre a ocupação da região da Chapada das Mesas	33
2. 2 A historicidade do povoado Solta.....	41
2. 3 Aspectos naturais	42
2. 4 Aspectos sociais e culturais	47
3 ELEMENTOS DINAMIZADORES NO POVOADO SOLTA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS MAIS RELEVANTES EM SEU TERRITÓRIO	53
3. 1 Chegada de energia através do Programa Luz para Todos.....	55
3. 2 Acesso à política de financiamento- O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).....	61
3. 3 Acesso a financiamento de projetos Ecosociais – Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS)	66
4 PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NA DINÂMICA TERRITORIAL DE SOLTA À LUZ DA DISCUSSÃO E DA ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	116

1 INTRODUÇÃO

Nosso primeiro contato com a região da Chapada das Mesas onde se localiza o campo empírico da pesquisa, o povoado de Solta, ocorreu no ano de 2012, no desenvolvimento de uma pesquisa de Iniciação Científica pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) fomentada pela Fundação de Amparo à pesquisa do Maranhão (FAPEMA) na qual naquele momento estudou-se o sertanejo da região da Chapada das Mesas em suas dimensões socioculturais e ambientais. A partir de então se estabeleceu uma relação de aproximação entre a pesquisadora e o objeto de estudo, na qual só aumentaram as indagações e vontade de desvendar aquela realidade se tornou algo interessante, sendo cada vez maior a perspectiva de contribuir de alguma maneira para sustentabilidade dessas comunidades que estão como afirma Porto Gonçalves, estão “invisíveis” para o mundo.

Tivemos como objeto de nossa análise a categoria sertanejo que, assim como outros grupos étnicos ligadas à apropriação e uso da terra, apresenta características em comum e particulares o que determina sua relação com a terra e trabalho como se observa no quadro (FIGURA 1), onde fica claro que a relação com a terra tem objetivos distintos, um com fins de dependência dos recursos naturais e o outro para fins de mercantilizar, comercialização.

Figura 1- Atores sociais ligados aos dois sentidos de apropriação e uso da terra

Terra como lugar de viver/hábitat – populações rurais locais (apego ao local, dependência dos recursos naturais locais)	Terra-mercadoria-agronegócio (agricultura como comércio)
Indígenas, camponeses-populações tradicionais, quilombolas, posseiros, pequenos proprietários, extrativistas, pescadores artesanais – e até parte dos médios fazendeiros tradicionais.	Ruralistas, grileiros, madeireiros, latifundiários, empresas agropecuárias e de mineração, corporações transnacionais (sementes, agrotóxicos, máquinas, remédios veterinários, armazenamento, transporte e comercialização, etc.) e, em grande parte dos casos, o Estado.

Fonte: SILVA, 2012, p. 9, adaptado por Costa, 2016.

Como a maioria dos camponeses, desenvolve atividades de subsistência com sua família, e comercializam o excedente da produção. Ainda vivem de maneira coletiva nas suas

atividades cotidianas como na produção da farinha como no extrativismo dos frutos do cerrado, como nos festejos religiosos.

Entende-se, então, por camponesas aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural - extrativista, agrícola e não-agrícola desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos agrícola resultado dessa alocação. Essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho e formas diferenciadas de apropriação da natureza que lhes caracteriza especificidades no modo de ser e de viver no âmbito complexo das sociedades capitalistas contemporâneas” (CARVALHO, 2005, *apud* SILVA, 2010, p. 14)

Tais populações são resultantes de um longo processo de constituição da sociedade brasileira formada por uma cultura rústica, descritas por Candido (1964) e por uma variedade de etnias apontadas por Darcy Ribeiro (1977). Neste contexto, se apresentam as populações tradicionais às quais contribuíram significativamente para a formação socioespacial brasileira.

Desde o período colonial tem se espalhado pelo território brasileiro um pronunciado número de populações e comunidades tradicionais bastante variadas em sua formação, compostas por agricultores, criadores, pescadores, ribeirinhos, extratores, entre outras categorias. Tiveram um importante papel na formação da dinâmica social, econômica e cultural brasileira, considerando o seu conhecimento do espaço, que veio inclusive a favorecer a economia mercantil lusa da mineração, extrativismo, agricultura e pecuária, e ainda serviram como mão de obra barata e básica para a produção econômica geral. Sua base étnica evidencia elementos indígenas, negros, lusitanos, mestiços e mesmo de origem imigrante, conforme a formação social e temporal. Ocupavam e continuam a ocupar diferentes pontos do território que vai desde a Amazônia ao extremo sul, desenvolvendo uma economia própria e autossuficiente, mas também integradas e/ou absorvidas pela economia maior dominante pelo latifúndio pecuário, pela mineração, pelo latifúndio agrícola, ou, inclusive, por atividades urbanas. (CAMPOS, 2015, p. 167).

Ribeiro (1995) distingue as principais variantes da cultura brasileira tradicional: a cultura crioula, a cultura caipira, a cultura sertaneja, a cultura cabocla e a cultura gaúcha. Porém, essas são apenas uma pequena parte da diversidade cultural existente no meio rural brasileiro que historicamente constituíram território nacional.

Elas são representadas pela cultura crioula, que se desenvolveu nas comunidades de faixa de terras frescas e férteis do Nordeste, tendo como instituição coordenadora fundamental o engenho açucareiro. Pela cultura caipira, da população das áreas de ocupação dos mamelucos paulistas, constituída, primeiro, através das atividades de preia de índios para a venda, depois, da mineração de ouro e diamantes e, mais tarde, com as grandes fazendas de café e a industrialização. Pela cultura sertaneja, que se funde e difunde através dos currais de gado, desde o Nordeste árido até os cerrados do Centro-Oeste. Pela cultura cabocla das populações da Amazônia, engajadas na coleta de drogas da mata, principalmente nos seringais. Pela cultura gaúcha do pastoreio nas campinas do Sul e sua duas variantes. (RIBEIRO, 1995, p. 170).

Diegues (2000), também se remetem á forma como se deu este processo no país.

[...] as populações aliadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional, ao longo de toda a história do Brasil, adotaram o modelo da cultura rústica, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeras variantes locais determinadas pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que nele persistem. Processo paralelo ocorreu com os povos ‘desindianizados’ que se mantiveram como comunidades relativamente fechadas, mas perdendo sua identidade étnica, convergiram para o modelo da cultura rústica. (DIEGUES, 2000, p. 31).

Dada a importância cultural dessas populações, em 2007 foi estabelecida a legislação que trata dos territórios de povos e populações tradicionais, assegurando seus direitos socioambientais.

São reconhecidas através de sua dependência frequente com a natureza num processo de simbiose no qual envolve os ciclos naturais, construindo o seu modo de vida, pelo conhecimento aprofundado da natureza, refletindo dessa forma na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. O art. 3º, inciso I da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais define Povos e Comunidades Tradicionais como: [...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, p. 1).

Particularmente em se tratando de população sertaneja categoria adotada neste trabalho pelo seu convívio com o cerrado o que o diferencia de outros grupos de camponeses por apresentarem características próprias, sendo, considerados, portanto, populações tradicionais. Se trata de um grupo de população residente nas áreas interiores do território brasileiro, neste caso, habitantes do bioma cerrado, tendo sua cultura difundida pelo sertão nordestino até o cerrado do Brasil central pela criação de gado.

Caracteriza-se por sua forte religiosidade, por seu “carrancismo de hábitos, por seu aconismo e rusticidade[...] pelas qualidades morais características das formações pastoris do mundo inteiro, como o culto da honra pessoal, o brio e a fidelidade a sua chefaturas”. (RIBEIRO, 1995, p. 354).

Partindo desse ponto, foi observada no campo empírico a riqueza cultural dessas populações onde foi estabelecida uma relação de aproximação entre a pesquisadora e o objeto de estudo em que as indagações e vontade de desvendar a realidade na perspectiva de contribuir de alguma maneira para sustentabilidade desta área de estudo, como afirma Porto-Gonçalves (2008), “invisíveis para o mundo”.

Na história do Brasil, o cerrado, bioma em que as relações sertanejas se apresentaram e ainda hoje se apresentam, sempre foi tratado como um imenso vazio

demográfico e por isso, deveria ser ocupado, discurso apresentado pelo Estado e que ainda hoje perdura.

As populações que vivem no cerrado, atualmente sofrem com os inúmeros impactos ambientais e sociais trazidos pelo discurso e ocupação predatória deste bioma. Porto-Gonçalves (2008, p. 129-130) falando da importância do cerrado, destaca que:

[...] já se comprovou a relevância do papel hidrológico do cerrado, que distribui água para outros biomas. Além disso, sabemos que a vegetação Cerrado é mais resistente ao fogo e suas espécies arbóreas e arbustivas têm, em geral, uma maior capacidade de rebrota (relativa) quando cortadas/serradas ou mesmo erradicadas por trator e esteira (enorme capacidade do sistema radicular).

Com os impactos ambientais, o cerrado sofre prejuízos em suas dinâmicas biológicas, pedológicas e hidrológicas, causando sérios desequilíbrios ambientais que infelizmente vêm só aumentando (PORTO-GONÇALVES, 2008). Além disso, existem os prejuízos sociais que ameaçam essas populações, as deixando sem alternativas para a sobrevivência, resultando muitas vezes, no deslocamento das pessoas para outras áreas.

Para Barbosa (2014), professor e pesquisador da PUC de Goiás a situação do cerrado é muito séria, em entrevista concedida ao Jornal Opção:

Cerrado é um ambiente em extinção: não existem mais comunidades vegetais de formas intactas; não existem mais comunidades de animais – grande parte da fauna já foi extinta ou está em processo de extinção; os insetos e animais polinizadores já foram, na maioria, extintos também; por consequência, as plantas não dão mais frutos por não serem polinizadas, o que as leva à extinção também. Por fim, a água, fator primordial para o equilíbrio de todo esse ecossistema, está em menor quantidade a cada ano. (BARBOSA, 2014, p. 1).

Dessa forma, diante deste cenário, pode-se constatar quão degradante é o estado deste que, segundo o especialista citado acima, é na história atual um dos mais antigos biomas do planeta Terra e está em vias de extinção com todo um desencadeamento de consequências danosas que estão acontecendo e tendem a aumentar ainda mais esse processo até o ponto de desaparecimento desse bioma.

Destaca-se que o povoado Solta, assim como outros grupos de populações tradicionais do cerrado, desempenham um papel importante na conservação deste bioma, pois procura desenvolver formas alternativas de desenvolvimento baseadas na sustentabilidade em que a preocupação ambiental se dá de forma mais intensa, considerando que a maioria dos seus moradores possui um contato direto com a natureza e dela necessitam para sobreviver. Sendo fundamental para a permanência de seu modo de vida, pautado, principalmente no extrativismo e também, mais recentemente no beneficiamento e comercialização de seus produtos.

O povoado Solta, assim como outros grupos de populações tradicionais do cerrado, desempenha um papel importante de conservação ambiental, pois procura desenvolver formas alternativas de desenvolvimento baseadas na sustentabilidade em que a preocupação ambiental se dá de forma mais intensa, considerando que a maioria dos seus moradores possui um contato direto com a natureza e dela necessitam para sobreviver. Sendo fundamental para a permanência de seu modo de vida, pautado, principalmente no extrativismo e também, mais recentemente no beneficiamento e comercialização de seus produtos.

Mudam-se as configurações e governos, mas a ideia de ocupação e apropriação do ecossistema parece ser a mesma, só que agora, há uma intensificação do agronegócio¹ e das *commodities*. “O atual processo “moderno”, capitalista, de destruição de territórios extrapola as relações cotidianas e se projeta numa escala nunca antes verificada [...]”. (HAESBAERT, 2012, p. 375).

O cerrado no sul maranhense, mais precisamente na região da Chapada das Mesas não foge dessa realidade na qual sua ocupação se intensificou com os anos, com a chegada da modernização no campo. Neste contexto, é que se insere o povoado Solta, que é uma das diversas populações que habitam o cerrado brasileiro há anos e que mantém traços de sua cultura, dinamizando gradualmente, se reinventando e contribuindo também, para uma melhor qualidade de vida de seus habitantes.

Conhecer Solta significou perceber a relação do sertanejo que é traduzida nos estudos de Marques (2012) grupo humano tradicional da região; onde os elementos naturais e humanos se encontram compondo uma paisagem única e exuberante moldada ao longo de sua história.

Essa concepção do humano na paisagem vem ao encontro da relevância de pensar esse humano como componente indispensável da mesma, pois se processa uma relação de interferência da ação humana na transformação da paisagem e vice-versa.

¹Também conhecido como *agrobusiness*. No Brasil, segundo Plata e Conceição (2012) este processo se inicia na década de 1950 com a modernização do campo, que se acentuou a partir da década de 1960, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, expandindo-se para outras regiões, sobretudo a partir da década de 1970, quando há um crescimento expressivo da produção e difusão ao longo do território nacional. Consiste num conjunto de operações na produção e na distribuição de insumos e implementos do setor agropecuário, além de determinar nas unidades produtivas condições para o armazenamento, processamento, comercialização, etc. dos produtos. [...] Com efeito, o processo produtivo na agricultura tornou-se mais intensivo em capital (emprego de máquinas, insumos químicos e industriais), com a introdução e/ou substituição de cultivos voltados para o mercado externo (*commodities*) e a utilização intensiva do trabalho assalariado (PLATA; CONCEIÇÃO, 2012). Interessante destacar que este processo intensificou ainda mais a desigualdade social no país, reforçando o aumento da concentração fundiária, do êxodo rural e dos impactos ambientais e sociais no campo.

Podemos argumentar que o indivíduo que habita esse lugar é influenciado pelo ambiente em que está e assim também constitui o principal agente de mudança do mesmo [...] Associados de formas diversas, tanto físicas como culturais, tendo o conteúdo cultural da paisagem como uma marca da existência humana em uma área, a cultura seria o elemento que, ao agir no meio natural, resultaria na paisagem cultural. (MARQUES, 2012, p. 28).

Como resultado das sucessivas relações dos elementos envolvidos, dá-se uma determinada paisagem que transmite os momentos presentes, perceptíveis pela visualização espontânea, e também as heranças do passado historicamente construídas pela ocupação e apropriação do espaço pelos seres humanos ancestrais que conviveram nestas áreas de estudo. (MARQUES, 2012, p. 28-29).

Neste trabalho, entendemos que o conceito de paisagem pode variar de acordo com a abordagem teórico-metodológica das variadas áreas de conhecimento, o que poderá abranger tanto uma abordagem estético-descritiva que está mais relacionada à sua gênese, na qual surgiram e culminam as primeiras ideias físico-geográficas sobre os fenômenos naturais como uma abordagem científica (GUERRA, 2006), como também uma abordagem humana descrita por Maximiano (2004, p. 90)

[...] entendida como produto das interações entre os elementos de origem natural e humana, em um determinado espaço. Estes elementos de paisagem organizam-se de maneira dinâmica, ao longo do tempo e espaço. Resultam daí feições e condições também dinâmicas, diferenciadas ou repetidas, o que permite uma classificação, ao agrupar-se os arranjos, separando-os dos diferentes.

Dependendo do interesse do observador todo este emaranhado de relações poderá se apresentar de forma mais detalhada ou mais ampla. Sendo importante ressaltar que a paisagem, embora pareça, não é a mesma coisa que espaço geográfico, porém pode sim ser compreendida como uma manifestação do mesmo. O espaço é o objeto de estudo da Geografia, enquanto que a paisagem poderia ser compreendida como uma medida multidimensional de compreensão do lugar.

Santos (2006, p. 66) destaca em sua obra que “paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”.

Dessa forma, a compreensão das transformações paisagísticas nos ajuda a decifrar os processos que a sociedade humana vem desenvolvendo no decorrer do tempo e tentar buscar as melhores formas de planejar o futuro. No caso da região Chapada das Mesas, onde se insere a comunidade de Solta, o território é fruto de um processo histórico de ocupação que:

[...] teve as suas origens com os indígenas (Timbira), cultura esta suplantada com a colonização do gado. Recentemente, desde a década de 1980, houve a nova ocupação pelo agronegócio, coexistindo neste território as diversas territorialidades produzidas pelos seus habitantes. Por último, como uma forma de conservação do bioma do cerrado, temos a criação de uma Unidade de Conservação, que possui como determinante a imposição de novas formas de convivência com o ambiente, anteriormente “livre” para o uso comunitário dos povos do cerrado. (MARQUES, 2012, p. 78).

As mudanças no território da Chapada das Mesas têm ocorrido intensamente e, na maioria das vezes, impostas “de fora para dentro”, ou seja, as propostas de “desenvolvimento” para a região nos campos do agronegócio e do turismo aliado, simultaneamente à ideia conservacionista², com a implantação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, surgiram de um plano externo para o interno forçando uma readaptação nas formas de uso da terra.

Neste sentido, Porto-Gonçalves (2008, p.123) afirma que:

O povo segue construindo e readaptando seus modelos locais que carregam conhecimentos e visões de mundo diferente da ideologia desenvolvimentista modernizante, mesmo dialogando com ela e assimilando-a de forma fragmentada, seletiva e, muitas vezes, por simples imposição.

Outra questão a ser mencionada, é o fato desses espaços, considerados por muito tempo como vazios, são, para Andrade (2010) como da “Nação”, que ainda no momento presente não foram registrados em cartório e ainda são áreas de uso comum, onde a coletividade vive como posseiros desde a colonização do Maranhão. Isto significa que, não sendo os proprietários das terras estão ameaçados sujeitos a sofrerem a perda de seus territórios.

²Esta ideia está alicerçada na concepção de áreas protegidas, construídas pelos Estados Unidos, no século XIX, que objetivavam proteger a vida selvagem (*wilderness*) ameaçada pelo avanço da civilização urbano-industrial. Esse modelo expandiu-se logo em seguida para o Canadá e países europeus, consolidando-se como um padrão mundial, principalmente a partir da década de 60, quando o número e extensão das áreas protegidas ampliaram-se enormemente em todo o mundo (ARRUDA, 1997). No Brasil assim como em outros países, o modelo de unidades de conservação é uma das estratégias para a conservação do ambiente. A questão é que ele é, segundo Arruda (1997), conflitante entre o ser humano e a natureza pois, supõe que as comunidades locais são incapazes de desenvolver um manejo mais sábio dos recursos naturais (o que pode ser verdade nos casos de extrativismo comercial em grande escala, mas não em todos os casos); e finalmente, que estas áreas podem ser perpetuadas num estado de natural equilíbrio. No entanto já existem algumas aberturas no modelo com a criação das reservas extrativistas, no reconhecimento de terras de quilombo e nas propostas de criação de modalidades de áreas de conservação de múltiplos usos (a serem definidos em "mosaico" nos planos de manejo), é fruto justamente da auto organização das populações tradicionais e de propostas que delas emanam, recebendo apoio de outros atores e setores sociais. Porém, é ainda uma abertura tímida que encontra pouca sustentação ou apoio das autoridades responsáveis pela política ambiental. Esta ideia está alicerçada na concepção de áreas protegidas, construídas pelos Estados Unidos, no século XIX, que objetivavam proteger a vida selvagem (*wilderness*) ameaçada pelo avanço da civilização urbano-industrial. Esse modelo expandiu-se logo em seguida para o Canadá e países europeus, consolidando-se como um padrão mundial, principalmente a partir da década de 60, quando o número e extensão das áreas protegidas ampliaram-se.

Marques (2012, p. 96) aponta que existe uma pressão para os novos usos do solo oriundos do avanço do agronegócio relacionado à monocultura da soja, cana e eucalipto. Essa pressão tem estreita relação com o movimento do tempo rápido vivenciado nos dias de hoje posto por esse novo modelo de ocupação territorial que tem a base em um sistema financeiro mundializado que se instala por meio de novas formas de relações com o uso da terra, com a suposta modernização e traz consigo essas novas relações capitalistas de produção, nas quais o sertanejo fica à parte porque não está inserido neste modelo.

A autora fala da necessidade de valorização da cultura desses povos e do reconhecimento que os mesmos têm, o que demonstra sua relação identitária com o lugar, somando-se à rede de vários territórios que se sobrepõe à região.

[...] a preocupação com a manutenção do modo de vida e das práticas culturais dessas comunidades resultará na preservação desta riqueza imaterial que é fruto da construção coletiva deste povo, a sua territorialidade. Nesta sobreposição de territórios, inclui-se também o da conservação ambiental, tendo nesta área a sua representação por meio do Parque Nacional da Chapada das Mesas, que originou-se da necessidade de proteger o bioma, o qual corre riscos de desaparecer, pelo avanço desmedido do território do agronegócio. (MARQUES, 2012, p. 98-99).

Dessa forma, o território usado visto como uma totalidade é um campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade de seu uso (SANTOS, 2000, p. 12). No que se refere a esta proposta de estudo considera-se fundamental a análise e discussão acerca das transformações ocorridas na área em decorrência dos vários processos que vão ocorrendo ao longo da história, neste caso, considerando desde a época da colonização maranhense. Além da importância da manutenção da riqueza cultural pertencente às populações tradicionais compondo o aspecto humano da região, neste caso em particular a população tradicional de Solta.

Estudar a população de Solta ocorreu pelo fato de a mesma ser uma referência na região, no trabalho que executa com extrativismo, beneficiamento de frutos do cerrado, beneficiamento de óleo, apicultura, buscando sempre manter traços culturais que marcam sua história, seu patrimônio, sua vida.

Esta dinâmica territorial é interessante por apresentar uma forma alternativa de desenvolvimento social da comunidade pautada na sustentabilidade do ambiente sem perder suas formas de expressão, seu modo de criar, fazer e viver, seus rituais e celebrações constituindo assim uma referência, resistindo ainda hoje às práticas impostas pelo modelo desenvolvimentista instaurado.

Além da dinâmica territorial, esta população local está inserida na região da Chapada das Mesas que apresenta uma das paisagens mais belas do mundo e por isso é atualmente uma das rotas turísticas preferidas do turismo no Maranhão. E ainda, habitam em seu território populações tradicionais que precisam ser valorizadas, pois fazem parte do patrimônio cultural do povo brasileiro.

Segundo o Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN (2007, p. 12), valorizar o patrimônio cultural “[...] é fortalecer a noção de pertencimento de indivíduos a uma nova sociedade, a um grupo, ou a um lugar, contribuindo para a ampliação do exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida.” E, com a preservação do patrimônio cultural, salvaguardamos:

[...] saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar de bens representativos da história e da cultura de um lugar [...] de cuidar também dos usos, costumes e manifestações culturais que fazem parte da vida das pessoas que se transformam ao longo do tempo. (IPHAN, 2007, p. 12).

Esta ideia de patrimônio não está ligada apenas ao conjunto de bens materiais de uma comunidade ou população, mas também se estende a tudo aquilo que é considerado valioso pelas pessoas, mesmo que isso não tenha valor para outros grupos sociais ou valor de mercado (IPHAN, 2007, p. 12).

O patrimônio cultural sertanejo que se constituiu no Cerrado [...] foi absorvido, de uma forma ou de outra, pelos atores dos dois principais modelos de ocupação do sertão: o latifúndio do gado e as comunidades camponesas. Estas últimas, em função da necessidade e de uma relação menos mercantil com os cerrados (sistemas ecológicas (ciclos de cheias e vazantes) se mostraram pouco propícias para a expansão da agricultura moderna. baseados na subsistência), conseguiram manter e talvez ampliar o conhecimento indígena de uso de plantas e animais do Cerrado, conservando e, ao mesmo tempo recriando, as práticas extrativistas oriundas dos povos indígenas. (HAESBAERT, 2012, p.22).

Para a Constituição Federal de 1988 (Art. 215 e 216), a ideia de patrimônio cultural foi expandida ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, reconhecendo também que é preciso incluir, entre o patrimônio dos brasileiros, bens culturais que se referem aos diferentes grupos formadores de nossa sociedade. (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, este estudo é importante, pois se sustenta na territorialidade dos moradores do povoado Solta em que as representações, os símbolos, os mitos que a mesma constrói demonstra a intensa relação entre ela e meio onde vive. Santos (2012) afirma que o sentido da palavra territorialidade se dá como sinônimo de “pertencer àquilo que nos

pertence”, e que diferentemente dos animais, em que a mesma serve para vivência e reprodução, a territorialidade humana pressupõe também preocupação com o destino, construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio da raça humana.

O conhecimento das populações tradicionais é transferido de geração a geração:

[...] pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; pela moradia e ocupação desse território por várias gerações [...]; pela importância das atividades de subsistência, [...]; pela reduzida acumulação de capital; pela importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas; pela tecnologia utilizada que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; pelo fraco poder político, [...]; pela auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. (BRASIL, 1999, p. 21-22)

Dessa forma, o conhecimento tradicional pode ser definido como uma relação de saberes a respeito do mundo natural e sobrenatural, havendo uma interligação entre estes e a organização social. Demonstrando claramente que existem diferenças marcantes entre as formas pelas quais as populações tradicionais produzem e expressam seu conhecimento sobre o mundo natural e aquelas que foram desenvolvidas pela ciência moderna.

Neste contexto, a partir da década de 1990, algumas políticas públicas vêm se instalando na região, influenciando na sua dinâmica. No caso do povoado Solta, foram escolhidas algumas políticas que foram implementadas das quais trataremos mais à frente neste trabalho.

É importante ressaltar que conceituar o tema Políticas Públicas não é tarefa fácil, pois para isso é necessário sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia, além de explicar também as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade já que elas repercutem na economia e nas sociedades. Razão pela qual, pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos (SOUZA, 2006).

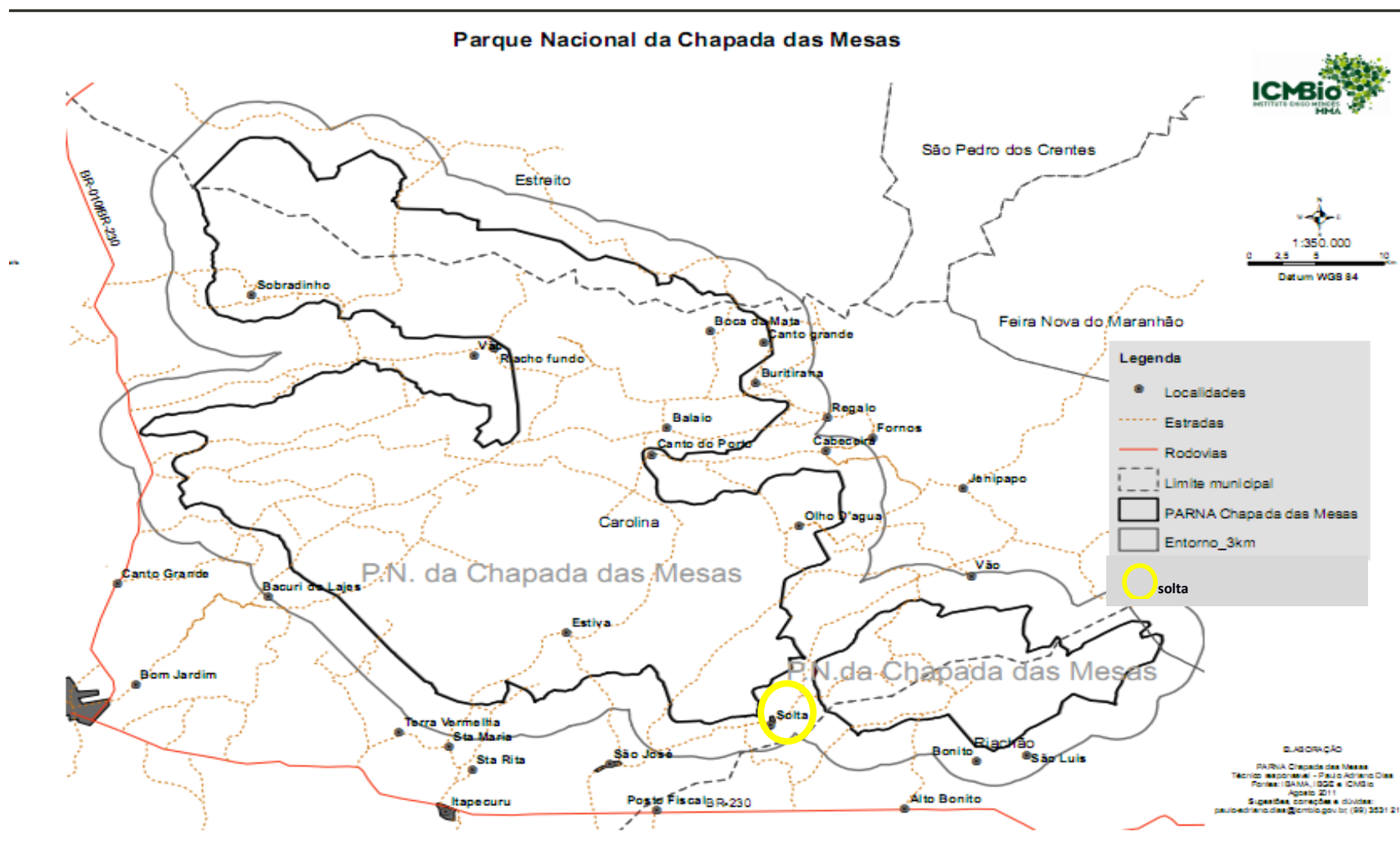
Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. Se admitirmos que a política pública é um campo holístico, isto é, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas, isso tem duas implicações. A primeira é que, como referido acima, a área torna-se território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos. Assim, apesar de possuir suas próprias modelagens, teorias e métodos, a política pública, embora seja formalmente um ramo da ciência

política, a ela não se resume, podendo também ser objeto analítico de outras áreas do conhecimento, inclusive da econometria, já bastante influente em uma das subáreas da política pública, a da avaliação, que também vem recebendo influência de técnicas quantitativas. A segunda é que o caráter holístico da área não significa que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas sim que ela comporta vários “olhares”. Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas.⁴ Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação. (SOUZA, 2006, p. 26).

No meio rural, a chegada das políticas públicas, é, na maioria das vezes fruto de programas e projetos que nem sempre são propostos apenas por organizações governamentais, mas também por organizações não-governamentais. Essas ações ocorrem por meio das ações de sujeitos mediadores ou executores que implementarão tais políticas, que deveria resultar em uma relação que atendesse aos interesses dos sujeitos locais e a sua dinâmica. Solta neste caso, se destaca em relação a outras populações de áreas vizinhas ao Parque Nacional Chapada das Mesas (FIGURA 2) por possuir organização, articulando-se a todo tempo buscando melhorias para seus moradores.

Será possível que a população de Solta manterá o seu modo de vida tradicional perante a nova dinâmica territorial formada pelo processo de modernização, fruto da inserção de políticas públicas em seu território?

Figura 2- Área de abrangência do Parque Nacional da Chapada das Mesas- PNCM.



Fonte: Arquivo ICMBIO, 2011, *apud* MARQUES, 2012.

Diante desta realidade, propõe-se como objetivo geral: analisar a dinâmica territorial da população tradicional de Solta na Região da Chapada das Mesas perante o processo de implantação de políticas públicas em seu território. E específicos: caracterizar o modo de vida da população local, conhecer os usos que fazem do território e sua relação com o ambiente e compreender a organização comunitária do povoado em estudo.

O trabalho está organizado em três capítulos, seguidos da introdução onde se tem uma contextualização geral da pesquisa, da problematização e justificativa do objeto. No primeiro capítulo, é feita uma caracterização histórica, social e natural do campo empírico, território Solta, mostrando um pouco de suas riquezas naturais e tradicionais.

No segundo capítulo, buscou-se entender um pouco de algumas das políticas implementadas no povoado de Solta como elementos dinamizadores do território local. Nele se discutiu como elas chegaram até a comunidade e o que mudou a partir de sua implantação.

No terceiro capítulo intitulado: “PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NA DINÂMICA TERRITORIAL DE SOLTA À LUZ DA DISCUSSÃO E DA ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA”, onde procuramos tratar do que vem sendo mudado na dinâmica da comunidade ao longo dos anos e o que se perpetua, quais transformações tem ocorrido e se isso tem favorecido ou não, os traços de tradicionalidade da área em estudo.

Para finalizar, apresentamos nossas considerações a cerca do estudo, e da importância do debate para contribuição acadêmica e para a sociedade no que diz respeito às populações tradicionais, em especial, Solta e a manutenção de seus saberes para a manutenção cultural do nosso país. Ressaltando que não temos como prever o que vai ser da população local no futuro. O que se sabe é que as transformações têm ocorrido num nível muito acelerado e algo precisa ser feito para que a população consiga continuar a resistir em meio à dinâmica hostil capitalista.

1.1 Procedimentos metodológicos

A perspectiva teórico-metodológica adotada neste trabalho foi Materialismo Histórico-Dialético onde

[...] o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, a sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que a pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. (PAULO NETTO, 2011, p. 20 e 21).

O objetivo do pesquisador deve ir além da aparência [...] sendo essa aparência um nível de realidade e, portanto, algo importante e não descartável, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. (PAULO NETTO, 2011, p. 20 e 21).

O trabalho de investigação científica ocorreu por meio de análise qualitativa. Em se tratando deste tipo de pesquisa se levará em consideração segundo a visão de Chizzotti (2003, p. 221) que entende:

O termo qualitativo implica em uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e [...] o autor interpreta e traduz um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa.

Este tipo de pesquisa está relacionado a questões extremamente particulares das pessoas, vão além de números. Nela a realidade não pode ser quantificada, a preocupação é social, se trabalha os significados, as crenças, as aspirações, os valores, os comportamentos.

A pesquisa qualitativa responde à questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalizações de variáveis. (DESLANDES, 1994, p.21 e 22).

Com relação aos procedimentos operativos desta pesquisa, o campo de investigação se desenvolveu na comunidade Solta que fica na área de abrangência do Parque Nacional da Chapada das Mesas e foi dividida nas seguintes etapas:

Primeiro, foi realizado o Levantamento bibliográfico que se iniciou desde a elaboração do projeto de pesquisa submetido ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, durante todo o período de disciplinas do programa e, mais intensamente ainda, ao término, quando nos dedicamos exclusivamente para elaboração da escrita deste trabalho.

O primeiro tema estudado foi o de populações tradicionais, buscando entender quem são esses povos, populações e comunidades tradicionais e sua importância no contexto da sustentabilidade ambiental e social de nosso país. Os principais autores utilizados foram, dentre outros, Porto-Gonçalves (2008), onde trata do cerrado visto por seus povos; Diegues (2000), que tratam dos saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil e mais à frente, para nos ajudar a pensar sobre a biodiversidade como um bem comum e os direitos dos

agricultores, agricultoras, povos e comunidades tradicionais, estudamos Packer et al. (2012) que trazem uma discussão muito atual sobre o tema em questão.

Optamos como categoria de análise das relações que ocorrem em um determinado espaço a mais indicada, o território compreendendo que ela abrange uma análise mais aprofundada da realidade. Fernandes (2008), um dos autores estudados, defende uma significação ampla deste conceito, o princípio da multidimensionalidade, considerando que cada território é uma totalidade, sendo essas totalidades só completas quando relacionadas a dimensão política com todas as outras dimensões: social, ambiental, política, econômica, etc. Além deste autor, também utilizamos outros, como Haesbaert (2012), Sposito (2004), Canditto (2004), Lages, Braga e Morelli (2004) e Saquet (2004; 2007) que trabalham as várias abordagens de território, principalmente aquelas ligadas à Ciência Geográfica.

Para o entendimento de uma dinâmica territorial, vários aspectos podem estar relacionados sendo determinantes ou apenas exercerem influência sobre o território. No caso de Solta, observamos que muito de sua dinâmica foi influenciada por algumas políticas como o Programa Luz para Todos, trazendo a energia ao campo, o acesso a financiamentos tanto pelo PRONAF quanto pelo PPP-ECOS, como serão visto mais detalhadamente à frente.

Dessa forma, buscamos estudar sobre tais políticas, usando alguns autores, dentre eles se destacam nesta pesquisa: Silva (2010) que faz abordagem sobre políticas públicas de desenvolvimento rural, Veloso (2011) que trabalha o PRONAF e Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, que neste trabalho não é nosso foco. Além disso, também estudamos autores que tratam do “Luz para Todos”, como Fugimoto (2005) e Andrade (2010) que faz uma abordagem entre energia e populações tradicionais.

Assim como o embasamento teórico, outros passos foram dados ao longo da pesquisa. Para começar, a elaboração dos instrumentos de coleta de dados no campo e roteiro de entrevistas, de forma que fossem atendidos os objetivos da pesquisa.

Elaborados os instrumentos foi realizado o primeiro contato com a comunidade local através de suas lideranças da associação via telefone no início do mês de abril de 2014. Na ocasião nos apresentamos e marcamos nossa primeira visita a campo, para o final do referido mês. Além disso, também foi feito o contato com instituições públicas e privadas para agendamento das entrevistas no mesmo período acima citado. Neste segundo caso, foram entrevistados servidores públicos do ICMBio e da secretaria de agricultura municipal de Carolina e a empresa Fruta Sã, a qual possui uma estreita relação com a comunidade desde o ano de 2006.

Ao todo foram realizadas 20 entrevistas semi-estruturadas com moradores e representantes de instituições públicas e privadas que possuem relações diretas com o objeto da pesquisa, além de conversas informais junto de Solta e de instituições públicas e particulares paracoleta de dados, entendendo que as entrevistas

[...] podem ser *estruturadas* e *não-estruturadas*, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. Assim, torna-se possível trabalhar com a entrevista *aberta* ou *não-estruturada*, onde o informante aborda livremente o tema proposto; bem como as *estruturadas* que pressupõe *perguntas previamente formuladas*. Há formas, no entanto, que articulam essas duas modalidades, caracterizando-se, como entrevistas *semi-estruturadas*. (DESLANDES, 1994, p. 58).

Também foi feito no campo o registro e arquivo fotográfico, além da gravação de vídeos e áudios para a transcrição do mesmo num posterior momento. E como não poderia deixar de ser, foi realizada a análise dos dados das entrevistas e do campo, de uma forma geral à luz dos autores acima já mencionados.

Por fim, foi realizada a elaboração do texto dissertativo que começou a ser pensado e desenvolvido desde a construção do projeto, passando pela ministração das disciplinas do mestrado e ao término das mesmas.

1.2 Sujeitos da pesquisa e suas funções

Os sujeitos (FIGURA 3) escolhidos para serem entrevistados neste trabalho são moradores do povoado Solta, além de representantes de órgãos públicos que têm alguma ligação direta e/ou indireta com a comunidade como o Instituto Chico Mendes da Conservação e Biodiversidade- ICMBio, e Secretaria municipal de Agricultura de Carolina, além de entidades privadas como a empresa Fruta Sã³.

Nesta pesquisa foi de fundamental importância essa participação porque eles contribuíram para um aprofundamento do conhecimento sobre a área de estudo, assim também como análise dos processos que vêm ocorrendo em torno dela.

³ Fruta Sã: uma pequena empresa que produz polpas de frutas do cerrado por meio do extrativismo realizado em sua maioria por produtores rurais e por comunidades indígenas em menor escala. A fábrica, localizada em Carolina/MA, tem como principais objetivos, oferecer alternativas de renda aos pequenos produtores da região e “manter o cerrado em pé”. Seus proprietários são uma organização indígena e outra indigenista. (NOLETO, 2009, p. 6).

Figura 3- Sujeitos da pesquisa

SUJEITO	FUNÇÃO
1 Sr. Cesar	Morador associado, ex presidente da Associação de Moradores Bezerra de Moraise ex brigadista ICMBio.
2 Sra Alzerina	Moradora, associada e secretária da Associação de moradores Bezerra de Morais
3 Sr. Neto	Presidente da Associação de moradores
4 Sra Felicidade	Moradora e associada, uma das anciãs da comunidade, também da Associação Bezerra de Morais .
5 Sr José Bezerra	Morador não associado, Um dos anciãos da comunidade
6 Sra Maria da Penha	Moradora, associada e responsável pelos serviços gerais e preparo do lanche na escola do povoado
7 Sr Pedro da Cruz	Morador, não associado, agente municipal de saúde de Carolina no povoado Solta
8 Sr Remilson	Morador não associado, e ex professor do ensino fundamental da escola do povoado
9 Sr Atila	Tecnico da Secretaria municipal de agricultura de Carolina
10 Sr Mayk	Responsável pela Fabrica de processamento de polpas de frutos do cerrado- Fruta Sã
11 Sr Valter	Secretário de agricultura do município de Carolina
12 Sra Maria Helena	Moradora, associada, secretária da Associação de Moradores Bezerra de Morais
13 Sra Rosália	Moradora, não associada
14 Tomas	Morador, local não associado
15 Sra Deuselina	Moradora local não associada
16 Sra Ana Amélia	Moradora local associada
17 Sra Joana	Moradora local
18 Sra Oneide	Diretora da escola de ensino fundamental municipal do povoado
19 Sr Clodomir	Morador local e associado
20 Sr Paulo Adriano	Servidor público federal do ICMBio, responsável pela gestão e fiscalização do Parque Nacional da Chapada das Mesas e de sua zona de amortecimento

Fonte: COSTA, 2016.

2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO SOLTA

O povoado Solta é um campo interessante para a análise territorial, pois compreender o uso de seu território é um meio para se chegar à compreensão da realidade. Nele estão inseridos as relações sociais e seus conflitos, é um campo vasto para a análise por envolver questões relacionadas à política, economia, cultura, espaço, dentre outras, tornando-os assim parte do estudo de várias ciências. Para a Geografia, Haesbaert (2007, p.37) menciona que o território é um conceito central que representa a espacialidade humana

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção de relações de poder (na maioria das vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção(enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais(mas também no tratamento do “neoliberalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, no sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. (HAESBAERT, 2007, p. 37).

Fernandes (2008) aponta a centralidade dos temas nas discussões e debates, mostrando o quanto tais discussões têm servido para tratar de políticas relacionadas ao desenvolvimento rural, sendo o seu ponto de partida o espaço (totalidade). Enfatiza que não há uma única definição do conceito, sendo que este depende da intencionalidade do pesquisador, da relação sujeito e objeto pesquisado e, da interpretação daquele que fará a leitura do trabalho.

[...] é na relação sujeito-objeto que se inicia uma contradição necessária e antinômica. O sujeito, personificado no pesquisador, está inegavelmente carregado de componentes ideológicos e vai trabalhar o conceito de território sob sua ótica predominante. Uma vez exposta a sua compreensão do que é o conceito, quem o ler vai por sua vez, fazê-lo considerando sua formação e postura ideológica. Aí, como a questão do método, num primeiro plano, é a que está presente, o conceito é elaborado e exposto mas, ao ser decodificado por outra pessoa, ele já se transforma em uma representação com outra qualificação matizada pelo sujeito(que não é aquele da primeira relação sujeito-objeto, mas um outro que se identifica na relação objeto-sujeito, ou seja, num segundo momento da formulação epistemológica) que realiza a leitura. (SPOSITO, 2004, p. 15).

O importante em considerar nesta análise é a multiplicidade de significados que o tema carrega, o que torna impossível desvincular um aspecto do(s) outro(s), “a realidade, arterial preexistente a qualquer conhecimento e qualquer ação. Saquet (2004, p. 144) afirma que:

[...] onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder, (SAQUET, 2004. p.144).

Para Haesbaert (2014), Claude Raffestin e Robert Sack, parece haver um consenso de que a dimensão política, muito além de sua perspectiva jurídica e estatal, é a que melhor responde pela conceituação de território. Dada a importância deste caráter político, e a partir do amplo sentido relacional que assumimos para o poder (o que inclui o próprio poder simbólico).

Para ele “o território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido”, destacado por Godelier, de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza, para utilizar os termos de Marx. Além disso, é importante ao enfatizarmos que o sentido relacional do território é a percepção de que ele não implica numa leitura simplista de espaço como enraizamento, estabilidade, delimitação e/ou fronteira.

Por ser relacional, Haesbaert (2004) afirma que “o território é também movimento, fluidez, interconexão, em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade”. Outra característica também apontada em suas discussões é que enquanto relação social uma das características mais importantes é a historicidade, sendo necessário diferenciá-la num determinado grupo social de acordo com cada momento histórico e suas especificidades.

Nesse sentido, Solta apresenta características que mostram como a população local tem se organizado buscando maneiras de continuar sobrevivendo frente às transformações ocorridas no território, valorizando sempre os recursos naturais.

2.1 Breve histórico sobre a ocupação da região da Chapada das Mesas

A importância da análise histórica é defendida por Prado Júnior (1994), quando afirma que a análise da história de um povo, seja qual for o momento ou aspecto dela que interessa todos estes não são senão partes, por si só incompletas de um todo que deverá ser sempre o principal objetivo. Sendo necessário, portanto, uma investigação que contemple os vários elementos estruturais do objeto em questão e como eles se relacionam naquele território.

A ocupação do sul do Maranhão foi motivada pela expansão da economia açucareira que, dependente do gado como alimento básico da população livre e escrava e

como transporte e força motriz dos engenhos, estimulou a multiplicação dos currais e sua interiorização. A proliferação das fazendas nessa época deu-se também à crescente demanda de carne por parte da região aurífera de Minas Gerais. (CABRAL, 2008, p. 24).

O crescimento desta criação foi rápido em consórcio com a cana. Porém, logo se notou que as duas atividades possuíam dinâmicas e características próprias tornando inviável seu consórcio. Dessa maneira, a pecuária passou a desviar-se da atividade canavieira e buscar novos rumos.

Teve, então que se deslocar das imediações dos engenhos, abrindo caminhos em busca dos sertões. Além da expansão açucareira, um outro fator, a disponibilidade de terras favoreceu a internalização do boi. Este era criado de forma extensiva, com baixa produtividade, exigindo extensas áreas. E terras era o que não faltava, infindáveis, como pastos naturais em abundância, prontos, feitos, um convite irrecusável à penetração dos currais (CABRAL, 2008, p. 75).

Ainda de acordo com Cabral (2008) os dois principais focos de irradiação da pecuária foram Pernambuco e Bahia impulsionados especialmente pela iniciativa particular. O que partiu da Bahia alcançou o rio São Francisco e tomou duas direções. Uma subindo o rio que teve mais tarde papel importante no abastecimento do mercado das minas, e a outra, dirigindo-se para o Norte, onde ocupou o interior do Piauí e Ceará, atingindo, no início do século XVIII, as campinas sul - maranhenses.

Em comparação a outras regiões a ocupação do sul do estado se processou tardiamente, a partir de 1730. As terras ocupadas inicialmente situavam-se nas proximidades do Parnaíba, onde se instalaram as primeiras fazendas de gado. Cabral (2008) afirma que nesta ribeira foi fundado, na década de 1740, o povoado de Pastos Bons que serviu de apoio para o avanço da conquista. Nas direções oeste e sul, a predominância de campos naturais exuberantes era um “convite” à ocupação.

[...] estendiam-se os campos naturais contínuos cobertos de exuberantes pastagens, **Pastos** realmente **bons** regados de por numerosos e perenes rios, córregos e ribeirões protegidos por florestas ciliares e entremeados por capões de mato e palmeiras, com clima ameno e saudável. As condições naturais foram chamariz e condicionante para que a frente de vaqueiros avançasse em sua direção [...] A existência de campos naturais, além de ser a causa e o motivo da própria escolha do local, foi condição indispensável para o desenvolvimento da pecuária extensiva e itinerante (CABRAL, 1992, p. 109).

Com a efetiva ocupação da região, no final do século XVIII já havia inúmeras fazendas de gado, espalhadas pelos vales de seus principais rios e riachos. Em 1808, chegavam à margem oriental do rio Tocantins alguns mercadores e ex-garimpeiros goianos, dentre eles Francisco José Pinto Magalhães. Em local que consideraram estratégico para a navegação do rio Tocantins, fundaram a povoação de São Pedro de Alcântara, denominado

em 1936 de Carolina.

As formas de povoamento e de exploração econômica do solo ocorreram de forma diferente entre o litoral e sertão. Na forma de exploração definiram a estreita ligação da área com os mercados açucareiros nordestinos e a desvinculação da capital do estado do Maranhão, São Luís. Já que sua economia era pautada na pecuária e a do litoral era baseada no tripé: uso da grande propriedade rural, do latifúndio, modelo agroexportador, e utilização de mão de obra escrava africana. A pecuária no sul maranhense se tornou um importante elemento de integração entre os sistemas produtores que marcaram o Brasil colonial.

[...] a integração da região à capital maranhense foi um processo lento, demorado e marcado por tensões. Posteriormente esse processo foi se consolidando por meio da construção de estradas, ferrovias e de serviços de rádio, telefone, televisão, dentre outros meios unificadores (CABRAL, 2008, p. 25).

Pachêco Filho (2011, p. 17) enfatiza que o sertão não era um lugar isolado das demais regiões da província, mostrando que os sertanejos, principalmente os ribeirinhos, sempre utilizaram o rio para se integrar com outras localidades. O autor cita as informações de um artigo publicado por Frederico Figueira do jornal O Norte, editado em julho de 1919, em Barra do Corda no qual enfatizava o aumento significativo da região e das necessidades de sua população.

Essas necessidades geraram a criação de um mercado extremamente diversificado. Exportando pequenas quantidades de algodão, arroz, farinha de mandioca, óleos vegetais, penas de ema e peles de animais silvestres, a quantidade exportadora só era considerável quando nos detemos ao item pecuária, aí, os gados vivos, os couros ganham importância, o gado chegava mesmo a ser o maior item das exportações [...]. (PACHÊCOFILHO, 2011, p. 148).

Para Ribeiro (1990, p.28) a história do Maranhão foi marcada pelo abandono e pela miséria que afligiam os seus habitantes, confundindo-se com a história do extrativismo vegetal, da escravidão indígena e das lutas contra os jesuítas, características da colonização do Brasil Setentrional.

Entre 1796 e 1811, quarenta e três produtos compunham o volume das exportações maranhenses, os dez com maior importância seguindo uma hierarquização foram: 1- algodão, 2- arroz, 3- cera, 4- vaquetas, 5- couros secos, 6- couros salgados, 7- farinha, 8- atanados, 9- goma, 10- aguardente. (ARRUDA, 1980, *apud*RIBEIRO, 1990, p. 31).

No caso da região em análise, o produto em destaque foi a pecuária, atividade econômica de grande relevância desenvolvida no estado. Ela se estendia como um setor subsidiário da economia agrário-exportadora. Segundo trabalhos clássicos da historiografia brasileira, a pecuária maranhense apresenta certas peculiaridades, não encontradas em outras regiões brasileiras. (RIBEIRO, 1990, p.53).

Porém com o processo de declínio da produção maranhense, Em meados do século XIX, a pecuária também veio a entrar em decadência. A partir da década de 1850 o consumo de carne era superior à oferta. Os motivos para essa decadência são vários, dentre eles destacam-se, segundo João de Souza (1960 *apud* RIBEIRO, 1990, p. 54):

A irregularidade das estações, provocando inundações dos campos no inverno e seca no verão, resultou, inegavelmente, em grande mortandade dos rebanhos. Por outro lado, criado a lei da natureza e disseminado por extensos campos, estava o gado sujeito a contínuos roubos, o que não deixava de concorrer para a diminuição dos rebanhos e, conseqüentemente, da produção. Entretanto, além desses fatores limitadores da produção, acresce o fato de que não havia por parte dos criadores, a preocupação no sentido de melhoramento da raça.

Com esse declínio uma nova fase se inicia, com a abolição da escravatura no Brasil, no Maranhão devido a existência de grandes extensões de terra, os escravos foram em busca de novas terras para executar atividades de subsistência.

No século XX com a inserção da divisão social do trabalho a articulação da economia tem como características: a produção de alimentos para o mercado nacional, o avanço das lavouras temporárias e a ocupação do oeste maranhense. Destacando-se a partir daí significativas transformações na realidade agrária tradicional, aliado a esse fator também ocorreu um aumento populacional e estruturação e expansão do quadro urbano onde se puderam perceber contradições e desigualdades na sociedade maranhense.

A partir da década de 60, a região sul do Maranhão passou por profundas transformações gerando uma série de problemas de cunhos social, ambiental, econômico e cultural. Cabral (2008, p. 25) afirma que a região vem passando por sensíveis mudanças econômicas, ocasionando sérios problemas sociais. Com a construção da Belém-Brasília, antigos municípios, como o de Imperatriz, até então acanhados e isolados, transformaram-se em pólos de grandes projetos pecuaristas e madeireiros.

Da mesma forma, em outras zonas como a do Grande Balsas, agricultores do sul do Brasil, denominados genericamente de gaúchos, foram se **inserindo** no território a partir de 1970 impactando a região por profundas transformações decorrentes da colocação da terra no mercado e simultânea mecanização da agricultura (ANDRADE, 2008). Período de devastação de grandes áreas para a implantação de monoculturas como soja, arroz e eucalipto tem sido intensa.

Nessa área onde tradicionalmente passavam rebanhos criados a solta, campos de soja e arroz vão, pouco a pouco, tomando o lugar da antiga paisagem, com ameaça de poluição da água, do solo e do ar, devido ao uso indiscriminado de agrotóxicos, e de devastação de extensa área de cerrado sul-maranhense. Velhos costumes e tradições vão se desintegrando, ao mesmo tempo em que as categorias dos vaqueiros, agregados, posseiros, vão se transformando em assalariados da agricultura mecanizada. O secular mundo pastoril sobre o qual tão pouco se tem

investigado vai-se lentamente se desmoronando. (CABRAL, 2008, p. 25).

Concomitantemente a essa contínua transformação da paisagem, insere-se o modelo do desenvolvimento econômico destinado ao campo pautado no agronegócio em que as formas de imposição do sistema capitalista sofreu uma intensificação a partir da década de 1960 com o aprofundamento da tecnologia industrial na agricultura, a conhecida “Revolução Verde” que

[...] em meados da década de 1960, aprofundou o uso da tecnologia industrial na agricultura, principalmente com o desenvolvimento das sementes híbridas associadas ao uso de agrotóxicos. Essa seria uma “revolução” porque trazia a promessa de acabar com a fome em todo o mundo através do aumento da produção de alimentos. Passados 20 anos, a fome e as desigualdades não desapareceram, pelo contrário, agravaram-se. Por isso, em meados dos anos 1980, a indústria agrícola e de biotecnologia tentou novamente e renovou a promessa com o lançamento da chamada “semente transgênica”, essa sim, tecnologia que acabaria com os problemas de produção de alimentos e mataria a fome mundial (PACKER et al., 2012, p. 9).

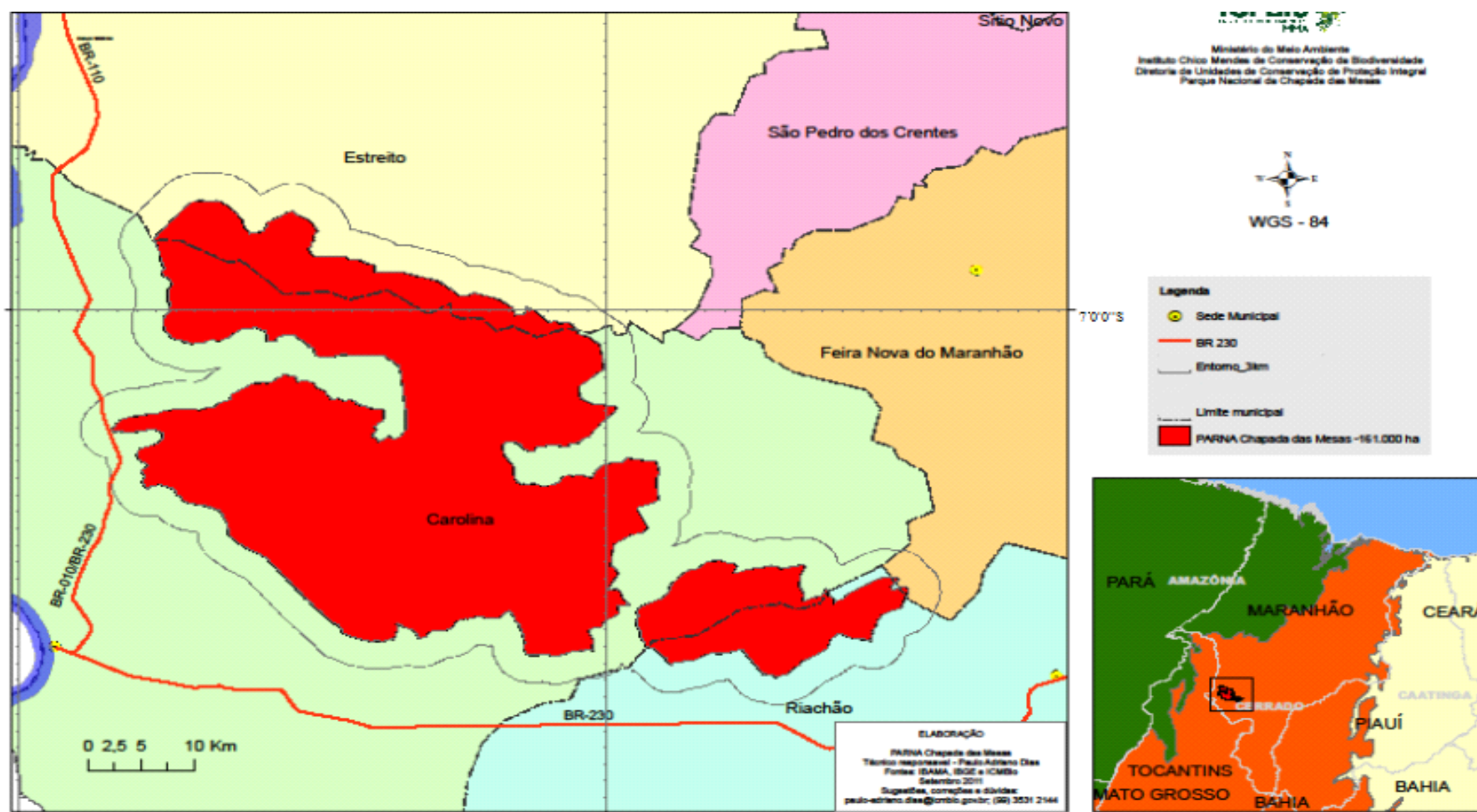
No entanto, para as referidas autoras, ao invés das tecnologias e das políticas reguladoras dessa “revolução” contribuírem com o desenvolvimento agrícola e social, se constatou que cada vez mais aumentaram as desigualdades, a pobreza e a concentração das riquezas produzidas por todos os trabalhadores ficaram as mãos de poucos, violando os direitos de grande parte dos cidadãos e povos do mundo.

Na área de estudo, a expansão do agronegócio fez com que as lavouras e pastos avançassem cada vez mais rumo ao cerrado, comprometendo-o significativamente. No Maranhão em regiões de cerrado nas últimas décadas ocorreram mudanças nos aspectos paisagísticos com o avanço das fronteiras agrícolas para a monocultura da soja voltada para a exportação (MARQUES, 2012). O que inicialmente poderia parecer uma atividade lucrativa para alguns, tem levado a exploração irracional e a destruição do bioma cerrado o que vem diminuindo a incidência das espécies nativas da região.

Baseado neste modelo de conservação ambiental⁴ em que a preocupação tem como base a conservação da biodiversidade considerando apenas a manutenção das espécies vegetais e animais e o ser humano como um agente de destruição dos recursos naturais começaram a ser criados no Brasil, as áreas de proteção ambiental, nelas estão incluídos os parques nacionais, como é o caso do Parque Nacional da Chapada das Mesas – PNCM (FIGURA 4), criado em 2005, fruto da necessidade de preservação do bioma cerrado.

⁴O Sistema de Unidades de Conservação – SNUC apresenta as Unidades de Conservação em dois tipos de acordo com critérios e objetivos específicos para cada unidade, são elas: Unidades de Proteção Integral (Estação Ecológica – ESEC, Reserva Biológica – REBIO, Parque Nacional – PARNA, Monumento Natural – MONAT, Refúgio Da Vida Silvestre – RVS) e as Unidades de Uso Sustentável (Área De Proteção Ambiental- APA, Floresta Nacional – FLONA, Reserva Extrativista - RESEX , Reserva De Fauna – RF, Reserva De Desenvolvimento Sustentável – RDS, Reserva Particular Do Patrimônio Natural – RPPN) que poderão ter maior ou menor significado para a preservação dos ecossistemas naturais. No caso dos Parques Nacionais, São de posse e domínio públicos, e a visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, sendo estas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração. A pesquisa científica depende da autorização prévia do órgão responsável pela unidade. As unidades dessa categoria quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal. Tem como objetivo básico definido no artigo 11 do SNUC: [...] a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Figura 4- Localização do PNCM



Fonte: Arquivo ICMBIO, 2011, apud MARQUES, 2012.

O parque está inserido numa área que abrange os de municípios de Carolina, Riachão e Estreito, ao sul do estado do Maranhão. A região é considerada uma fronteira do agronegócio e sofre uma grande pressão para o uso agrícola dessas terras. Este processo de ocupação e exploração do cerrado brasileiro já tem sido vivenciado por outras regiões em que a existência do bioma era predominante.

Dada a sua importância ambiental e social pode ser considerada um patrimônio para todos os brasileiros e por esse motivo merece ser respeitado, valorizado e entendido não como um celeiro agrícola, mas como um território que além de sua exuberância, é rico em biodiversidade e o mais importante, é vivido por populações tradicionais que estão há tempos na região e são os sujeitos que promovem a sustentabilidade do ecossistema cerrado, contribuindo para a manutenção do mesmo.

Inevitavelmente o tempo das permanências está se transformando rapidamente, devido aos novos momentos deste território. Trata-se de um momento, com a proposição de uma nova forma de condução para essa paisagem, com base nos processos de conservação da mesma. Na visão de Portanova (2012), estas breves constatações são para ilustrar que ao mesmo tempo em que um modelo se esgota, outros aparecem como viáveis, mesmo que estivessem relegados a um segundo plano, desconsiderados ou tidos por indesejáveis.

Para o autor é necessário se pensar na possibilidade de alternativas concreta de sobrevivência diferente deste modelo industrial imposto por uma lógica americana-européia tem sido vislumbrada no século XXI, principalmente no meio latino-americano, onde várias constituições têm sido baseadas no multiculturalismo e nas suas formas concretas de conservação do ambiente não comprometendo a vida das futuras gerações.

Os conflitos socioambientais da atualidade vêm de uma relação direta entre a forma da sociedade ver a natureza e o trabalho humano sobre ela. A insustentabilidade ecológica é uma consequência histórica e epistemológica da ruptura do ser humano com o seu entorno natural, da dicotomia entre a sociedade e a natureza. Por isso, muitos autores falam no colapso do modelo atual de desenvolvimento e no surgimento de um novo modelo, mais adequado (PORTANOVA, 2012). Baseado no modo de vida das populações e comunidades tradicionais, onde se tem uma relação mais equilibrada com o ambiente.

Nesta perspectiva, Escobar (2005, p. 135), contribui com seus estudos sobre a cultura da natureza e a natureza da cultura, com variadas formas de práticas ambientais e de sobrevivência de comunidades rurais pelo mundo.

Antropólogos, geógrafos e ecologistas políticos demonstraram com crescente eloquência que muitas comunidades rurais do Terceiro Mundo “constróem” a natureza de formas impressionantemente diferentes das formas modernas dominantes: eles designam, e portanto utilizam, os ambientes naturais de maneiras muito particulares. Estudos etnográficos dos cenários do Terceiro Mundo descobrem uma quantidade de práticas –significativamente diferentes– de pensar, relacionar-se, construir e experimentar o biológico e o natural. (ESCOBAR, 2005, p. 135).

Atualmente começou a ser implantado na região o programa de eletrificação do governo federal, fator contribuinte para mudanças significativas no território, tanto nos aspectos naturais quanto sociais, resultando em novas práticas e comportamentos embora mantendo seus saberes e práticas.

A região da Chapada das Mesas apresenta especificidades em seus aspectos naturais e sociais. Nela, ao longo da história vem ocorrendo processos ora denominados de “desenvolvimento” ora de “conservação” e em meio a isto a “inclusão social” pregada pelo Estado, neste caso particular o governo federal, através de política pública voltada ao acesso de energia elétrica a todos os brasileiros.

2. 2 A historicidade do povoado Solta

Em termos de ocupação do território de Solta, seu início se deu pelo estabelecimento de três famílias: a de Raimundo Furtado, a de José Alves Bezerra de Moraes e a de Francisco Aguiar (o “Nensinho”), oriundas de localidades próximas da região. O morador, filho do Sr. Alves de Bezerra, nascido no povoado explica um pouco de como se deu este processo de chegada ao território

Meu pai, o José Alves de Bezerra, quando chegou acho que chegou menino que ele era de Loreto. Ele chegou pra cá e aí depois eles conseguiram comprar esse pedaço de terra aqui aí ele acabou ficando por aqui. [...] *cada quem* tinha sua terra mas não era separado, todo mundo *botava* sua roça onde queria, um *botava* pra colá, outro *botava* pra cá, depois veio o DEMARC que dividiu essa data aqui pra sempre. Nem lembro direito a data, [...] mas foi bem á base de 80, 90 por aí eu acho. Aí saíram aqui fazendo o perímetro da área *todinha* aí *cada quem*, papai, tiraram a do Nensinho, o Furtado, era os três *dono* de terra dessa área aqui. Essas três áreas *cada quem* foram dividindo pros filho antes de morrer. [...] Eles não eram irmãos não, era só vizinho *mermo* e parente. O Nensinho era mais consideração, agora o Furtadinho ele era parente *mermo* do papai, eles eram *primo*. Aqui sempre é família, né? Aqui quase todo mundo é parente um do outro. (Sr. CESAR, 2016, relato oral).

De acordo com relatório da assessoria técnica da Associação Bezerra de Morais

O povoado Solta surgiu [...] nos sertões do município de Carolina/MA, onde se estabeleceram em uma área de 1.512 hectares. O povoado faz divisa ao sudeste com o município de Riachão/MA, tendo como limite natural o rio Lages Grande. Esse importante rio vem possibilitando aos agricultores agroextrativistas, lazer, fornecimento de água, alimentação do gado e, pesca e além de uma fonte de renda

complementar com o aproveitamento de diversas frutas nativas, entre qual a juçara, buriti, cajá e a bacaba entre outras.

A sra. Felicidade, 86 anos, uma das moradoras mais antigas do povoado, chegou ao local em 1957 onde se casou com seu esposo José Alves Bezerra. No povoado teve seus 7 filhos. Sempre trabalhou na roça, atividade comum entre os moradores. Para ela, “a roça é tipo uma mãe, a pessoa bota uma roça, planta e sempre a pessoa traz algo da roça” (Sra. FELICIDADE, 2014, relato oral).

Sobre o nome “Solta”, está relacionado à criação de gado bovino e se deu pelo fato de antes a área servir como “um refrigerio para o gado” como aponta a sra. Felicidade: “ele pastava na área da Solta”. O sr Pedro da Cruz comenta:

Diz que aqui era um lugar de botar gado de umas fazenda que tinha umas vareta, com o tempo vão acabando essas vareta mas era muito bom pra gado e eles *trazia* o gado *pra* soltar *pra* cá. O nome Solta então por isso que ficou Solta porque era uma solta de gado de outras fazenda que *trazia pra cá*[...] *trazia* o gado e deixava tudo solto, eles passavam seis meses(2016, relato oral)

Sr. César também comenta sobre o nome do povoado

Já chamavam Solta, agora como ele foi criado eu não sei se essa é a história real porque antes as pessoas, esses *fazendeiro* que tinha gado, eles não tinha pasto, todo mundo criava seu gado era solto aí aqui como era uma área de chapada até a Serra do Cabôco, *trazia* gado e *ajuntava* gado desse mundo todo daqui até o Itapecuru aí vinha gado pra cá, aí deu origem a Solta, devido a solta de gado (2016, relato oral).

Com o passar dos anos os moradores foram deixando a pecuária, em sua maioria esta atividade e se dedicando mais ao extrativismo devido principalmente, segundo relatos, aos custos e trabalho relativos a criação, se tornando cada vez mais difícil a manutenção desta prática.

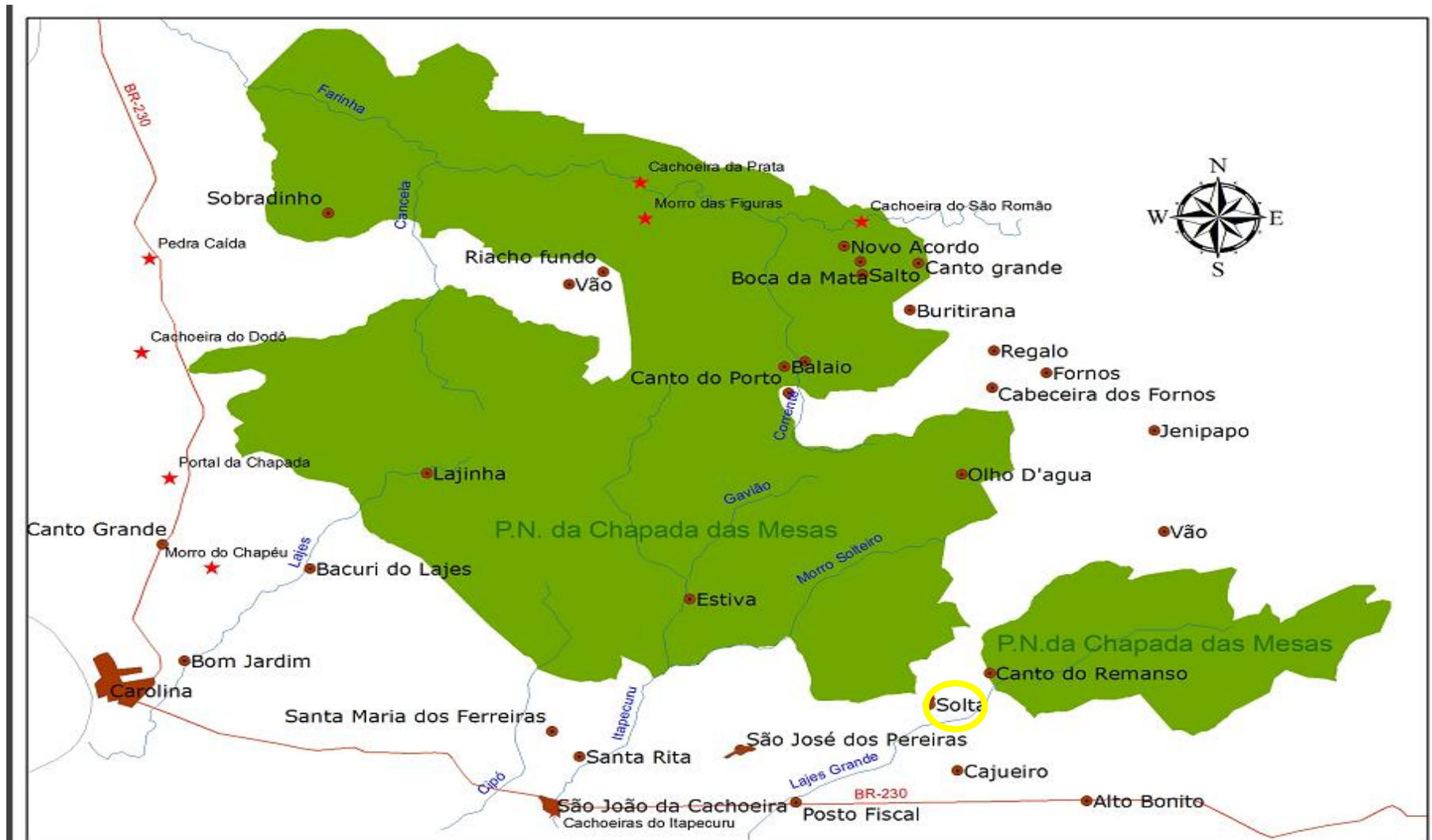
2.3 Aspectos naturais

O povoado Solta está situado na região Jenipapo, zona rural do município de Carolina. Segundo a regionalização do IBGE, o município está localizado na Mesorregião Sul Maranhense, na microrregião de Porto Franco. Solta (FIGURA 5) encontra-se na área de entorno do Parque Nacional da Chapada das Mesas que, segundo o ICMBIO, está situado em área de prioridade extremamente alta para conservação da biodiversidade do bioma cerrado (incluído na lista dos 25 “*hotspots*” mundiais).

A região tem um importantíssimo valor para a manutenção da biodiversidade brasileira, uma vez que atua como ecótono entre três biomas: cerrado, Amazônia e caatinga,

portanto, com potencial para abrigar altos níveis de riqueza e abundância de espécies da flora e fauna, além de incrementar o corredor ecológico intitulado Araguaia-Bananal.

Figura 5- Povoado Solta na área de entorno do Parque Nacional da Chapada das Mesas PNCM



Fonte: Arquivo ICMBIO, 2014.

Considerando que o povoado está na área de abrangência da Região da Chapada das Mesas faremos menção aos caracteres geográficos da mesma. O clima predominante é o Tropical úmido, com temperaturas altas durante o ano todo. Possui duas estações bem definidas: verão seco, que vai de maio a outubro e o inverno chuvoso, que vai de novembro a abril, aproximadamente. Sendo os meses de julho, agosto e setembro os mais críticos em relação à seca e aos focos de incêndio. Os totais pluviométricos anuais ficam entre 1.250 e 1.500 mm. A temperatura média anual é de cerca de 26,1°C, com mínimas variando de 25,2°C em janeiro a 27,8°C em setembro. As máximas giram em torno dos 36°C nos meses de julho e agosto.

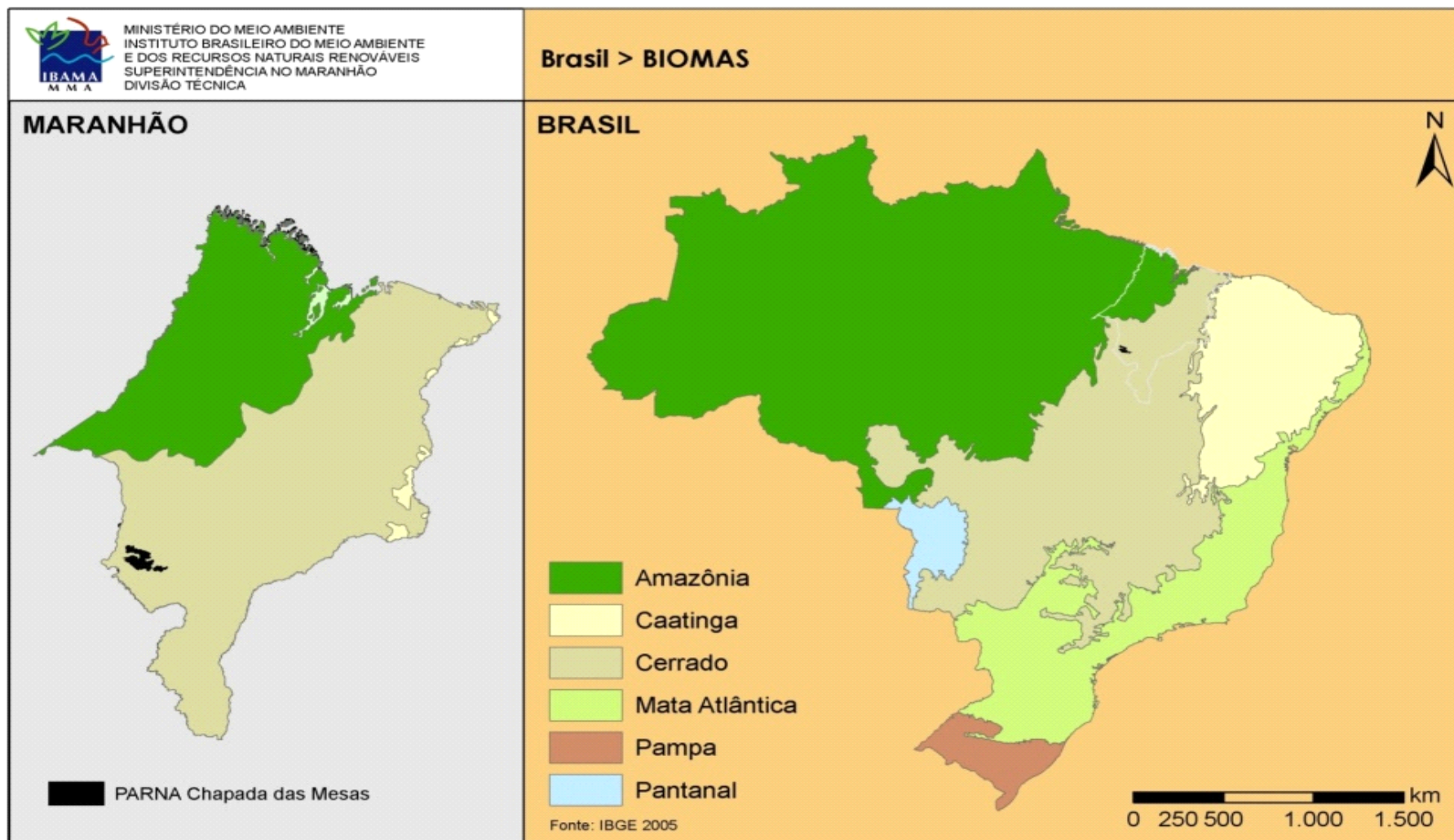
A Chapada das Mesas é dotada de uma rede hidrográfica rica, com destaque para a bacia hidrográfica do rio Farinha que é um dos principais afluentes do rio Tocantins. O parque protege inúmeras nascentes, que segundo um levantamento preliminar feito pela equipe gestora da unidade através de sobrevôos e análises de imagem de satélite, apontou a existência de cerca de 400 nascentes em seu interior além de cursos d'água de diversos rios, como o rio Farinha e suas inúmeras quedas d'água, tais como: Itapecuru, Urupuchete, Corrente e Lajinha. No povoado Solta passam os rios Solta, Isebe, Lajeiro e Boi Velho.

O relevo é predominantemente plano-ondulado. A maior parte da área é composta por um trecho de relevo de chapada, com altitude basal de 250m, caracterizada pela presença de morros de arenito elevados, cujas formas são esculpidas pela ação dos ventos e chuvas ao longo do tempo. As altitudes variam de 250m nos vales e chapadas até 524m, no morro testemunho denominado Serra da Malícia.

O topo dos morros são relativamente planos, apresentando o formato de mesetas, de onde surgiu a denominação "Chapada das Mesas". Devido ao processo erosivo dos arenitos, formam-se várias áreas de deposição de solos arenosos, cuja coloração varia de acordo com a rocha de origem. A formação Sambaíba é a que predomina dentro dos limites do Parque, mas existem também a Formação Mosquito e Formação Mutuca.

A vegetação típica é a do bioma cerrado (FIGURA 6), caracterizado por distribuição de diversas fitofisionomias de aspectos savânicos e florestais, onde também podem ser encontradas espécies da caatinga e da Amazônia.

Figura 6 - O PNCM no bioma cerrado



Fonte: Arquivo IBAMA, 2006.

Como representantes da biodiversidade local, na área de amortecimento onde se localiza Solta, especificamente, há uma grande riqueza em se tratando de biodiversidade⁵.

No que se refere à paisagem natural da região da Chapada das Mesas se apresenta de maneira muito singular e envolve áreas de tabuleiros que se têm transformado, no decorrer de milhões de anos, Marques (2012, p. 46) ressalta que este aspecto pode ser percebido a olhos nus quando vislumbramos uma imensidão de areias sendo levadas pelo vento e erodindo muito devagar e esse sentir a paisagem também é possível, não somente com o olhar, mas sim com o olfato, sentindo o cheiro das flores que inundam o ar com os aromas dos mais variados, tasteando as cascas grossas das árvores sinuosas que mais parecem uma composição harmônica espalhadas pelos campos de gramíneas.

2.4 Aspectos sociais e culturais

A maioria dos moradores do povoado Solta, camponeses⁶, desenvolvem atividades de subsistência com sua família e comercializam somente o excedente da produção. Ainda vivem de maneira simples e coletiva quando é a época da produção da farinha de mandioca e também na coleta de frutos do cerrado e festejos religiosos. Apesar de serem camponeses, adota-se aqui o termo Sertanejo do cerrado (FIGURA 7) para diferenciá-los de outros grupos da mesma categoria de camponeses.

⁵São alguns animais encontrados na área: ANIMAIS: Arara vermelha (*Ara chloropterus*); Tatu (*Tolypentis tricinctus*); Onça (*Panthera onça*); Quati (*Nasua nasua*); Macaco-prego (*Cebus apella*); cotia (*Dasyprocta aguti*); capivara (*Hydrochoerus hydrochoeris*); Cobra cascavel (*Crotalus durissus terrificus*); Cobra jararana (*Bothrops jararaca*); Cobra Sucuri (*Eunectes murinus*); Cobra jibóia (*Boa constrictor*); Lobo gaurá (*Chrysocyon brachyurus*); Veado mateiro (*Mazama americana*); Veado catatingueiro (*Mazama gouazoubira*); Tamanduá bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*); Ema (*Rhea americana*); Papagaio (*Amazona aestiva*); Carcará (*Caracara plancus*); Curió (*Sporophila angolensis*); Sapo cururu (*Bufo marinus*); Dentre as espécies vegetais: Canjerana (*Cabralea canjerana*); Oiti (*Licania tomentosa*); Cajuí (*Anacardium occidentale* L.); Pequi (*Caryocar brasiliense*); Jatobá (*Hymenaea courbaril* L.); Mangaba (*Hancornia speciosa*); Jatobá (*Hymenaea stigonocarpa*); Merindiba (*Lafoensia glyptocarpa*); Caju (*Anacardium occidentale*); Buriti (*Mauritia flexuosa*); Babaçu (*Orrbignya speciosa*); Cajá (*Anacardium occidentale*); Juçara (*Euterpe edulis* Mart.); Bacuri (*Platoniainsignis*); dentre outros.

⁶[...] campesinato é uma categoria social genérica que abriga diversas identidades específicas de caráter local-territorial, cuja denominação, muitas vezes, refere-as aos ecossistemas de origem ou a algum recurso neles abrigado e que é estratégico para a sobrevivência do povo do lugar: seringueiros, ribeirinhos, caiçaras, geraizeiros, vazanteiros, caatingueiros, sertanejos, pantaneiros, quebradeiras de coco, pescadores, catadores de caranguejo, apanhadores de flor, faxinalenses etc. Algumas comunidades, como as que chamamos hoje de quilombolas, são etnicamente identificadas. São modos de vida e modelos socioespaciais-produtivos portadores de relações ser humano/sociedade/ natureza moldadas pelas especificidades socioculturais e ecológicas do lugar. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 733).

Figura 7- Sra. Felicidade, uma das primeiras moradoras do povoado Solta



Fonte: COSTA, 2014.

As principais atividades que desenvolve são a roça para sua própria subsistência, a extração de recursos naturais do cerrado e também a criação de gado bovino, embora esta última, em menor quantidade. Sua convivência com o ambiente é intensa, apropriando-se do mesmo, transformando-o com pouca alteração da paisagem tendo como objetivo o desenvolvimento de:

[...] formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução cultural e social como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos. (DIEGUES, 2000, p.18)

Porto-Gonçalves (2008, p. 122), afirma que “essas populações desenvolveram ao longo dos séculos, modos de vida com uma relação orgânica com os ecossistemas, baseados na sua produção biológica primária (extrativismo, caça, pesca) e em estratégias que otimizam as potencialidades do ambiente[...]”.

A relação do sertanejo (FIGURA 8) com o ambiente se dá de menos agressiva ao ambiente que nas populações “modernas”, na tradicional os elementos naturais e humanos se

encontram basicamente em equilíbrio, compondo uma paisagem única e exuberante como o bioma Cerrado da área em questão. Marques (2012, p. 28) ressalta que:

Essa concepção do humano na paisagem vem ao encontro da relevância de e pensar esse humano como componente indispensável da mesma, pois se processa uma relação de interferência da ação humana na transformação da paisagem e vice-versa. Podemos argumentar que o indivíduo que habita esse lugar é influenciado pelo ambiente em que está e assim também constitui o principal agente de mudança do mesmo [...] Associados de formas diversas, tanto físicas como culturais, tendo o conteúdo cultural da paisagem como uma marca da existência humana em uma área, a cultura seria o elemento que, ao agir no meio natural, resultaria na paisagem cultural.

Como resultado das sucessivas relações dos elementos envolvidos, dá-se uma determinada paisagem que transmite os momentos presentes, perceptíveis pela visualização espontânea e também as heranças do passado historicamente construídas pela ocupação e apropriação do espaço pelos seres humanos ancestrais que conviveram nestas áreas de estudo. (MARQUES, 2012, p. 28 e 29).

Uma população tradicional é reconhecida através de sua dependência frequente com a natureza num processo qual envolve os ciclos naturais, construindo o seu modo de vida, pelo conhecimento aprofundado da natureza, refletindo dessa forma na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. Este conhecimento é transferido de geração a geração.

Dessa forma, o conhecimento tradicional pode ser definido como uma relação de saberes a respeito do mundo natural, sobrenatural, havendo uma interligação entre estes e a organização social. Demonstrando claramente que existem diferenças marcantes entre as formas pelas quais as populações tradicionais produzem e expressam seu conhecimento sobre o mundo natural e aquelas que foram desenvolvidas pela ciência moderna.

Através das pesquisas de campo onde se pôde observar essa relação profunda entre os sujeitos do cerrado sul maranhense e seu território. Desde a construção de suas moradias (FIGURA 8) vê-se com o uso dos recursos naturais. Para a construção de suas casas tradicionalmente utilizam a taipa, tábuas, as fibras e palhas de madeira, como por exemplo, a Piaçaba, sendo algumas casas também construídas todas de tábua.

Figura 8- Moradia típica do povoado Solta



Fonte: COSTA, 2016.

Geralmente em suas propriedades existem a casa da farinha (FIGURAS 9 e 10), o que demonstra os múltiplos e variados aspectos que envolvem o da mandioca e transformação em alimento conferem-lhe considerável importância histórica, econômica e social. Da produção ao consumo final, um conjunto de práticas, relações sociais, cosmologias e representações simbólicas expressam significados cujos conteúdos revelam elevado valor cultural. (PINTO, 2013, p. 2).

Figura 9- Casa da farinha



Fonte: COSTA, 2016.

Figura 10- Prensa um dos instrumentos utilizados para a fabricação da farinha



Fonte: COSTA, 2016.

O modo de preparo deste produto se dá basicamente da mesma forma em que todos afirmam terem aprendido como seus ancestrais também habitantes da região anteriormente. A primeira etapa é o corte e descasque da mandioca, em seguida a mesma é lavada e colocada em grandes caixas d'água para a perda da toxicidade e amolecimento da

mandioca onde a mesma fica em repouso entre 3 a 4 dias. Em seguida, o material é colocado no cocho onde é socado, depois colocado na prensa onde toda a água é seguida, o material é colocado em um recipiente onde é esfarelado (FIGURA 11), depois é colocado no forno na etapa final, uma das mais difíceis de todo o processo. Depois os produtores retiram parte para o seu consumo e a outra parte é comercializada.

Figura 11- Sr Tomas demonstrando uma etapa do processamento de farinha



Fonte: COSTA, 2016.

Além da mandioca também estão entre os produtos mais cultivados o milho, o arroz, a cana-de-açúcar, o feijão, a fava. Segundo os mesmos a melhor época para o plantio é de dezembro a abril. Uma prática comum é o plantio de gergelim no entorno das roças para o controle de pragas. O preparo da terra para a plantação nas gerações anteriores era feita através das queimadas, hoje contratam tratores para este fim. Outra atividade é a criação de pequenos animais como porcos e galinhas e em algumas propriedades o gado no sistema extensivo para sua subsistência. Também praticam o extrativismo de espécies como Pequi (*Cariocar brasiliensis*), Bacuri (*Platonia insignis*), Buriti (*Mauritiua flexuosa*), Juçara (*Euterpe edulis*), Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), dentre outros.

3 ELEMENTOS DINAMIZADORES NO POVOADO SOLTA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS MAIS RELEVANTES EM SEU TERRITÓRIO

Como processos dinamizadores que influenciaram a formação socioeconômica e cultural do povoado de Solta temos como destaque algumas políticas públicas e empreendimentos da sociedade civil, que possibilitaram uma melhoria da organização social e conseqüentemente a formação de um núcleo de atividades extrativistas em meio a um território de expansão para o agronegócio.

Como em outras localidades e populações, em Solta ainda hoje são elementos que causaram as transformações no território a inserção de políticas públicas que ora surgiram dos planos de desenvolvimento social do país (como o “Luz para Todos”) ora forma frutos da busca da população local que em busca de melhorias para o povoado buscaram alternativas para sua sobrevivência em projetos socioambientais (como no caso do PPP ECOS).

O tema Políticas Públicas é tratado por várias ciências, como as políticas, econômicas, geográficas, sociológicas, dentre outras. Por conta inclusive dessa diversidade de abordagens não há um consenso na definição do mesmo. Para Secchi (2010, apud VELOSO, 2011, p. 14) as políticas públicas se referem ao conteúdo concreto e ao conteúdo simbólico das decisões políticas, e também do processo de construção e atuação dessas decisões.

Secchi (2010, apud VELOSO, 2011), objetivamente explica que onde existem problemas públicos, a área de políticas públicas fornece subsídios para sua análise e tomada de decisões. O corpus teórico, o instrumental analítico e o vocabulário das políticas públicas tem se mostrado extremamente útil para aqueles que tomam decisões em diversos tipos de situações (saneamento, moradia, transporte, meio ambiente, gestão pública, dentre outras) (SECCHI, 2010 apud VELOSO, 2011, p. 15).

Ainda de acordo com Secchi (2010) a política pública é multiforme e se materializa por meios de instrumentos variados. Elas podem:

Fazer uso de diversos instrumentos para que as orientações e diretrizes sejam transformadas em ação. Políticas públicas tomam forma de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação de ações de uma rede de atores, gasto público direto, contratos formais e informais com stakeholders⁷, dentre outros. (SECCHI, 2010, apud VELOSO, 2011, p15).

Nas últimas décadas compreender sua elaboração, a forma de sua implementação, correlacionando aos objetivos previamente estabelecidos nos ajuda a entender sua

importância, o processo de transformação da realidade social a partir das mesmas e avaliar resultados.

No Brasil até a década de 1990, o cenário era marcado por instabilidades econômicas, crises políticas e financeiras e a adoção por parte do Estado de ações do sistema neoliberal, gerando no país uma realidade social desfavorável no que se refere a qualidade de vida de sua população. A partir de então se começa ver uma série de movimentos sindicais, reivindicações de grupos sociais organizados em busca de direitos previstos inclusive da Constituição Brasileira.

Há também naquele período, a emergência de uma diversidade de organizações da sociedade civil, tais como associações, organizações não-governamentais (ONG's) e cooperativas ampliando a diversidade de formas de expressão e também das pautas que compunham reivindicações e projetos. Essas organizações colocam-se, muitas vezes, na posição de mediação entre o Estado e as práticas organizativas da população passando ocasionalmente a fazer parte de estruturas de gestão e governanças das políticas públicas. (SILVA, 2010, p. 2).

Na zona rural também não foi diferente, a partir deste período de instabilidades e reivindicações foram tomadas algumas medidas. Dentre elas se destacam: a criação de um Ministério do Desenvolvimento Agrário, seguido da criação de programas complementares. O PRONAF, por exemplo, foi criado exatamente nesta época, representando uma mudança no que diz respeito á forma como se trabalhava a política agrícola no país.

As políticas públicas de desenvolvimento rural são executadas, geralmente por meio de programas e projetos, propostos por organizações governamentais e não-governamentais, através de intervenções que buscam provocar mudanças nas realidades em que essas incidem. Tais intervenções podem ser realizadas por mediadores ou executores pelo acesso das organizações de agricultura familiar a determinadas políticas públicas. No processo de implementação dessas políticas, ocorre uma interação com as dinâmicas locais. (SILVA, 2010, p. 3).

No caso do povoado Solta, o que se analisou é que a implementação de políticas públicas na comunidade tem ocorrido, provocando mudanças no cotidiano das famílias que habitam aquele território, cabendo destacar ainda a organização da população local na busca de seus objetivos, onde estão envolvidos elementos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Na comunidade há algum tempo vem sendo implantadas algumas políticas públicas, das quais daremos destaque a: o programa Luz Para Todos, o PRONAF e o PPPECOS.

3.1 Chegada de energia através do Programa Luz para Todos

O Programa Luz para Todos foi inserido no Programa Território da Cidadania era uma ação do governo a fim de desenvolver regionalmente e de forma sustentável a garantia dos direitos sociais para as diversas regiões do país. O objetivo do Programa era melhorar o IDH das regiões evitando concomitantemente o êxodo rural e eliminando as desigualdades sociais. Interessante no Programa foi combinar ações diversas de ministérios e governos estaduais e municipais buscando juntos a resolução de problemas através de ações conjuntas, como por exemplo, ações para a melhoria da qualidade de vida das pessoas atuando na saúde, educação, saneamento, fortalecimento da agricultura familiar, através do PRONAF, acesso à energia, infraestrutura, etc.

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “LUZ PARA TODOS” foi concebido como instrumento de desenvolvimento e inclusão social, já que, de acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 2000 existiam dois milhões de domicílios rurais não atendidos pela prestação dos serviços de energia elétrica. Ou seja, aproximadamente dez milhões de brasileiros viviam, no meio rural, sem acesso a esse serviço público, sendo que cerca de noventa por cento dessas famílias possuíam renda inferior a três salários mínimos. (BRASIL, 2011, p. 4).

Na primeira etapa do Programa o objetivo era levar energia elétrica, até o ano de 2008, àqueles domicílios rurais identificados pelo IBGE. No entanto, durante a execução do Programa, novas famílias foram localizadas sem energia elétrica em suas residências, o que resultou na edição do Decreto no 6.442, de 25 de abril de 2008, ampliando-se, portanto, os objetivos no caminho à erradicação da exclusão elétrica e prorrogando-se o prazo inicial para o final do ano de 2010.

Posteriormente, por meio do Decreto no 7.324, de 05 de outubro de 2010, o Governo Federal assegurou a prorrogação do prazo de execução das ligações destinadas ao atendimento em energia elétrica, até 31 de dezembro de 2011, tão somente com o objetivo de garantir a finalização das obras contratadas ou que estivessem em processo de contratação até 30 de outubro de 2010.

O Programa teve a meta original de dois milhões de ligações, atendida em maio de 2009, beneficiando dez milhões de pessoas. Com a prorrogação do Programa para 2010, a nova meta foi estabelecida em dois milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, novecentos e oitenta e oito domicílios. Até julho de 2011 foram atendidos dois milhões, oitocentos e quatro mil, seiscentos e sessenta e nove domicílios, beneficiando quatorze milhões, vinte e três mil,

trezentos e quarenta e cinco pessoas, resultado que credencia o “LUZ PARA TODOS” como o Programa de inclusão elétrica mais ambicioso do mundo. (BRASIL, 2011, p. 4).

No decorrer da implantação do programa novas demandas surgiram, em sua maioria, localizadas nas Regiões Norte e Nordeste do País, que já apresentavam os maiores índices de exclusão elétrica à época do lançamento do Programa em 2003. Além das dificuldades de logística para a execução das obras, as citadas regiões concentram, dentre outras, parcela significativa da população contemplada no Plano Brasil Sem Miséria, do Programa Territórios da Cidadania e minorias sociais, tais como: quilombolas, indígenas e comunidades localizadas em reservas extrativistas e em áreas de empreendimentos do setor elétrico, cuja responsabilidade não esteja definida para o executor do empreendimento. Assim, visando o atendimento dessa demanda, o Decreto de no 7.520, de 08 de julho de 2011, instituiu o novo Programa “LUZ PARA TODOS” para o período de 2011 a 2014 (BRASIL, 2011, p. 4).

Para Andrade (2010), a falta de energia elétrica impossibilita o acesso a muitos outros serviços básicos como água de qualidade, saneamento, educação e comunicação, além do acesso a bens e serviços amplamente difundidos na sociedade moderna que dependem da eletricidade. Há, portanto, uma íntima relação entre os índices de eletrificação e o grau de modernização do espaço rural, redundando na qualidade de vida da população rural.

Dessa forma, o maior desafio da eletrificação rural é a baixa densidade geográfica e as condições de acesso para a chegada nestas localidades mais distantes o que representa dificuldade de logística para implantação das redes de energia. Outro fator também apontado por Andrade (2010, p 42), é que, além disso, essas áreas, em geral, não são integradas à economia formal, dificultando a difusão de mercadorias e serviços intra e extracomunidades, resultado da pouca atenção ao campo, pois só a partir desse século foi implementada uma política de eletrificação rural explicitamente com viés de inclusão social.

Para a autora, nessas regiões estão os mais elevados níveis de mortalidade infantil, reduzida expectativa de vida e maiores taxas de analfabetismo. É necessário que além da eletrificação do campo haja também o atendimento das necessidades básicas que caracterizam o exercício da cidadania, como por exemplo, o acesso ao crédito, possibilidade de escoamento da produção e garantia de preços competitivos para seus produtos no mercado.

Assim sendo, a eletrificação do campo ganha maior importância, pois promove maior inclusão de pessoas na escola, principalmente os adultos que poderão assistir aula durante o turno noturno. A energia elétrica no campo permite também a chegada da telefonia, possibilitando a essa população um maior bem estar e qualidade de vida. A eletricidade

propicia a introdução de inovações tecnológicas no campo, como o processamento de colheitas e conservação de produtos, resultando em maior produtividade agrícola, qualidade dos processos produtivos e melhores práticas além da possibilidade de alargamento da cadeia produtiva agrícola. (ANDRADE, 2010).

Voltando um pouco na História, no século XIX, o surgimento da energia elétrica foi um fator importante para o desenvolvimento evolutivo mundial, a partir dela a humanidade passou a dominar cada vez mais a natureza e desenvolver novas tecnologias, trazendo uma comodidade cada vez maior à população. Souza, Ferreira e Souza (2011, p. 4) aponta que o advento da energia elétrica

Foi extremamente importante para o processo de desenvolvimento das mais diversas atividades humanas, as quais, indubitavelmente acompanhadas da produção de novas tecnologias, favorecendo assim tanto o progresso econômico quanto social. Nesse ínterim humanidade experimentou mudanças consistentes com vistas ao atendimento de suas demandas cada vez crescentes.

No caso do povoado Solta a chegada da rede de distribuição de energia, por meio do programa Luz para Todos, trouxe consigo uma nova era, promovendo uma melhor qualidade de vida à população local. Muitas transformações ocorreram, como melhorias no processo de produção, visto que a comunidade que antes trabalhava apenas com o extrativismo, pôde também fazer o processamento desses frutos; diminuição no índice de analfabetismo, oportunizando aos trabalhadores estudarem no período noturno, condicionamento de seus alimentos, promovendo uma maior durabilidade dos mesmos, além de acesso à informação, já que puderam fazer aquisição de aparelhos eletroeletrônicos como geladeiras, freezer's, televisões e rádios, etc.

Sobre essas transformações ocorridas em Solta o Sr. Tomas (2012, relato oral) mencionou que: “Solta melhorou muito, [...] Hoje tem energia[...] Com a chegada da energia clareou o tempo, conserva a carne, bebe água fria”. Já para o Sr. César (2014, relato oral), com a chegada de energia “melhorou e muito a vida das pessoas. Sem energia não dava para produzir a polpa. Então a energia trouxe conforto, mais renda” (Sr. CÉSAR, 2014, relato oral).

Em relação às atividades produtivas, com a chegada da energia, foi possível trabalhar com o processamento de frutas na pequena agroindústria da Associação de Moradores Bezerra de Moraes, e também com o processamento do mel, foi mais uma alternativa para o complemento da renda dos moradores com a continuidade do compromisso ambiental e sustentabilidade do cerrado.

Na escola também houve benefícios no preparo dos alimentos realizado agora de forma mais rápida e prática com o uso do aparelho de liquidificadores, assim também como há uma conservação maior dos alimentos que servirão como lanche dos alunos.

Nas residências os moradores também falam do conforto e da qualidade de vida após a chegada da energia. Segundo eles agora têm um maior acesso à informação com o uso da televisão. O destaque é que com a energia é possível o armazenamento de seus alimentos e conservação da água gelada para beber e demais utilidades.

Um relato interessante sobre os benefícios da energia em Solta se encontra na fala de dona Maria Helena que fala como era a prática da extração e venda do bacuri quando não tinha energia:

Antes a gente [...] levantava e não tinha energia né, levantava meia noite e quebrava aquele bacuri e enchia o balde da polpa dele e ele ia vender no posto fiscal pra de manhã até *oito hora* ir porque não tinha onde botar, levava nos balde, ai depois que chegou energia ai mudou tudo. (Sra. MARIA HELENA, 2012, relato oral).

A Sra. Deuzelina acrescenta que a energia

[...] melhorou muito né, que antigamente sem energia não tinha por exemplo para você comprar uma carne tinha que colocar no sol para secar [...] não podia guardar. Hoje *nós tira* polpa de fruta guarda por causa da energia, antigamente agente não aproveitada (Sra. DEUZELINA, 2016, relato oral).

Essas mudanças vão ocorrendo ao longo do tempo e é natural que aconteçam, visto que são uma necessidade constante da própria vida. Independentemente do processo, elas ocorrem e podem servir para a melhoria das condições de vida das pessoas, como no caso acima apontado.

Para Andrade (2010, p. 60) a energia elétrica em comunidades distantes dos grandes centros é utilizada

Para entretenimento, comunicação (noticiário), iluminação, bombeamento de água, refrigeração e climatização, sem, contudo, viabilizar a instalação de pequenos negócios, como oficina de bicicleta ou pequeno mercado, devido ao subdimensionamento do sistema de oferta de energia. Foi também apontada a necessidade do treinamento em práticas de uso eficiente da energia junto com a chegada da energia elétrica.

Além disso, ainda de acordo com a autora são outros resultados positivos: a redução do número de enfermidades, devido principalmente à chegada da água encanada e da contratação de profissionais da área de saúde e de serviço odontológico que puderam ser admitidos a partir da implantação dos centros de saúde viabilizados com a chegada da energia. Resultados estes ainda não encontrados na realidade do povoado Solta.

Porém também existem pontos negativos que devem ser observados como, por exemplo, a falta recorrente de energia elétrica, como menciona o morador: “Ah! Aqui falta *demais da conta*, aí é ruim”. “os *menino* já têm a prática de levantar as *canela* aqui” (Sr. CLODOMIR, 2013, relato oral). Segundo ele, as canelas (peças que fazem parte da estrutura do poste) geralmente caem quando há uma sobrecarga de energia elétrica.

Além da falta recorrente de energia, também existem outros dois elementos negativos. Um se refere à conta de energia, que segundo eles, é muito cara, como expressa a Sra. Rosalina:

[...] aí assim aqui tem muitos que paga a energia aqui *mermo* nós *paga* mas esse povo *todim* que *tai* ninguém paga mas tem gente que desperdiça energia porque não paga, é lâmpada acesa até dentro do mato.[...] eu acho caro a conta de energia aqui, a casa que tá vindo mais caro. (Sra. ROSALINA, 2016, relato oral).

Para o agente de saúde Sr Pedro da Cruz, além do preço na conta de energia, os moradores também perderam o interesse em participarem aos fins de semana das celebrações religiosas na igreja do povoado, prática comum anteriormente.

[...] tão achando que tá é *barata*, aqui eu já paguei até cento e pouco [...] Aqui nós já *paguemo* até cento e dez. Reclamei *pra* eles que era muito caro porque o que *que* a gente tem aqui é liquidificador, agente quase não usa, liga lá o ferro lá uma vez no ano quando vai sair. Só televisão *mermo*, um freezer e uma geladeira. Dificilmente nó *dorme* aqui com as *lâmpadaacesa*, é tudo apagada[...] Pra mim uma nota de energia alta dessa, aí eu fiz uma reclamaçãozinha e caiu um pouco, a cota hoje é de oitenta a noventa reais. O que deu mais negativo é porque quando não tinha energia o povo aqui da região não tinha pra onde ir no final de semana e onde se reunia gente era na igreja, agora não. É dentro de casa na televisão no *advertimento* ali, as *pessoa* se *despreocupa* mais da igreja. (Sr. PEDRO DA CRUZ, 2016, relato oral).

No que tange a falta de energia recorrente e baixa qualidade do serviço de eletricidade em localidades distantes dos centros urbanos Andrade (2010, p. 209) destaca que:

Os serviços de energia elétrica tradicionais através de extensão da rede de distribuição a partir de grandes volumes de geração de eletricidade (termelétrica, em sua maioria, no Estado do Amazonas e hidrelétrica especialmente, em várias outras regiões do País) tornam o custo da eletricidade para estas comunidades extremamente caro e difícil de operar e manter com qualidade, devido à baixíssima densidade populacional nestas comunidades e elevadas distâncias das redes de distribuição de energia elétrica existentes. No entanto, o custo da exclusão social dessas populações é, também, enorme.

Outro fator negativo também apontado pelos moradores é a perda de algumas práticas, antes realizadas pelos moradores naturalmente, como relata a Sra. Maria Helena:

às vezes a noite aqui eu saía com o marido aqui e ia palestrar numa casa, na casa da comadre, casa de meu pai, na casa *dosvizinho* que a gente mais gostava . Ficava até tarde conversando e aquela lua bonita até voltar pra casa. Hoje não adianta a gente ir, porque *tá* tudo com o olho na televisão e não da atenção *pra* gente. Não adianta *não*. Eu tenho televisão mas não sou chegada, [...] se chegar uma pessoa e ela tiver ligada eu já desligo. Porque televisão todo mundo tem, ai chega uma pessoa *pra*

conversar e ficar assistindo que vantagem tem! Eu não acho não!(Sra. MARIA HELENA, 2012, relato oral).

Andrade (2010), ainda com relação aos pontos negativos destaca que, com a chegada de energia foi induzida à implantação de bares e centros de diversão noturnos que trouxeram consigo a questão de alcoolismo e drogas, novidades inseridas na realidade de algumas populações tradicionais que trouxeram sérios malefícios aos moradores.

No entanto, existem articulações políticas, relações de poder que, na maioria das vezes não estão interessados na integração, nas questões sociais e/ou ambientais. A energia ainda hoje não atende a todos os brasileiros que vivem em localidades distantes dos centros urbanos, o que predomina geralmente, é o acesso ao serviço para aqueles que estejam próximos da rede para extensão.

Uma alternativa para essas populações seria a adoção de uma energia descentralizada em escala menor em que a população possua um certo controle. Pois da forma que está instalada está a questão da conta da luz vinda juntamente com o programa onde a população que antes não tinha a obrigatoriedade de pagamento de contas agora se vê refém quando na sua prática cotidiana poderia ter sido criado um modelo alternativo de produção de energia controlado pela população local, dando-lhe autonomia.

Andrade (2010) destaca que um novo modelo deve ser proposto onde a haja valorização dos habitantes localizados nessas áreas distantes, dedicando respeito a essas populações tão necessitadas das condições básicas para a sobrevivência. Elas precisam exercer sua cidadania e não podem ser vistas como isoladas como denomina a lei, mas sim integradas no sistema onde vivem distantes dos grandes centros e das cidades. Ainda se percebe um distanciamento de suas reais necessidades e aspirações que continuam ausentes dos grandes projetos de desenvolvimento planejados para o país.

Apenas a implantação de energia elétrica não satisfaz todas as demandas da população tradicional. É necessário que juntamente com a política de eletrificação, outras possam ser implantadas e desenvolvidas e que esta implantação venha respeitar atendendo as reais necessidades da população local. A prioridade deve ser a qualidade de vida das pessoas, isso quer dizer a utilização de energia elétrica oriunda de fontes alternativas e descentralizadas.

É urgente a necessidade de políticas públicas articuladas e bem planejadas, nas esferas federal, estadual, municipal, além das empresas privadas, em conjunto com iniciativas locais. Não cabem mais experiências ou projetos-piloto para essas populações. Há que se dar início urgente às iniciativas que aproveitem as vantagens comparativas das comunidades, enquanto vai sendo produzido o arcabouço regulatório necessário à nova gestão da energia elétrica e procedendo à análise dos

resultados das primeiras iniciativas para que os erros não se perpetuem nas próximas ações. (ANDRADE, 2010, p. 206).

A garantia do acesso à eletricidade no Brasil é uma condição necessária para o cumprimento das demandas básicas da sociedade seja ela urbana ou rural. E o que vai determinar sua cidadania não será apenas esse acesso, mas também a uma série de outros fatores como saúde, educação, trabalho, moradia, nutrição alimentar, saneamento, transporte, dentre outros os quais ainda hoje não são percebidos na realidade rural brasileira.

3.2 Acesso à política de financiamento- O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O PRONAF é uma política que tem como objetivo dar apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. Destina-se a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural. (BNDES, 2014).

O público-alvo do programa é composto por agricultores familiares que compõem as unidades familiares de produção rural e que tenham a comprovação de seu enquadramento com a apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP⁷). Além disso, devem também, dentre outros aspectos: explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária, ou permissionário de áreas públicas; residam na propriedade ou em local próximo; obtenham, no mínimo, 50% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento; dentre outros.

Podem ser contemplados pelo programa agricultores e produtores rurais familiares que atendam às exigências, dentre elas algumas citadas a cima e que sejam pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais; aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que

⁷ Documento exigido no ato de solicitação de recursos ao PRONAF, conforme estabelecido pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida, além de silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes.

Podem ainda fazer parte do público-alvo, agricultores e produtores rurais familiares que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF DAP válida, e que se enquadrem nos requisitos citados anteriormente; sejam extrativistas que exerçam o extrativismo artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores; sejam integrantes de comunidades quilombolas rurais; sejam membros de povos indígenas; e sejam membros dos demais povos e comunidades tradicionais.

O crédito pode ser concedido através de duas categorias: A individual: formalizado com um produtor, para fins individuais e a coletiva para fins coletivos, composto por grupo de produtores. As linhas de financiamento do programa em que podem ser colocados os requerentes são: 1) Pronaf Agroindústria, 2) Pronaf Mulher, 3) Pronaf Agroecologia 4) Pronaf ECO, 5) Pronaf Mais Alimentos, 6) Pronaf Composição de Dívidas, 7) Pronaf Jovem e 8) Pronaf Microcrédito.

São financiados pelo programa diversos bens e serviços relacionados ao empreendimento rural. A necessidade é de que estes estejam relacionados com a atividade produtiva e de serviços, e destinados a promover o aumento da produtividade e da renda da família produtora rural ou economia dos custos de produção, observado o disposto no Manual do Crédito Rural (MCR), tais como: Construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes; obras de irrigação, açudagem, drenagem, proteção e recuperação do solo; destoca florestamento e reflorestamento; formação de lavouras permanentes; formação ou recuperação de pastagens; aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas; eletrificação e telefonia rural; recuperação ou reforma de máquinas e equipamentos; em projeto de implantação de cultura permanente, gastos com tratamentos culturais (fertilizantes, adubos, corretivos de solo etc.) até a ocorrência da primeira safra em escala comercial, desde que os gastos para a implantação da cultura também estejam sendo financiados.

Na pecuária, os gastos tradicionalmente considerados como de custeio, tais como aquisição de larva, pós-larva, pintos de um dia e ração, desde que ocorram até a primeira safra em escala comercial e que os demais gastos de implantação do projeto estejam sendo financiados; gastos com assistência técnica até 2%, a cada ano, do saldo devedor do financiamento; aquisição de equipamentos e de programas de informática voltados para melhoria da gestão dos empreendimentos rurais, mediante indicação em projeto técnico

específico; custos relativos à elaboração de projetos para outorga de uso da água e para licenciamento ambiental, inclusive taxa e despesas cartorárias, bem como os custos para legalização de áreas de terra, até o limite de 15% do crédito financiado, desde que a destinação da verba conste de proposta simplificada do crédito ou de projeto técnico; recursos para custeio ou capital de giro associado ao investimento, até 35% do valor do projeto ou da proposta.

Em 1996 foi institucionalizado o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF que deu acesso de financiamento aos agricultores familiares que ao longo da história do país sempre estiveram excluídos dos processos de financiamento. Com o passar dos anos o programa tem passado por alterações e aperfeiçoamentos visando uma maior capacidade operacional. Porém, somente a partir da Resolução nº 2.629 de 1999 que as mudanças mais significativas passaram a ser mais percebidas com a definição de novos grupos de agricultores familiares, baseados na renda bruta anual de cada um.

Para Schineider, Mattei e Cazella (2004, *apud* SILVA; ALVES FILHO, 2009, p. 40), essa adequação foi importante porque propiciou que as regras de financiamento atendessem melhor à “realidade de cada segmento social, sendo que os encargos financeiros e os rebates (descontos) visam auxiliar mais as parcelas com menores faixas de renda e em maiores dificuldades produtivas”.

Novos grupos surgiram para um melhor enquadramento do público beneficiário, além da criação de linhas especiais de financiamento para mulheres, jovens, cooperativas, agroindústrias, produtores agroecológicos, entre outros, com condições diferenciadas para o acesso ao crédito. Dessa forma, o acesso aos recursos àqueles excluídos foi diversificado de acordo com as demandas dos referidos grupos.

A origem dos recursos que financiam o programa são várias: o Orçamento Geral da União (OGU), exigibilidade bancária, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), bancos cooperativos e os Fundos Constitucionais – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO) (SILVA; ALVES FILHO, 2009, p. 40).

Alguns autores analisam a respeito do PRONAF, dentre eles destacam-se: Gazolla e Schneider, (2005) que diagnosticaram as “duas caras” do programa. Isso porque se por um lado ele estimula o padrão produtivista tradicional na região em que os agricultores estão inseridos na dinâmica produtiva dos grãos e das *commodities* agrícolas, fato que foge do objetivo inicial do Programa.

Do outro, segue o real objetivo do PRONAF dando estímulo às atividades produtivas alternativas a este padrão de desenvolvimento, principalmente no que se refere à segurança alimentar⁸.

O Pronaf está imerso em uma ambiguidade básica que faz com que, ao mesmo tempo, ele seja um programa que apoia e estimula os agricultores familiares, intensificando a sua inserção no padrão produtivista de agricultura, mesmo que na formulação original os seus objetivos sejam os de buscar alternativas a este desenvolvimento convencional o programa não possui ações que visam romper com o padrão de desenvolvimento agrícola hegemônico instaurado na região, ou seja, ele continua a reforçar o processo de desenvolvimento produtivista vigente. Neste sentido, o Pronaf continua a financiar o processo de aquisição de tecnologias, insumos e produtos que foram, em grande medida, responsáveis pelo processo de fragilização da agricultura familiar regional. (GAZOLLA;SCHNEIDER, 2005, p. 5-6).

Os resultados de uma pesquisa realizada por Martins, Alencar e Mendonça (2006) buscaram avaliar a eficiência do programa em relação produção agrícola brasileira, na qual utilizaram o método de fronteira de produção estocástica. Os resultados apontaram uma eficiência técnica do programa, devido à contribuição para o crescimento da renda e, em alguns casos do emprego também no campo. Mas aponta também a má distribuição do programa pelas diversas regiões do país.

A questão principal da análise do PRONAF, é que de uma forma geral, o programa ainda caminha atrelado à lógica concentradora de recursos que é definida pelas exigências do sistema bancário, o que dificulta o acesso por parte dos agricultores familiares menos capitalizados. O programa demonstra a exigência de altos custos sendo necessário debater constantemente sobre sua forma de operacionalização, no intuito de avaliar seus resultados e levantar apontamentos de como aperfeiçoá-lo e universalizá-lo ao seu público-alvo.

⁸ Segurança alimentar é uma política pública aplicada por governos de diversos países que parte do princípio de que todas as pessoas têm o direito à alimentação e que cabe ao Estado o dever de prover os recursos para que as pessoas se alimentem. Para executar essa política, os governos se utilizam de diversos mecanismos: distribuição de alimentos, cestas básicas, tíquetes de refeições, instalação de refeitórios populares subsidiados, além de programas de renda mínima e de cartões para receber ajuda mensal em dinheiro, como é o caso, no Brasil, do programa Bolsa Família.(STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 716).

Considerando o contexto socioeconômico, Fernandes(2013, p. 162) aponta que a emergência do Pronaf deve ser compreendida a partir de um contexto conjuntural e estrutural ligado principalmente à atuação de diferentes atores sociais, entre eles os movimentos sociais. Na década de 1980 temos um período de grandes mobilizações sociais, sendo dessa forma, uma política conquistada para fomentar a dinâmica das famílias oriundas da agricultura familiar.

Contudo, o PRONAF ainda padece de alguns importantes ajustes(GAZOLLA; SCHNEIDER, 2005) .A primeira delas e a mais importante em nossa análise seria o incentivo da produção nas unidades familiares de uma forma mais intensa aliada ao incentivo da diversificação da produção, pois ao atuar dessa maneira a política não somente incentiva a parte econômica e social das famílias como também contribui para conservação ambiental e a segurança alimentar.

Essas mudanças significariam o início de um processo de reconversão produtiva das unidades em que a produção de uma gama variada de gêneros agrícolas e pecuários seria possível e, também, onde se destacaria a produção para autoconsumo como uma das estratégias de fortalecimento das famílias (do grupo familiar) e da sua segurança alimentar e nutricional (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2005).

Além disso, o PRONAF continua a financiar via crédito rural o padrão já estabelecido de desenvolvimento onde a produção está baseada no cultivo de grãos e de *commodities* agrícolas como a soja, o milho, dentre outros. Dessa forma o desenvolvimento trabalhado não é aquele voltado para a agricultura familiar, não considerando a formação social, a produção diversificada e o trabalho dos agricultores familiares.

Ao longo desses anos

O Pronaf apresentou muitos avanços, entre os quais se destaca a redução nas taxas de juros e a inclusão do grupo B que passa a fazer parte do manual do crédito rural como política de microcrédito. O grupo B inicialmente fora criado para atender exclusivamente o Nordeste, se estendendo para o restante do País a partir de 2002[...] Em linhas gerais, conforme observações realizadas em campo, os agricultores reclamam do excesso de burocracia exigido pelas normas técnicas e pelo banco, da falta de preparo dos técnicos para passar as informações técnicas em linguagem simplifi cada aos agricultores, da demora dos resultados quanto à aprovação dos projetos solicitados, da falta de divulgação das datas referentes a envio de projetos, custeio e investimento, das frustrações e gastos perdidos quando da reprovação dos projetos etc(FERNANDES, 2013, p.168)

Em Solta, no ano de 2001 cerca de 10 moradores tiveram acesso ao crédito de custeio, sendo financiado o valor de R\$ 600,00, tendo como agência financiadora o Banco do Brasil. Em seguida ainda tiveram acesso a mais três financiamentos o chamado pelos moradores de “pronafinho” financiando R\$ 1.200,00, depois de R\$ 1800 e por último o

crédito “rural rápido” no valor de R\$ 6.000,00, disponibilizado individualmente a apenas alguns desses moradores, visto que nem todos continuaram participando do programa. A cultura trabalhada neste programa era para a produção de mandioca para a fabricação da farinha. Atualmente, alguns moradores, cerca de três produtores de gado bovino ainda permanecem no programa com financiamentos de crédito rural, não sendo informado para esta pesquisa os valores.

3.3 Acesso a financiamento de projetos Eossociais – Programa de Pequenos Projetos Eossociais (PPP-ECOS)

O PPP-ECOS foi criado para apoiar projetos de organizações não-governamentais e de base comunitária que desenvolvam ações que geram impactos ambientais globais positivos, combinados com o uso sustentável da biodiversidade. Tendo como coordenação técnico-administrativa o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

O PPP-ECOS é um dos poucos programas no Brasil que direcionaram seu apoio exclusivamente para o bioma Cerrado durante muitos anos. A partir de 2013, o PPP-ECOS passa a apoiar projetos também na Amazônia, na região do arco do desmatamento nos estados do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins e no bioma Caatinga. (PPP- ECOS, 2014).

Sua função é conceder doações a organizações e associações sem fins lucrativos, sindicatos e cooperativas que tenham caráter governamental e de base comunitária. As atividades contempladas para a obtenção destes recursos são aquelas que geram benefícios e melhoria na qualidade de vida das comunidades locais, através do uso sustentável, do manejo da água, recuperação de áreas degradadas, dentre outras. Atualmente sua área de atuação é muito grande no Brasil.

São duas as fontes oriundas dos recursos. A primeira, do apoio do SGP (Small Grants Programme), que é o Programa de Fundo para o Meio Ambiente Mundial – GEF que ocorre por meio do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Atualmente, O SGP se encontra em mais de 20 países. No Brasil ele é operado pelo PENUD e pelo ISPN. A segunda pelo Fundo Amazônico por meio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)⁹.

Para a elaboração do projeto, a Associação contou com as orientações da empresa FRUTA Sã, empresa responsável pelo processamento de frutos do cerrado para quem a Associação mantém uma relação comercial de responsabilidade socioambiental. A empresa da associação Wyty Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins e o Centro de Trabalho Indigenista CTI¹⁰.

De acordo com a entrevista com o Sr. Maky (2014, relato oral), funcionário da Fruta Sã, no início da parceria com o povoado a FRUTA Sã, juntamente com o CTI foi estabelecido uma parceira para a elaboração do projeto para o PPPECOS, objetivando receber recursos que com o tempo foram ocorrendo.

⁹ Um aspecto importante a ser analisado atualmente é o investimento de grandes instituições financeiras em projetos de desenvolvimento sustentável. Na maioria das economias em desenvolvimento, a saber, de países periféricos, as instituições financeiras estão disponíveis apenas para uma minoria da população que detém poder econômico. No entanto, financiar pequenos produtores e empresas de pequeno porte pode significar um projeto de investimento, uma vez que possibilitará um aumento de produção e uma maior chance de ganhos para a instituição financeira. Dessa forma, a inclusão financeira pode melhorar o desenvolvimento do setor financeiro e, adicionalmente, exercer ainda maior impacto indireto sobre o desenvolvimento sustentável (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2006). Uma das iniciativas do setor financeiro concernente à sustentabilidade trata das linhas de financiamento com características específicas para projetos de natureza socioambiental, oferecendo, entre outros benefícios, taxas de juros mais atraentes, prazos mais longos ou descontos no valor principal, melhorando o desempenho econômico-financeiro dessas instituições, por meio do aumento de receitas e, ainda, melhoria no meio ambiente e nas comunidades. No Brasil, o compromisso das instituições financeiras para com o desenvolvimento sustentável e a assunção de sua responsabilidade social empresarial configura-se na adesão ao Protocolo Verde que teve sua origem em Decreto do Governo Federal, de 29 de maio de 1995, que instituiu a formação de um Grupo de Trabalho, composto por membros de órgãos públicos federais afeitos ao meio ambiente e representantes dos bancos federais. Objetivando a elaboração de uma proposta que contivesse diretrizes, estratégias e mecanismos operacionais para a incorporação de dimensões ambientais no processo de gestão e concessão de crédito pelos bancos federais e benefícios fiscais às atividades produtivas. A intenção era implementar mecanismos financeiros que complementassem a legislação ambiental existente, ou seja, realizar uma integração dos tradicionais dispositivos de comando e controle com os instrumentos econômicos, de forma que as políticas públicas se tornassem mais coerentes e consistentes e não financiassem atividades predatórias (NASCIMENTO, 2007; PROTOCOLO VERDE, 1995; RIBEMBOIM, 1996). Esse documento foi uma iniciativa pioneira na América Latina. Por meio dele, o governo promovia uma alteração em suas atribuições, uma vez que o Estado ampliava o seu papel na área ambiental, passando de órgão que apenas regulamentava e fiscalizava para promover e garantir o desenvolvimento sustentável. Compunham o grupo de instituições, que assinaram a Carta, os Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, do Planejamento e da Fazenda, juntamente com as principais agências federais de financiamento: Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco da Amazônia (PROTOCOLO VERDE, 1995).

¹⁰ Centro de Trabalho Indigenista (CTI) é uma organização não-governamental constituída juridicamente como associação sem fins lucrativos, fundada em março de 1979 por antropólogos e indigenistas que já trabalhavam com alguns grupos indígenas do Brasil. O CTI desenvolve ações com populações indígenas de diversas regiões do país, marcadamente os Guarani nos estados do Centro Oeste, Sudeste e Sul brasileiro, os Terena e Kinikinau no Mato Grosso do Sul, os povos indígenas Marubo, Matis, Mayoruna e Kanamari da TI Vale do Javari no estado do Amazonas e povos indígenas isolados da Amazônia, além dos Timbira no Maranhão e Tocantins. (NOLETO, 2009, p. 55 e 56).

Daí em diante a comunidade se organizou na busca de formulação de um projeto que contemplasse sua atividade extrativista, buscando alternativas para a sua produção através do beneficiamento dos frutos do cerrado assim como a comercialização de seus produtos. Culminando com a construção de uma “pequena estrutura (FIGURA 12), para que eles pudessem começar o trabalho de coleta de juçara como aponta o Sr. Neto (2014, relato oral) “no início a juçara era o foco na Solta”.

Em 2006 através do recurso oriundo do projeto enviado ao PPPECOS a associação conseguiu diversos equipamentos como: freezers, despoldadeira universal, dosador, medidas de PA, refratômetro, dentre outros. Que consolidou uma das metas deste programa que é gerar impactos positivos na comunidade, ou seja, o processamento de frutas passou a ser mais uma alternativa para aquisição de renda a estes trabalhadores e, em consequência, promovendo uma melhor qualidade de vida.

A partir do programa assumiram a responsabilidade de não deixarem a minifábrica parar, e para tanto precisam estar procurando formas estratégicas de colheita dos frutos aliando à conservação do ecossistema local. No total, foram três projetos financiados pelo PPP-ECOS.

Atualmente finalizaram o terceiro que tratava da reestruturação da minifábrica, adequando-a de acordo com as especificações da vigilância sanitária. (FIGURA 13).

Figura 12- Construção do espaço físico da Associação Bezerra de Morais – ABM, em 1996



Fonte: Arquivo/Associação Bezerra de Morais- ABM.

Figura 13- Atual estrutura da ABM



Fonte: COSTA, 2014.

Dessa forma, segundo o relato do Sr. Mayk (2014, relato oral) “é de fundamental importância o ponto de coleta dentro do povoado”. E completa que “havia uma necessidade de melhorar a estrutura da Associação, adequando-a às normas sanitárias, dentro do que as boas práticas de recomendação indicam posterior comercialização. A partir de então, passaram a escrever projetos que incentivavam a conservação do bioma cerrado e a sustentabilidade da atividade extrativista de populações tradicionais.

Segundo Porto-Gonçalves (2008), a desconsideração da riquíssima diversidade cultural e biológica dos cerrados por parte das elites econômicas e políticas que autorizam que essas áreas sejam ocupadas pela expansão de um modelo agrário/agrícola com base na monocultura dos latifúndios empresariais, cujo impacto socioambiental pode ser observado não só no acentuado êxodo rural, mas, como no desequilíbrio hídrico, faz com que acentue o problema dos conflitos agrários, a pobreza e a diminuição da fauna e da flora.

4 PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NA DINÂMICA TERRITORIAL DE SOLTA À LUZ DA DISCUSSÃO E DA ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

O Povoado Solta tem vivenciado tempos com permanências e rupturas no seu território, onde ao longo de sua história, os seus moradores construíram uma estrutura decorrente de sua organização social baseada na sustentabilidade ambiental e social aliados à implantação de políticas públicas que de alguma maneira proporcionaram novos hábitos no cotidiano da sua população.

Na sociedade atual há constantes transformações nos mais variados setores, como é o caso das áreas urbanas onde existe uma intensa homogeneização de comportamentos, consumismo exacerbado e busca incontrolável pelo capital, onde essas mudanças são mais perceptíveis. Nas áreas rurais mais especificamente, com as populações tradicionais, as transformações também ocorrem, porém de forma menos perceptível visto que os anseios e modo de vida são diferenciados, está mais relacionado à manutenção dos elementos que favoreçam sua sobrevivência.

Laraia (2001, p.94), menciona que a tendência do senso comum é de responder que essas pequenas sociedades tendem a ser estáticas e consideradas simples, dão realmente uma impressão de estaticidade. Porém, apenas seu ritmo de mudança é menos acelerado que nas sociedades complexas decorrente do fato de estas últimas estarem constantemente sendo atingidas pelas sucessivas inovações tecnológicas.

Mudança é uma constante na sociedade, bastando para tanto, analisar a própria história, para verificar que alguns conceitos evoluem e outros nunca mudam, ou até mesmo regredem. O surgimento da consciência, principalmente coletiva, acerca de determinado conceito ou situação, contribui sobremaneira para a releitura de padrões estabelecidos na sociedade [...]. (MARTINI; DINIZ, 2012, p 249).

Leff (2001) ao analisar o processo de transformação que ocorre na sociedade contribui mencionando que

A mudança de época é uma mutação histórica: a mudança, a transformação, já não são acidentes, mas a essência da determinação – mutações genéticas, emergência sistêmica, mudança social. A constante é a mudança. Hoje, estar no tempo não se define pela constância do objeto e o fim da história, mas pela mobilização do ser no tempo. (LEFF, 2001, p. 415)

No que tange aos grupos culturalmente diferenciados Laraia (2001) aponta dois tipos de mudanças culturais:

[...] uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro. No primeiro caso, a mudança pode ser lenta, quase imperceptível para o observador que não tenha o suporte de bens dos diacrônicos. O ritmo, porém, pode ser alterado por eventos históricos tais como uma catástrofe, uma grande inovação tecnológica ou uma dramática situação de contato. O segundo caso [...] pode ser mais rápido e brusco. No caso dos índios brasileiros, representou uma verdadeira catástrofe. Mas, também, pode ser um processo menos radical, onde a troca de padrões culturais ocorre sem grandes traumas. Este segundo tipo de mudança, além de ser o mais estudado, é o mais atuante na maior parte das sociedades humanas. É praticamente impossível imaginar a existência de um sistema cultural que seja afetado apenas pela mudança interna. Isto somente seria possível no caso, quase absurdo, de um povo totalmente isolado dos demais. Por isto, a mudança proveniente de causas externas mereceu sempre uma grande atenção por parte dos antropólogos. Para atendê-la foi necessário o desenvolvimento de um esquema conceitual específico. Surge, então, o conceito de a cultura-cão. (LARAIA, 2001, p. 96).

Valle (2012) argumenta que na vida social, as formas de manutenção e de permanência devem ser consideradas em articulação direta com as possibilidades de mudança e recreação. Os membros dos grupos étnicos, tais como os indígenas ou os quilombolas, as comunidades religiosas e políticas, e mesmo os movimentos sociais, como os sexuais ou aqueles ligados à saúde/doenças, entre os quais os grupos de ajuda mútua, trabalham, constroem e reconstróem ativamente sua memória e suas identidades, constituindo culturalmente certa estabilidade de suas próprias formas de entendimento.

A dinâmica transformadora, impressa pela via social a tudo o que dela faz parte, leva o patrimônio a se integrar às práticas locais ou ao ser recusado por elas; em consequência disso, novos sentidos lhe são atribuídos, por vezes contrários à própria intenção e preservar. Em suma, as condições de inserção do patrimônio na vida social não são determinadas de modo definitivo pelo ato administrativo (tombamento ou registro); este apenas inaugura uma nova etapa na trajetória desses bens, que as circunstâncias históricas se encarregarão de atualizar. Nesse contexto, vale lembrar que a dialética de afirmação e contestação de hegemonias, bem como a dinâmica social modificam, refazem e deslocam as identidades. Assim também, a criatividade humana reinventa o social de maneira incessante. Eis por que o patrimônio pode ser esquecido, reinterpretado ou se tornar suporte de significados simbólicos inesperados: a proteção oficial não lhe garante lugar seguro no panteão institucional da cultura. A apropriação que a sociedade efetivamente fará dos bens patrimoniais é um desafio perene e estrutural que se apresenta às instituições responsáveis pela proteção e a conservação de tesouros oficialmente construídos. (ARANTES, 2012, p. 112).

Segundo Santos (2008, p. 25), o “tradicional” não está ligado, necessariamente a “origem”. São os processos político-organizativos, o modo de se relacionar com os territórios e o uso dos bens da natureza neles disponíveis que se configuram essas identidades¹¹.

¹¹ Valle (2012) aponta a grande frequência que se discute o tema identidade, podendo ser adjetivada para ele, entre outras possibilidades, de etnia, cultural, nacional, sexual ou de gênero. Acredita tratar-se de uma categoria que compreende grande amplitude de fenômenos, sendo abarcada de modo genérico, por meio da problemática das relações ente indivíduo e a sociedade.

Tradição, em resumo, deve ser formalmente tida como algo em constante renovação. As tradições vividas socialmente, são produtos dinâmicos da consciência humana, estando sob constante reformulação pela ação inteligente dos atores sociais. Sua autenticidade deve ser aferida não por seu tempo de existência, e sim por sua vitalidade social. Em outras palavras, não se deve buscar uma suposta “história real” da tradição porque se deve considerar que esta é fluida; seu conteúdo, redefinido a cada geração; e sua intemporalidade, determinadas vezes, construída situacionalmente [...]. Tradição é “inevitavelmente inventada”, embora esse processo, quando relacionado à etnicidades, envolva uma postura tanto para o passado quanto para o futuro, uma vez que se nota, para objetivos futuros uma seleção do que pode interessar do passado. Nesse movimento, tradição se torna elemento de uma escolha e deve ser aceita como parte de autodefinição de um povo. Muitas tradições aparecem como sinais diacríticos nas etnicidades e são construções culturais que funcionam significando e delimitando, no discurso nativo, uma cultura própria. Em tais processos, a referência ao passado é importante para tornar legítimo o caráter *tradicional*, pois este, apoiado numa retórica de transcendência temporal, acaba por firmar a historicidade da cultura. São pessoas reconhecidas, como porta-vozes que devem deter a legitimidade para estabelecer as bases tradicionais sobre as quais a existência dos próprios grupos se funda. (GRUNEWALD, 2012, p. 194).

As sociedades sejam elas urbano-industriais, sejam populações tradicionais, passam por mudanças ao longo da história cada grupo à sua maneira. No caso das populações tradicionais isso ocorre, sob o efeito de dinâmicas tanto internas quanto externas (transformações na estrutura fundiária, consumo de produtos industrializados, etc.), mas o ritmo é mais lento que nas sociedades urbano-industriais. Além disso, a forte dependência dos recursos naturais que essas populações possuem, sua estrutura simbólica, os sistemas de manejo desenvolvidos ao longo do tempo e, muitas vezes, seu isolamento, fazem que elas possam ser parceiras necessárias aos esforços de conservação. (DIEGUES, 2000).

Sua transformação social é permanente “sendo tanto consciente quanto inconsciente, e, quanto mais consciência a sociedade tiver da práxis, maior será a autonomia e o controle crítico para impulsionar tais alterações, principalmente na sua relação integradora com a natureza [...]” (MARTINI; DINIZ, 2012, p. 245).

Nas populações tradicionais é importante destacar que apesar de sofrerem transformações, mudanças em sua dinâmica, alguns fatores permanecem e são passados de geração a geração, característica do perfil das mesmas. Marques (2012, p. 98) afirma:

Neste momento, a territorialidade do povo sertanejo do cerrado, que possui raízes ancestrais de convivência com o seu meio, vai deixando de lado muitas relações para assumir outras, num movimento de transmutação entre o seu passado, seu presente e as expectativas para o futuro: uma adaptação ao momento presente. Ainda com muitas permanências, que podem significar a manutenção de sua cultura, mesmo com a convivência com esse novo modelo.

Em relação às práticas permanentes entre os moradores está o trabalho em forma de mutirão (FIGURAS 14, 15 e 16), seja nas atividades produtivas como também no seu modo cotidiano, como na construção de suas casas, no preparo das festas, etc. Esta ação ocorrida em cooperação refere-se às práticas de trabalho realizado em diferentes espaços

sociais, mas principalmente no meio extrativista onde são desenvolvidas ações de cooperação mútua ou simplesmente como ajuda.

Figura 14- Trabalho em mutirão para construção de uma ponte em ribeirão no povoado



Fonte: Arquivo ABM.

Figura 15- Trabalho em mutirão para construção de um ponto de captação da água



Fonte: Arquivo –ABM.

Figura 16- Trabalho em mutirão na coleta de juçara no povoado



Fonte: Arquivo ABM.

Esta prática de cooperação mútua é conhecida por todo o país com nomes regionais específicos, sendo possível de ser observado entre as populações como forma de produção coletiva. Nas regiões de cerrado, assim como na Amazônia e demais regiões do país, é latente a “permanência e eficiência da reciprocidade”. (CAMPOS, 2015, p. 172).

A lógica da reciprocidade motiva uma parte importante da produção, da sua transmissão, mas também do manejo dos recursos e dos fatores de produção. O acesso “gratuito” à água dos açudes, às terras de vazante, às pastagens comuns do “fundo de pasto”, à mão de obra da comunidade (por meio de convite de trabalho ou do mutirão) constitui uma redistribuição dos fatores de produção. Trata-se de uma gestão compartilhada de bens coletivos, mas também de uma forma de dádiva produtiva, uma forma de solidariedade na produção. (SABOURIN, 1999, p. 42).

Essa estratégia tem sido utilizada em diversos momentos da história local, sendo acionado tanto em tempos de luta, de adversidades, quando das necessidades pelas condições de sobrevivência na busca pelo alimento, pela saúde, educação dos filhos, péssimas condições de infraestrutura, como por exemplo, a estrada de chão que leva ao povoado, escassez de água embora estejam “cercados por água”(Sr. NETO, 2016, relato oral), assim também quanto em tempos de paz, da bonança, festividades. Estas práticas estão alicerçadas nos princípios de solidariedade e reciprocidade (SOUZA, 2013, p.104).

No entanto, atualmente existe relato de morador apontando a não mais existência de tal prática. O mesmo menciona como a mesma ocorria

A forma de mutirão mesmo que agente trabalhava que agente falava que era mutirão já acabou porque já se dizia que essa era uma forma de mutirão onde era trocado. Eu trabalhava pra ele, se agente tivesse 20 *trabalhador* era 20 dia trocado [...] se fosse eu sozinho ia ficar devendo 20 dia de serviço pra pagar [...] ia pagando essa pagando outra só de mutirão em mutirão[...] então praticamente acabou porque quando os novo vão sair porque esse nosso lugar aqui é bom mas não tem emprego. (Sr. PEDRO DA CRUZ, 2016, relato oral).

De acordo com nossa análise vivenciando o campo empírico, observou-se que ainda existe a prática de mutirão, porém o que tem ocorrido é que não ocorre de forma tão intensa como anos atrás, pois como mencionado pelo entrevistado acima, os jovens tem saído cada vez mais do povoado o que torna escassa a mão de obra, visto que os mais antigos já não possuem a mesma capacidade laboral no seu cotidiano como ocorria anteriormente.

Ainda assim, se reúnem para realização de atividades no povoado como a coleta de frutos, realização de festas, em que maioria dos moradores se envolve de alguma forma e se interessam em participar das atividades que servirão de benefício para a população local.

Resultado deste trabalho coletivo ocorrido desde décadas atrás no povoado em que toda a semana, onde os moradores se reuniam e discutiam (FIGURA 17) o que seria bom realizar naquela referida semana para que todos fossem beneficiados. Surgiu a partir desses encontros a ideia da criação de uma associação para buscar melhorias aos moradores.

Figura 17- Reuniões semanais para tratar de assuntos de trabalhos coletivos



Fonte: Arquivo ABM.

Aliado a isto também surgiu a proposta de parceria com empresa Fruta Sã como mencionado no capítulo anterior, para comercialização dos frutos do cerrado. Assim, forma a parceria foi firmada ocorrendo que além da comercialização dos frutos o povoado, através de sua associação, passou a receber também uma renda extra além de orientações acerca dos frutos do bioma local, aproveitamento, maneiras de buscar junto ao poder público recursos para atendimento de demandas do povoado. Assim, em 10 de agosto de 1996 foi criada a associação de moradores, chamada Bezerra de Moraes, em homenagem ao Sr. José Alves Bezerra de Moraes, um dos primeiros moradores do povoado.

Como já relatado no capítulo anterior a empresa juntamente com o CTI, naquele momento colaboraram com a associação na elaboração do projeto para pedir financiamento ao PPP-ECOS. O projeto visava recursos para a construção de uma infraestrutura para a comercialização do produto, como afirma em entrevista o funcionário da Fruta Sã, o Sr. Mayk: “pequena estrutura para que eles pudessem começar inicialmente o trabalho de coleta de juçara, que na época era o foco”. (Sr. MAYK, 2014, relato oral).

Porém como naquele momento ainda não se dispunha da estrutura física para a realização do processamento da fruta em Solta, era necessário encaminhá-la para Carolina, onde ficava a sede da empresa. Com o passar do tempo foi se observado uma particularidade da fruta em questão, no seu processamento, em que a mesma “exigia” que fosse realizado o mais próximo possível de sua coleta e de forma rápida para garantir maior rendimento e qualidade do produto, o que nem sempre era possível, devido a distância de deslocamento do povoado para o centro de Carolina.

Dessa forma, era de fundamental importância a criação de um ponto de coleta no povoado Solta onde os extrativistas pudessem realizar esse processamento, visto que isso já era possível pela chegada de energia no povoado. Fato que, segundo os moradores, foi um dos motivos das mudanças mais significativas na comunidade, como afirma “com a chegada de energia surgiu um caminho pra nós”. (Sr. NETO, 2014, relato oral).

Anos depois, após análise de diversos projetos de cunho socioambiental de todo o país, o recurso foi liberado pelo PPPECOS, possibilitando que a estrutura na Solta fosse melhorada, adequando-se às normas sanitárias, dentro das boas práticas de recomendação, passando a trabalhar a partir daí não somente com a comercialização dos frutos *in natura* mas também com processamento. Porém os moradores não tinham conhecimento do uso daquela tecnologia, então a referida empresa se propôs a dar treinamentos para a população local, orientando no despulpamento de frutas, iniciando a comercialização das frutas processadas. Os moradores passaram “pegar conhecimento”. (Sr. NETO, 2014, relato oral).

A partir de 2013 ocorreu a reforma da mini fábrica, adequando-a aos critérios estabelecidos de higienização e promovendo cursos de capacitação para os moradores. Atualmente, os que estão envolvidos têm uma noção de como trabalhar com os produtos, desenvolvem o processamento com a perspectiva de se especializarem no ramo, pois já entendem que para realizarem a comercialização há uma exigência na qualidade do produto.

Para a Fruta Sã, a Solta é um centro de coleta, segundo Sr. Mayk alguns povoados vizinhos vendem as frutas para o povoado, local em que são processadas e transportadas para Carolina onde fica a empresa. Ainda segundo o funcionário, o que falta para a população local é resolver o problema de abastecimento de água, água de qualidade e potável. Solucionado este problema o povoado “conseguiria implantar um sistema de frio, ela praticamente se habilita sanitariamente para conseguir os devidos registros junto aos órgãos competentes, Ministério da Agricultura, Meio Ambiente, pra que ela possa operar”.

Para ele, o trabalho da Fruta Sã, é um dispositivo de transformação social para gerar renda e desenvolvimento para os povos do cerrado dessa região. O que se tem percebido é que hoje há uma “necessidade de organização para a produção não mais extrativismo, mas agroextrativismo”. (Sr. MAYK, 2014, relato oral). Ou seja, é necessário garantir a continuidade da atividade extrativista e as comunidades podem ajudar no processo de recomposição natural, fazendo plantio de espécies nativas da região.

Porto-Gonçalves (2008, p. 19) afirma ser necessário que:

Seja tomado a iniciativa de se propor projetos com base em princípio de uma racionalidade ambiental que sejam capazes de contribuir a maior autonomia dessas comunidades, seja por meio de práticas agroecológicas de uso e manejo dos recursos naturais, seja criando associações e/ou cooperativas de produtores para beneficiar e/ou comercializar seus produtos.

Nesse contexto, também existem parceiros que contribuem de alguma forma neste processo, entre os principais estão: o Banco do Brasil, AGERP, Secretaria de Agricultura, SENAR e EMBRAPA. Além da Fruta Sã, como já mencionada acima, da relação entre a empresa com as comunidades da região, onde no caso de Solta, tem havido organização e mobilização social para o fortalecimento do que já existe. Dessa forma, a abordagem é propor à associação ou grupo formal a orientação, assistência técnica para a produção de frutas para a conquista de outros mercados.

Falando neste aspecto de apoios e parcerias, Porto-Gonçalves (2008) contribui afirmando que é evidente que a busca de apoios é fundamental para desencadear os projetos, “e é do bom manejo dessa relação entre auto-organização à escala local-comunitária e suas

redes imediatas de fortalecimento e apoios externos que se dará maior ou menor sustentabilidade a cada iniciativa”. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 23).

O autor ressalta a importância das cadeias produtivas neste processo de afirmação do modo de produção baseado na sustentabilidade e a força que as mesmas representam na apropriação da comunidade dos recursos materiais e imateriais.

Como se vê, a confirmação de cadeias socioambientalmente produtivas implica complexas redes que são tecidas desde os movimentos sociais que lutam para se apropriar das condições materiais (terra e demais recursos naturais e tecnologia) e simbólicas (educação), de reprodução da vida, através da auto-organização, de redes de solidariedade na sociedade civil e na conformação de políticas públicas já fundadas nos princípios de uma racionalidade ambiental. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 31).

O Sr. Mayk (2014, relato oral), destacou que a Solta, “é uma associação diferenciada por que tem a capacidade de organização”. Ela sempre responde às demandas. Em 2011, por exemplo, apesar das dificuldades de acesso da estrada que liga o povoado ao Centro urbano de Carolina, conseguiram atingir todas as expectativas em relação à coleta de frutos. As Principais frutas trabalhadas foram açaí, juçara e buriti.

Dessa forma, aos poucos as mudanças foram ocorrendo na comunidade. Como mencionado acima, as famílias que inicialmente trabalhavam com roça, criação de gado, pesca e com extrativismo, hoje, vivem do extrativismo e da apicultura, atividade mais recente adotada.

Atualmente estão associados cerca de 19 moradores das 42 famílias que lá habitam. Para os moradores a associação tem conseguido ajudar na melhoria da qualidade de vida da população local. A partir dos projetos realizados a seguir na solicitação de recursos, a associação passou a contratar um técnico para elaboração dos mesmos, sendo pago com os recursos adquiridos nos próprios projetos aprovados. Segundo relatório da assessoria técnica da associação:

A criação da Associação colocou o povoado em outro patamar socioeconômico e a partir daí as famílias obtiveram apoio do Estado, município e principalmente de ONGs (Organizações Não Governamentais). Esse apoio, sem fazer distinção da participação dos parceiros, veio em forma da melhoria da infraestrutura do povoado, sendo assim os moradores conquistaram os seguintes benefícios: a construção de uma escola de ensino básico; uma igreja católica; um poço artesiano; uma agroindústria de polpas de frutas; uma casa do mel; veículo utilitário; equipamentos de captura de abelhas e de beneficiamento do mel (Relatório cedido pela assessoria técnica do povoado, 2015).

Sobre as atividades produtivas encontradas em Solta hoje se percebe algumas mudanças e outras práticas permanecem, porém ocorrem de uma forma diferenciada do passado. Interessante destacar que apesar das mudanças em alguns de seus traços, como por exemplo, na construção de suas residências que anteriormente era feita exclusivamente de

elementos da natureza, hoje já se percebe a tendência de as casas serem construídas de alvenaria. Porém o curioso é que apesar de construírem novas moradias e passarem a viver nelas, os moradores não mandam derrubar ou abandonam suas antigas casas. Elas permanecem de pé sendo utilizadas normalmente (FIGURA 18). Há uma relação de afetividade com o bem. O mesmo ocorre também com outros objetos, como é o caso do fogão à lenha (FIGURA 19), embora tendo um novo à gás. Em entrevistas os moradores relatam que a comida tem um gosto diferente, mais rápido no cozimento dos alimentos.

Figura 18- Moradores conservam suas antigas moradias, embora já possuam casa de alvenaria



Fonte: COSTA, 2016.

Figura 19- Fogão à lenha e fogão a gás, ao fundo, utilizados pelos moradores locais



Fonte: COSTA, 2016.

Outra permanência também é a lavagem de roupas nos córregos d'água (FIGURAS 20, 21 e 22). Geralmente utilizado não somente pelas mulheres, mas pelos homens do povoado. Esta prática persiste pela falta d'água na localidade em que os moradores sem opção são obrigados a caminhar para os riachos onde realizam esta tarefa. Os mais utilizados para este fim são o Isebe, Lajeiro e o Solta, que são os mais próximos das casas.

Figura 20- Lavagem de roupa por moradora no riacho Isebe, no povoado Solta



Fonte: COSTA, 2014.

Figura 21- Lavagem de roupa por moradoras no riacho Solta



Fonte: COSTA, 2016.

Figura 22- Lavagem de roupa por família de moradores no riacho Solta



Fonte: COSTA, 2016.

Em relação á criação de gado bovino, por exemplo, hoje no total de 42 famílias, apenas 5 ainda continuam praticando a atividade. Porém, anteriormente o gado era criado no sistema extensivo sem pastos cercados, reforçado pelo depoimento da Sra. Maria Helena (2012, relato oral): “não tinha pasto, quem criava um *gadam* era solto”, sendo preso apenas de seis em seis meses ou de ano em ano para os criadores “salinar o gado”¹² (Sr. NETO, 2014, relato oral).

Diferentemente da época inicial, hoje o gado é criado preso (FIGURA 23) nas propriedades individuais. Essa mudança se deu, segundo os moradores, pela criação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, que apesar de ainda hoje depois de mais de dez de sua criação ainda não possuir plano de manejo, os moradores sabem que existem restrições do uso da área e para tanto preferem deixar seu gado preso. Além disso, ficou evidenciado nas entrevistas que existe uma grande preocupação por parte dos criadores de gado que é em relação à ingestão de ervas maléficas à saúde dos animais, o que era muito recorrente quando o gado ficava solto.

¹² Expressão dada à prática comum realizada tempos atrás pela população que servia para evitar a contaminação de doenças e também para aumentar seu valor nutricional do rebanho como afirma o Sr. Neto (2014, relato oral).

Figura 23- Criação de gado bovino do Sr. Tomas



Fonte: COSTA, 2016.

Com relação à criação de pequenos animais, no povoado havia a criação de suínos e de galinhas, porém depois de decisão tomada pela comunidade em reuniões decidiram pela extinção da criação de suínos devido aos animais “bagunçarem, fuçarem e estragarem os quintais dos vizinhos ”como menciona o Sr. Neto (2014, relato oral), já que eram criados soltos. Hoje só existe a criação de galinhas.

Com relação ao extrativismo, existem quatro principais pontos de coleta, um deles é o Brejo da Solta (FIGURA 24) que fica ao fundo de muitas propriedades. Dele se extrai principalmente juçara (*Euterpe edulis*) (FIGURA 25), buriti (*Mauritiua flexuosa*) e babaçu (*Orbignya phalerata*). Do brejo coletam e carregam na cabeça o produto extraído e o carregam até a sede para fazer o processamento, atualmente é comum o uso de motocicleta no transporte dos produtos, porém o acesso pelas trilhas não é tão fácil nem chega a todos os pontos de coleta.

Figura 24- Brejo Solta, onde se coletam juçara, buriti, entre outros



Fonte: COSTA, 2014.

Figura 25- Manuseio com a juçara após a coleta



Fonte: COSTA, 2014.

Outro ponto de coleta de juçara, utilizado com frequência é o “Varjão” (FIGURA 26), localizado no Canto do Remanso¹³, povoado vizinho, a 6 km de Solta. Existindo também, outros dois pontos de coleta de extração, principalmente, do buriti e da juçara que são as fontes do Isebe e Lajeiro (FIGURA 27). No caso do buriti a época da safra é de setembro a dezembro. O óleo do buriti é vendido a R\$ 50,00 o litro.

Figura 26- Área de juçaral no povoado Canto do Remanso, um dos principais pontos de coleta de juçara



Fonte: COSTA, 2014.

¹³Povoado localizado fica dentro dos limites do Parque Nacional da Chapada das Mesas. Na área moram apenas duas famílias. Na área, que é o ponto mais forte de coleta de juçara extraído por Solta também encontramos manga, caju, bacaba, buritirana, mamão, dentre outras. Apesar do lugar está dentro do parque, são praticadas algumas atividades como o: extrativismo de juçara (venda na quarta) aroça/horta, onde se produzem pimenta, couve, pepino, rúcula, coentro, alface, berinjela. Eles comercializam seus produtos para Carolina compram para a roça adubo-cama de frango. O aspecto mais forte nesta localidade é a apresentação de traços culturais marcantes em relação às suas raízes, segundo os mesmos são remanescentes de quilombolas. No povoado existe o festejo de São Raimundo Nonato que ocorre todos os anos no dia 31 de agosto. O festejo é marcado por reza e festas durante nove noites, onde também o ritual levantar o “mastro rainha capital, atraindo moradores de toda a região. Porém também enfrentam dificuldades, Canto do Remanso é uma das localidades inseridas dentro do Parque Nacional da Chapada das Mesas no município de Carolina que ainda não recebeu a energia elétrica. Dessa forma, falam da necessidade do recurso e reclamam da forma com o processo de implantação do Programa Luz para Todos chegou para alguns povoados, (todos nos limites dos municípios de Estreito e do Riachão) e para outros não (os de Carolina, nem todos). Pedem a resolução do problema. No ano de 2016 construíram casas no povoado Solta, pois segundo moradores, não aguentavam mais viver sem energia, além da distância grande entre o povoado da escola em Solta, ficando difícil o acesso das crianças para a localidade principalmente em dias chuvosos. Dessa forma, depois da construção de suas casas, passam a semana em Solta e no fim de semana retornam para Canto do Remanso.

Interessante destacar que a população ao vir coletar os frutos do cerrado também joga as sementes de açaí e buriti (FIGURA 27) para “segurar a mata”. Não praticam pura e simplesmente a coleta dos frutos, mas realizam a devolução da semente ao ambiente, “devolvemos o caroço pra natureza pra nascer outro pé” (Sra. ALZERINA, 2014, relato oral), o que demonstra sua preocupação e compromisso ambiental e social com as futuras gerações.

Figura 27- Nascente do córrego Lajeiro, um dos principais pontos de coleta do buriti



Fonte: COSTA, 2014.

É importante destacar que a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural quanto do cultural, pois é a cultura, como conhecimento, que permite às populações tradicionais entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la, retirar suas espécies e colocar outras, enriquecendo-a, com frequência. (DIEGUES, 2000).

Packer et al., (2012, p. 76) destacam que:

Os agricultores e agricultoras familiares e camponeses, extrativistas, povos indígenas, comunidades tradicionais e povos e agricultores cuidam da biodiversidade [...] porque esses cuidados são fundamentais para se manterem vivos, para manterem seus modos de produzir e viver.[...] eles precisam de políticas públicas estruturantes que fortaleçam seus modos de viver e produzir, como alternativas concretas e que historicamente apresentam-se como sustentáveis e produtivas..

Sendo estes modos de viver o que poderá ainda nos “livrar” do futuro difícil que pode pôr em risco a própria sobrevivência humana do planeta. “Essas experiências, pelo conhecimento e pela cultura das populações envolvidas, formam e firmam a convicção que, tal como nos ensina um dos princípios da ecologia, o equilíbrio dinâmico de um sistema mantém forte relação com sua diversidade”. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 26).

Segundo os moradores, em 31/08 de 2013 houve uma grande queimada em um dos pontos de coleta de buriti onde o fogo atingiu inúmeras árvores inclusive o córrego e algumas nascentes. Na ocasião a comunidade se juntou para apagar o fogo, principalmente “a mulherada” como aponta a Sra. Alzerina (2014, relato oral).

Ainda sobre as atividades, na agricultura se observou que grande parte dos moradores de Solta produz na roça utilizando o modo “*no toco*”, modo usado historicamente pela população. E produzem para o consumo da família. Porém, em algumas vezes comercializam seus produtos tanto na comunidade quanto na cidade de Carolina.

Os principais produtos cultivados na roça: mandioca, arroz, milho, fava, cana. Em várias casas também se vê a horta que geralmente possui coentro, cebola, alface, couve, pimenta, melancia, pepino como demonstra as figuras a seguir nos quintais do Sr. Tomas e da Sra Maria Helena (FIGURAS 28, 29 e 30).

Figura 28- Roça do Sr. Tomas



Fonte: COSTA, 2016

Figura 29- Roça do Sra. Maria Helena



Fonte: COSTA, 2016.

Figura 30- Plantação de mandioca na roça do Sra. Maria Helena



Fonte: COSTA, 2016.

Os mais antigos, se referem com saudade “do tempo que trabalhava na roça”

Eu digo assim, que eu tenho saudade até da roça (risos)! Eu gostava di mais di ir pra roça, na colheita do arroz. Eu trabalhava na roça, deste da casa do meu pai era na época da colheita apanhava era cacho por cacho, *ajuntava* aquela turma de gente pra ir pra roça com aqueles cocos feitos da palha da bacaba na cintura amarava mas era uma palestra boa! Eu achava bom. Conversa tanta besteira, conta historia (risos) (Sra. MARIA HELENA, 2012, relato oral).

No que se refere à atividade pesqueira, ocorre em pouca quantidade, apenas para a subsistência, praticada através de caniço¹⁴. Segundo relatos de moradores uma mudança observada nos rios da região foi o desaparecimento dos peixes isso se deve ao uso de arpão (FIGURA 31), instrumento que fura o animal. Quando ocorre, a atividade é realizada na área do brejo da Solta, principalmente, onde se pesca exclusivamente para o consumo das famílias.

Figura 31- Instrumento para a pesca, arpão



Fonte: COSTA, 2016.

¹⁴ uma armadilha de pesca que consiste em uma vara fina, em geral de bambu, onde se prendem a linha e o anzol, também conhecida como VARA DE PESCAR

As espécies mais pescadas na área são, principalmente: cará (*Geophagus brasiliensis*), traíra (*Hoplias malabaricus*), mandi (*Pimelodus spp*), piau (*Leporinus steindachneri*), piranha (*Pygocentrus nattereri*), piaba (*Astyanax taeniatus*), dentre outras. A atividade mais recente no povoado é a apicultura¹⁵ (FIGURAS 32 e 33) que se iniciou em 2013 através de medidas compensatórias exigidas na legislação ambiental a projetos que provocam impactos sociais e ambientais, neste caso o consórcio CESTE responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito¹⁶ foi quem passou o recurso para a associação. Segundo fala do funcionário do órgão gestor do parque (ICMBIO), o consórcio CESTE, “na época da escolha da associação procurou e mapeou na região onde ocorreriam os possíveis impactos as associações de moradores numa tentativa de apoiar iniciativas produtivas”. (Sr. PAULO, 2014, relato oral).

¹⁵ Atividade de criação de abelhas denominada *Apis mellifera*. Essas abelhas foram trazidas ao Brasil da Europa, por imigrantes, e da África, pelo prof. Warwick Estevan Kerr (1956). O resultado do cruzamento natural entre as abelhas européias e africanas, no Brasil, é conhecido como abelhas “africanizadas”. Sua criação tem a finalidade de produzir mel, pólen apícola, própolis, geleia real, cera, apitoxina (veneno das abelhas para uso medicinal) e, o mais importante, contribuir com o aumento da produção e produtividade agrícola por meio da polinização. Os produtos das abelhas têm boa aceitação no mercado consumidor, proporcionando rendimentos econômicos compensadores, desde que sejam produzidos dentro de normas tecnicamente corretas (SENAR, 2010,p.8). O Brasil é, atualmente, o sexto maior produtor de mel (ficando atrás somente da China, Estados Unidos, Argentina, México e Canadá), entretanto, ainda existe um grande potencial apícola (flora e clima) não explorado e grande possibilidade de se maximizar a produção [...] Para tanto, é necessário que o produtor possua conhecimentos sobre biologia das abelhas, técnicas de manejo e colheita do mel, pragas e doenças dos enxames, importância econômica, mercado e comercialização.

¹⁶A Usina Hidrelétrica de Estreito, considerada a quarta maior da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2). A obra, realizada pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), sob responsabilidade de construção e operação das empresas: Vale, Alcoa, Intercement e CDF SUEZ TRACTEBEL ENERGIA. As obras iniciaram em 2007, na primeira fase do PAC e concluídas em outubro deste ano 2012. A usina localizada no rio Tocantins entre os estados do Maranhão e Tocantins, atingiu 12 municípios, sendo dois maranhenses, Estreito e Carolina e 10 do estado do Tocantins, Filadélfia, Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins. Os municípios de Carolina – MA, Babaçulândia – TO e Filadélfia – TO foram os mais impactados pela construção da UHE de Estreito. Juntamente com prejuízos, como o alagamento de áreas rurais, deslocamento involuntário da população residente nas áreas direta e indiretamente afetadas ou ainda o dano de equipamentos públicos como pontes e estradas, ocorrerá grande diminuição de sua vocação turística, com as variações na paisagem, e perdas de riquezas naturais como as praias, que durante o período de seca dos rios atraem turistas advindos de várias regiões do Brasil.

Figura 32- Desenvolvimento da atividade apícola



Fonte: COSTA, 2014.

A atividade apícola em Solta está começando bem, segundo os próprios moradores. O início ocorreu com a entrega das caixas de colmeia para 14 apicultores, onde cada um recebeu 1 colmeia = 1 enxame. Na avaliação do Sr. Neto (2014, relato oral) o que tem percebido na comunidade em relação a esta atividade é que ainda falta vocação; assistência técnica; disposição das pessoas, precisaria haver um interesse maior.

A primeira colheita foi realizada em 2014, trazendo resultados satisfatórios, segundo os apicultores. Ao completar dois anos de funcionamento do projeto os apicultores deverão devolver as 5 caixas que receberam para a empresa CESTE “e deverão se virar sozinhos” como menciona o Sr. Neto (2014, relato oral). Ainda segundo ele, existem 3 tipos de sócios: “o envolvido(aquele que vai de vez em quando/ só vai quando o bolo está pronto), o oculto(aquele que não vai mesmo) e o comprometido(aquele que está por dentro de tudo, em dia com a taxa da associação que é de R\$ 5,00”).

Na ida a campo tivemos a oportunidade de participar da colheita do mel, ocorrida em 18/09/14. Havia muitas pessoas envolvidas, o que para esta atividade não é muito aconselhável, pois “muita gente pra colheita não funciona porque causa um estresse para as abelhas, precisa-se de liderança” (Sr. NETO, 2014, relato oral) .

Sobre os resultados já alcançados com esta atividade apícola, os moradores comentam que a atividade é satisfatória, os envolvidos no projeto receberam cada um 1 quadrado com 9 caixas, além de capacitação para o processamento do mel¹⁷ (FIGURA 34) . São já alguns resultados da produção: 5 melgueiras produziram 75 kg de mel. Os moradores continuam a se capacitarem na atividade com um curso de apicultura que ocorre periodicamente, o que se precisa é apenas “querer trabalhar *mermo*”. (Sra. ALZERINA, 2014, relato oral).



Figura 33- Processamento do mel
Fonte: COSTA, 2014.

¹⁷ As primeiras capacitações oferecidas incluíam também o processamento do mel coletado. Após ser coletado, o mel é levado para a mini fábrica ficando armazenado em quadros na sala de recepção; se transporta o produto dos quadros para as bandejas; Usando garfo desoperculador próprio para a atividade, é feita a desoperculação dos favos sobre a mesa desoperculadora, para aproveitamento da cera das tampinhas e de parte do mel. Neste processo se vê o alinhamento ou desalinhamento da cera realizado pelas abelhas. Os quadros são passados para a centrifuga pra passar pelo processo de centrifugação. Após essa fase, é feita a filtragem e envasamento do produto em embalagens próprias. Todo o processo é feito nas instalações da casa do mel.

Um traço marcante observado também no povoado e que, segundo os moradores, os ajudam a ser mais saudáveis e combater vários tipos de doenças é a fabricação de remédios caseiros utilizando partes de espécies vegetais. São alguns dos remédios fabricados artesanalmente: o xarope produzido com mel de abelha, chá capim-santo, cidreira, vários tipos de chá com a folha de “carne”, folha da margabeim (usada para “intestino preso”), leite da mangabeira (para inflamação), leite de gameleira (vermicida), flor da aroeira, casca da minrindiba (para qualquer tipo de inflamação), vereda (para gripe), extrato de própoles (evita e combate gripe e inflamação de garganta), dentre outras.

Este comportamento demonstra a inter-relação com o cerrado, pois é utilizado até mesmo na prevenção e combate a doenças, como é visto também em outras experiências de livre uso da biodiversidade e proteção do conhecimento tradicional encontrado pelo país. Algumas dessas experiências vêm ganhando destaque nos últimos anos, a exemplo a Farmacopeia Popular das Raizeiras e Raizeiros do cerrado, construída em torno da Articulação Pacari, considerada uma das referências na construção de uma legislação nacional de acesso aos recursos genéticos e repartição de benefícios, principalmente na identificação de origem dos recursos naturais do cerrado, caso sejam acessados por contrato de acesso e repartição de benefícios (PACKER et al., 2012)

Essa “**autorregulação da medicina tradicional**” foi realizada no período de 2001 a 2005, nos estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Maranhão, através de pesquisa de campo que envolveu 262 raizeiras, raizeiros e representantes de farmacinhas comunitárias, especialistas em caracterizar os diversos ecossistemas do Cerrado, identificar e coletar as plantas medicinais, diagnosticar doenças, preparar e indicar remédios caseiros para o atendimento de saúde nas comunidades locais (PACKER, *et al*, 2012, p.58). Esta prática é uma forma de proteção dos conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos, tanto por preservar e manter conhecimentos, inovações e práticas das comunidades locais e povos indígenas quanto por sistematizar um código de conduta de raizeiras e raizeiros para o manejo sustentável das plantas medicinais do Cerrado e a preservação ambiental. [...] a autorregulação dos conhecimentos e recursos da farmacopeia popular do Cerrado deve influenciar a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos para a validação de conhecimentos tradicionais associados ao uso de plantas medicinais, assim como do ofício de raizeiras e raizeiros do Cerrado. (PACKER et al., 2012, p. 58).

Outra experiência também encontrada é o Movimento das Aprendizizes da Sabedoria (MASA) que, segundo Packer et al., (2012) congrega diversas modalidades de ofícios tradicionais de saúde popular, como: benzedeiros(os), curadores e curadeiras, parteiras, costureiras(os), rendiduras ou machucaduras, e que pertencem a diversas comunidades tradicionais do estado do Paraná, articuladas pela Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais-PR. Para permanência das práticas culturais de cura e manejo de

ervas medicinais, as benzedadeiras, curandeiras e outros ofícios de cura precisam do livre acesso ao território.

Este livre acesso se refere à liberdade de essas populações terem o poder de uso em seus territórios sem interferências exteriores nas quais muitas vezes são dadas alternativas de produção sem qualquer compromisso ambiental e/ou social, como por exemplo, o incentivo do uso de defensivos agrícolas, agrotóxicos, dentre outras, agredindo o modo tradicional e a vida dessas populações.

No aspecto saúde, o povoado tem apenas um agente que é pago pela prefeitura, o Sr. Pedro da Cruz. Sua atividade é realizada através de visitas aos moradores nas quais pesa crianças, observa e dá instruções a gestantes e a pessoas com diabetes. Segundo ele as doenças que mais acometem a comunidade são: hipertensão, verminoses, dengue (poucos casos, o ano de 2014 ainda não houve nenhum). Em casos de urgência, é necessário se deslocar para o centro de Carolina, porém, existem algumas especialidades que só são encontradas em Imperatriz (MA) e Araguaína (TO).

Exames laboratoriais e consultas mais simples são realizadas no povoado de São José dos Pereiras a 14 km da Solta. Marcação de consultas, exames ortopédicos demanda aproximadamente cerca de 20 dias para se realizar, às vezes de 1 a 2 semanas. As especialidades o paciente pode esperar até 2 anos, ex.: ressonância magnética. Até mesmo em Carolina o serviço hospitalar particular existente é apenas na especialidade cardiologia, havendo muitas reclamações “o médico que nem olha para as pessoas” reclama a Sra. Alzerina (2012, relato oral).

Muitas vezes em caso de necessidade dos serviços da saúde as pessoas se deslocam para outras localidades. Para a moradora a saúde “não funciona não, agente não funciona, tem um postinho ali no São José, tem médico uma vez por semana, em relação à saúde a coisa ta feia aqui na Carolina” (Sra. DEUZELINA, 2016, relato oral). A professora da escola e também moradora do povoado confirma que

A saúde aqui é um pouco precária porque o posto de saúde agente não tem aqui mesmo na comunidade, tem numa comunidade vizinha [...] chega lá nem médico não veio e leva uma criança pra tomar uma vacina não tem essa vacina. A saúde aqui não é muito legal não. (Sra. ANA AMÉLIA, 2016, relato oral).

A Sra. Deuzelina afirma ainda que os que mais adoecem e que mais sofrem são as “pessoas mais idosas [...], criança também adocece, febre, gripe, essas *coisa*, dor de garganta. Não é dizer que tem muita doença direto, não”.

Para o preparo de seus alimentos possuem modo particular, usam com bastante frequência o fogão à lenha (FIGURA 35), visto em praticamente todas as casas, sendo também o uso deste uma permanência embora, algumas pessoas já tenham o fogão à gás ainda preferem fazer o uso do primeiro, por conta da economia e também pelo sabor dos alimento que é diferenciado.

Figura 34- Fogão à lenha preparando almoço dos moradores



Fonte: COSTA, 2016.

Figura 35- Fogão à lenha em cima de suporte de madeira na casa de morador



Fonte: COSTA, 2016.

Sobre a dieta, os moradores consomem com mais frequência produtos oriundos de suas próprias produções como arroz, feijão, banana, farinha, carne bovina e de galinha da terra como do extrativismo (FIGURA 36).

Figura 36- Produtos oriundos da produção dos moradores



Fonte: COSTA, 2016.

Figura 37-- Produtos oriundos do extrativismo dos moradores



Fonte: COSTA, 2016.

Com relação à educação, em Solta existe apenas uma escola (FIGURA 37) de ensino fundamental, a Escola Francisco Ananias, fundada em 1984 que funcionava até o ano de 2015 nos turnos matutino e noturno com o EJA (Educação de Jovens e Adultos). Neste ano, apenas o turno matutino está funcionando com 18 alunos matriculados no total, distribuídos nos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos escolares.

Figura 38- Escola Francisco Ananias, localizada em Solta



Fonte: COSTA, 2014.

O EJA neste ano não alcançou o número mínimo de alunos matriculados e não funcionou. Ainda em 2015, em entrevista no povoado com o então professor da escola, o mesmo comentava sobre as dificuldades enfrentadas pelos adultos em voltar aos estudos. Na época o funcionário relatou: “em se tratando dos adultos, há uma certa resistência em frequentarem as aulas [...] á noite são 8 alunos, eram 15, porém 7 desistiram durante o ano, isso acontece devido ao dia a dia cansativo dos adultos que trabalham durante o dia e noite já chegam cansados e sem disposição para estudar”. (Sr. REMILSON, 2014).

No caso dos alunos ao passarem para o 6º ano do ensino fundamental os alunos precisam se deslocar para outros povoados, como o mais comum Santa Rita (a 40 km de Solta). Isso se deve ao fato de na comunidade não ter alunos suficientes para completar as turmas das séries seguintes e que também demandaria mais professores para essas séries, em torno de cinco 5 para cada série.

A prefeitura se encarrega pelo transporte dos alunos para outras localidades. No entanto, há períodos do ano em que a quebra de carros é constante devido ao acesso ruim das estradas que ao povoado, sendo essa dificuldade um dos principais empecilhos enfrentados pelos alunos do povoado de Solta.

A Sra. Deuzelina, mãe de duas alunas, ao ser questionada sobre suas filhas, relata:

Tão as duas, uma faz o Jardim II e a outra o 5º ano. [...] E agora ela vai pra casa de algum parente na cidade, porque tem carro que vem levar pra Santa Rita, mas tem dia, hoje mesmo ele não veio porque tem uns meninos aqui em cima que *estuda* lá, aí ele vem dois *dia* na semana e o resto não vem, como é que fica? Eu vou ter que tirar ela daqui ano que vem, tem que mandar ela para casa da minha irmã que mora em Araguaína e tem uma que mora em Carolina que fica perto aqui ou então, na casa da madrinha dela que mora aqui no Riachão [...] não pode ficar aqui porque como é que a criança fica aqui e vai pra escola *doisdia* na semana? Vai aprender o que, *né?*[...] Já chegou aqui a ficar três meses com o carro parado, sem carro, porque tem um carrinho parece que é um Uno que leva três meninos pra São José aí de São José que pega um ônibus pra Santa Rita. O ônibus quase não falta, só quando quebra. (Sra. DEUZELINA, 2016, relato oral).

Como aponta o relato da moradora são grandes os problemas enfrentados pela população local. Além do acesso inadequado das estradas que ocasiona a quebra e veículos condutores dos alunos para escolas de localidades vizinhas, ainda existe outro como menciona o então professor da escola, o Sr. Remilson (2014, relato oral), a falta de materiais didáticos e eletroeletrônicos, como televisão, DVD, freezer, bebedouro, fogão, liquidificador e outros como uma realidade constante.

Além disso, “não têm proteção”, aponta a Sra. Alzerina (2014, relato oral) se referindo à área da escola ser aberta e não possuir vigia o tempo todo, segundo ela quando há festas pessoas estranhas entram nas áreas da escola e fazem usos indevidos do espaço escolar. A diretora da escola afirma já ter tratado do assunto e sempre conversar a respeito dos problemas enfrentados na escola com secretaria de educação municipal de Carolina, porém, segundo ela, nunca é respondida.

Fato interessante observado na escola foi uma lista afixada na parede próxima ao quadro na qual consta os nomes dos alunos da escola com suas respectivas famílias, segundo os funcionários, usada para um maior controle dos alunos, pois dessa forma, se conhece quem são cada aluno e quais são suas famílias. Ocorrendo ausência do aluno ou qualquer reclamação se sabe a quem recorrer. Trabalham na escola atualmente 5 funcionários: 1 vigia, 1 diretora (com formação em Pedagogia), 2 professores (com formação em pedagogia e magistério) e 1 merendeira.

Das opções de lanche servidas na escola estão: leite com biscoito, sopa, arroz com feijão, arroz com carne, cuscuz com leite, mingau (a última vez que a prefeitura mandou foi em junho, ela manda de acordo com a necessidade da escola). Muitas vezes usam as próprias frutas do cerrado no cardápio quando há falta do alimento vindo oriundo do município.

No aspecto religião e religiosidade, no povoado existe apenas uma Igreja Católica, Igreja São Francisco de Assis (FIGURA 38) que funciona todos os domingos no turno vespertino. É realizada a “celebração da palavra” onde participam geralmente entre 20 e 30

peessoas. Também, uma vez por mês (o 4º sábado do mês) o padre Domingos Dias vem de Carolina para a comunidade celebrar a missa. Também, segundo relatos de moradores existem duas famílias evangélicas que frequentam igrejas no povoado vizinho, em São José dos Pereiras.

Figura 39- Igreja São Francisco de Assis, em Solta



Fonte: COSTA, 2014

Existem frequentemente festas e festejos no povoado a Sra. Maria Helena fala a cerca da festa do divino espírito santo que acontece anualmente

Quando é no dia do divino, [...] tem *duas reza*, que *nois* chama reza né, do divino uma na casinha ali na beira da estrada e outra depois do lago na casa de uma *cumadi* minha que ela festeja todo o ano, ai ela faz reza aquele terço o pessoal ajuda, todo mundo ajuda a ir rezar aquele terço ai depois tem um grande almoço pra todo mundo que participar, aquele almoço é dado não é vendido. Quem ajuda a fazer o almoço é *as vizinha* né, a dona da reza, que se diz a dona da festa convida pra ir ajudar, muitas vezes madrugada, uma e pouco ai tira aquela carne ou compra lá de outro que matou, ai faz *aquelas panelona* de comida tão boa. (Sra. MARIA HELENA, 2014, relato oral).

Também ocorrem todos os anos o festejo em homenagem a São Francisco de Assis no povoado, tendo duração de nove noites, realizado sempre entre 25 de setembro a 04 de outubro. Além dessas festas no povoado, a comunidade sempre participa de festejos em

outros povoados e localidades como nos Assentamentos próximos, como por exemplo, do festejo que ocorre todos os anos em Canto do Remanso, o Festejo de São Raimundo Nonato.

Foi observado que ocorreram mudanças no que diz respeito à forma de se enterrar os mortos do povoado, no cemitério (FIGURA 39) do povoado até o momento das entrevistas só havia uma pessoa enterrada. Antes usavam o cemitério do povoado Santa Luz a 4 km de Solta. Segundo relatos de moradores, os mais velhos diziam que antigamente os moradores enterravam seus mortos em redes¹⁸, mas de um tempo para cá passaram a enterrar em caixões.

Com relação ao consumo de água no povoado, existe água encanada em algumas das residências. Tal encanação foi realizada manualmente pelos moradores sem todos os critérios necessários para esta finalidade por falta de condições financeiras. A água utilizada vem de um poço artesiano (FIGURA 40) construído pela prefeitura há alguns anos, porém a quantidade de água oriunda dele hoje é insuficiente para atender a demanda da população, tanto que atualmente, a prefeitura paga um morador para ligar três vezes ao dia (num intervalo de 20 a 30 minutos) o sistema que bombeia água para as residências.

Figura 40- Cemitério do povoado



Fonte: COSTA, 2014.

18 A prática de enterro em redes, foi mencionado no estudo etnográfico realizado por Câmara Cascudo, que afirma: O enterro de rede ainda resiste por todo interior do Brasil entre a população pobre e residente nos arredores de vilas, muito mais interessante é o transporte na rede, que em geral se faz, quando o morto é pobre ou quando a distância é grande. As redes para esses transportes são apropriadas, largas, sem franjas e bem fortes, bem resistentes, de fazenda de colchão em geral, com punhos bem trançados, fortes e grossos, para não ter perigo de arrebentar na estrada. (CASCUDO, 2003, p.122).

Figura 41- Poço artesiano em Solta



Fonte: COSTA, 2016.

Um dado interessante também observado é o fato de muitas famílias, inclusive a própria associação de moradores deixarem de trabalhar com roça e com horta pela falta d'água que ainda é um dos maiores problemas identificada no povoado, “Onde antes era roça, agora é quintal” (Sr. JOSÉ BEZERRA, 2014, relato oral).

Atualmente, o que existe é um sistema artesanal (FIGURA 41) construído pelos moradores que funciona da seguinte maneira: O cano joga água na roda para girar e jogar água na associação, porém, há mais de ano a bomba não funciona e, além disso, o volume de água diminuiu muito, em alguns casos houve até o desaparecimento de alguns córregos (FIGURA 42) sendo necessária a desmontagem da estrutura que fizeram e montar outra mais potente.

Figura 42- Sistema artesanal para captação de água no encontro dos riachos Isebe e Lajeiro, em Solta



Fonte: Arquivo ABM

Figura 43- Local onde havia riacho anos atrás



Fonte: COSTA, 2016

A respeito projeto da roda d'água o Sr Neto menciona que

Surgiu um projeto pelo PPPECOS que justamente nós *tiremo* um pouco desse recurso pra comprar essa roda d'água pra jogar água lá pra cima, pra fazer um sistema de água aqui no Lajeiro pra nós jogar, nós fazer uma tubulação pra ir até lá *naresidência* onde mora o pessoal. Mas como os *inverno* foram fracassando, fica dificultoso [...] pra girar a roda e fazer jogar a água no sistema lá em cima porque aqui nós *tamo* rodeado de água[...] nós *tamo* numa ilha cercada de água mas as *residência* fica num nível mais alto. Nós *temo* dificuldade de fazer essas tubulação, é tanto que agora nós *vamo* ver se agente consegue um recurso, através do governo do Estado pra comprar um motor com a bomba mais potente pra ver se agente consegue jogar água lá pra cima. Já temos um projeto pra esse fim, *tamo* aguardando o resultado, (Sr. NETO, 2016, relato oral).

Para a execução do projeto

Aqui pra entrar em funcionamento é *os cano* [...] de 150, *fizemo* uma *barragemzinha* improvisada com saco de areia pra aumentar o volume de água pra distribuição pra mais ou menos o peso da água jogar lá em cima mas quando chega o mês de agosto que as água baixa, o mês de junho em diante não consegue mais jogar água lá, aí agente é aquele sacrifício de indo lá em cima e voltando aqui[...] concerta um cano, *imenda*, remenda, aí não dá certo não tem como jogar lá por causa que a água diminui o peso da água, aí não funciona a roda, que ela roda através do peso da água que ela joga lá em cima. (Sr. NETO, 2016, relato oral).

Para o represamento da água, além dos sacos com areia também utilizam madeira (cangirana) para segurar as “paredes” dos sacos. Este sistema artesanal de captação de água foi construído em um ponto de encontro das águas de dois córregos que são o Isebe (água fria) e o Lajeiro (água quente) que ficam no povoado a aproximadamente 800m de distancia da associação dos moradores. Neste local pretendem construir um reservatório para cessar com a falta d'água que a comunidade enfrenta.

De acordo ainda com dados das entrevistas com os moradores, muitos apontam para as transformações ocorridas no povoado ao longo do tempo. O Sr. José Bezerra (2104, relato oral) diz que “era mais difícil no começo, hoje é mais fácil, iam caminhando até Carolina, tocando carga. Passavam uma semana chegar à cidade, atravessando rios.” Antes da construção da estrada caminhavam 12 km, segundo ele.

O Sr. Tomas, 72 anos, mora em Solta há 42 anos. Para ele, antes o povoado era ais calmo, a maioria dos moradores trabalhavam com roça, agricultura, “hoje Solta tá mais seca e o calor aumentou” (Sr. TOMAS, 2014, relato oral). O Sr. Lucimar (2014, relato oral) afirmou que em “Solta não tem lavoura mecanizada de soja, eucalipto, o que tem é gado, animal, pasto”. Para o Sr. Tomas “Solta melhorou muito, andavam a pé, topavam carga, passavam por dentro d'água, hoje tem energia, colégio e igreja. Com a chegada da energia clareou o tempo, conserva carne, frio, bebe água fria”. (Sr. TOMAS, 2014, relato oral).

No presente momento, os moradores convivem com problemas antigos e surgem outros novos comportamentos também. Entre os problemas antigos que ainda compromete a vida da comunidade está a estrada, construída em 1998, de difícil acesso (FIGURA 43), pois é “de terra” nunca tendo sido planejado qualquer asfaltamento para a mesma. O que dificulta a vida dos moradores principalmente na saúde, educação.

Figura 44- Estrada vicinal que dá acesso a Solta, ponte sobre o rio Solta que limita o povoado



Fonte: COSTA, 2016.

Dos problemas resultantes de novos comportamentos da comunidade está a produção de lixo e falta de destinação adequada para tal. No povoado não existe nenhum local destinado para descarte do lixo nem coleta do mesmo, sendo ainda a prática mais comum a queima do mesmo e seus quintais. Porém segundo relato de moradores, algumas pessoas descartam o mesmo de qualquer maneira, inclusive nas portas de suas casas o que poderá resultar num futuro bem próximo a chegada de novas doenças.

Esse descarte inadequado nos faz refletir também na inserção de alimentos e produtos industrializados no povoado com uma frequência maior o que tem gerado lixo em maior quantidade sendo de origem industrial o que de alguma maneira poderá acarretar sérios danos ambientais a curto médio e longo prazos.

Problemas relacionados ao desmatamento também foram observados em campo. Um dos criadores de gado bovino desmatou e queimou (FIGURA 44) uma área no povoado

de grande proporção com o intuito de “limpar” a área para plantação de pastagem para o gado bovino, a área foi desmatada e queimada até a beira do rio, resultando na morte de várias espécies vegetais que compunham a mata ciliar do rio.

Figura 45- Desmatamento e queimada para produção de pastagem



Fonte: COSTA, 2014.

Ainda um dos maiores problemas encontrados naquela realidade é quanto à saída dos jovens seja para estudar seja para trabalhar o que, a nosso ver, se nada for feito, comprometerá o futuro da comunidade pela falta de renovação de mão-de-obra e da perpetuidade de modo de vida tradicional encontrado na área. Existem relatos que, inclusive já excluem totalmente os jovens do processo produtivo. “Os jovens não fazem parte do processo porque não tem nem educação e emprego para a garantia da sustentabilidade.”, “roça não dá mais porque não tem mais os filhos, tem 5 filhos, 4 foram embora, “ casaram e foram embora” (relatos de moradores).

Assim como estes relatos, muitos outros puderam ser ouvidos, em quase todas as famílias existiam exemplos como estes apresentados. Este fato poderá ser uma das principais rupturas no modo de vida da população já que os jovens estão cada vez mais indo embora e os mais velhos ficando sem força para desenvolverem as atividades no povoado.

Sobre a visão que os de fora têm da organização do povoado Solta em ser uma associação articulada e por esse motivo têm conseguido se desenvolver mais rapidamente com

respeito ao meio ambiente e às suas tradições, o técnico da Secretaria de Agricultura do município de Carolina descreveu o povoado como: “é diferenciado porque sabe trabalhar em grupo, eles estão adiantados em termos de organização, o modo de vida é diferente das outras localidades. Nota-se a fartura na mesa” (Sr. ÁTILA, 2014, relato oral), . Fato relatado também pela funcionária do CTI:

[...] a Solta pra gente é muito legal de trabalhar [...] os sócios da Solta da Associação Bezerra de Moraes eles já tão, são idosos mas eles se movimentam muito, são muito organizados, sentam pra conversar muito, [...] eles movimentam um entorno muito grande ao redor da Solta[...] conseguem movimentar a região. (NOLETO, 2012, relato oral).

Para o secretário de agricultura do município, hoje Solta é uma referência, a associação tem uma minifábrica de processamento de frutas com equipamentos necessários. Além disso, também trabalham com mel (14 produtores trabalham com abelha africanizada). Mais recentemente participaram da Feira do Produtor na cidade de Carolina, promovida pela prefeitura.

A associação em virtude de sua organização também recebeu no ano de 2014 a DAP JURÍDICA para poder comercializar seus produtos com o poder público através do PPA (Programa de Aquisição de Alimentos) onde o governo federal compra os produtos e doa para entidades carentes como o CRAS, CREAS, Clubes de mães, hospitais. Para o secretário, 60% dos associados precisam de DAP, porém hoje somente a AAPPC e Solta podem comercializar à frente de 20 associações existentes no município.

Nesta entrevista ficou evidente o posicionamento do Estado, enquanto poder municipal ao afirmar que de uma forma geral, que os agricultores do município de Carolina são muito atrasados, pois vivem na “idade da pedra”, termo citado pelo Sr. Secretário de agricultura municipal em 2014 ao se referir ao uso de agrotóxicos e fertilizantes para o solo da região que na visão dele é pobre e necessitaria de correção para uma maior produção. O mesmo afirmou ainda que há uma grande resistência dos moradores para a adesão dessas novas tecnologias destinadas ao setor agrário.

Como visto, este é apenas um dos exemplos em que o próprio Estado tenta impor sua forma de trabalhar no campo, buscando interferir no modo em que os pequenos produtores rurais estão acostumados a fazer. Mostrando o lado do Estado contraditório, onde por um lado é responsável por cuidar dos aspectos socioambientais de todos, e do outro, fomenta, ou tenta fomentar elementos do agronegócio, tendo como base a produção para a comercialização e o lucro.

Porém, ao se tratar de agricultores familiares, extrativistas, e populações e comunidades tradicionais não se deve esquecer que os mesmos já conquistaram diversos direitos dentre eles, neste caso exemplificado acima.

[...] O direito à não contaminação genética por transgênicos e agrotóxicos e o direito à livre escolha do sistema produtivo – orgânico, agroecológico, convencional e transgênico – está sendo sistematicamente reivindicado. As organizações estão se protegendo contra a contaminação em seus territórios [...]. O direito à áreas contínuas livres de transgênicos e agrotóxicos em proteção do patrimônio genético conservado nas unidades produtivas e territórios dos agricultores(as), povos e comunidades tradicionais, também pode ser reivindicado. (PACKER et al., 2012, p. 79).

Apesar de esses direitos já estarem estabelecidos em vários instrumentos legais de nosso país, é necessário a organização das minorias para reivindicação dos mesmos, buscando parcerias para o fortalecimento desses objetivos que contemplam a coletividade.

A dinâmica territorial vivenciada por Solta é fruto das transformações ocorridas no povoado com a inserção das políticas públicas inseridas no território e da sua organização comunitária. Atualmente, existe a possibilidade de gerir o Programa Habitacional do governo “Minha Casa. Minha Vida”, em parceria governo federal, onde a associação ficaria responsável pela construção de 100 casas distribuídas em Solta e nos povoados de São José dos Pereiras e Itapecuru.

Esta inserção de novas moradias no povoado poderá alterar significativamente as relações existentes, pois segundo informações verbais junto aos moradores para ocupar algum terreno no povoado não existe nenhum critério de seleção pré-estabelecido, porém todos os novos moradores são oriundos de localidades adjacentes, como afirma o Sr. Neto (2016, relato oral) que nunca permitiram a chegada de pessoas estranhas.

Não a partir de quando chega agente passa a conhecer, [...] muitas vezes dificilmente vem de longe, é mais daqui que agente já tem mais ou menos uma noção de quem é. *Aspeessoa* não é pessoa que vem lá de fora que você não conhece, não sabe nada a respeito que vai se *assituar*. Primeiramente, agente tem que saber quem é mais ou menos a pessoa. Agente também não vai acolher assim de qualquer jeito sem saber quem é, principalmente hoje do jeito que *ta ascoisa*. (Sr. NETO, 2016, relato oral).

Deve ser mencionado também o consumo de produtos industrializados no povoado o que anteriormente praticamente não se via. Segundo relato da sra Rosália essa inserção em grande quantidade vinda da cidade é reflexo da falta de pessoas novas para seguir com os trabalhos da roça. Ela comenta:

[...] tem muito home novo, *cê* pensa que quer botar roça, não quer mais, não quer! [...] Aqui todo mundo traz as *coisa* da cidade, é arroz, a farinha, é porque só quem trabalhou foi *nós maisveio*. *Óia!* Agente vai nesse carro delinha pra Carolina daqui *pra* lá vai muita gente, mas quando vem de lá, não tem onde botar um pé

porque vem cheio de farinha, açúcar, café, de arroz. Porque o arroz nós *tinha* que levar *pra lá pra* vender. (Sra. ROSÁLIA, 2016, relato oral).

Ou seja, está ocorrendo o inverso de antes, eles se deslocavam para comercializarem seus produtos e hoje se deslocam para a cidade comprar seus alimentos. Porém, pelo observado em campo, através das entrevistas, a maior parte do que é consumido no povoado é produzido pelos próprios moradores. Sendo esse aspecto, mais uma vez, reflexo da falta de jovens no povoado, nesta situação, para darem continuidade na produção de alimentos.

Sobre o que acreditam para o futuro de Solta, a maioria dos entrevistados acredita que será um lugar de idosos, pois a realidade aponta para isso. Caso não seja pensada e planejada uma forma, ou formas de que continuem seus estudos e tenham um lugar para trabalhar, a população local está caminhando para a desabituação do povoado. Esse sentimento é o se passa na fala da moradora, Sra. Rosália:

Muito lugar que tinha, *via qui*, muita gente, hoje tá acabado, não tem ninguém porque *os véio* que ficou morreu e os jovens vão crescendo e vão embora, aí o lugar *véio* vai ficando largado até que não tem mermo mais ninguém mais morando. Não vou longe, bem aqui perto do Pé do Morro onde é a fazenda do Nego Nilo lá era um lugar de gente muita, muita. Hoje, existindo só o vaqueiro. Foi todo mundo embora. (Sra. ROSÁLIA, 2016, relato oral).

Pedro da Cruz (2016, relato oral) complementa: “o futuro aqui *tá* meio escondido, porque os *véiotãovéio* e os jovem não *fica* aqui. Porque aqui é muito bom, mas *pra* arrumar um serviço não tem”. Dessa forma há uma grande dificuldade da permanência dos jovens no local para dar continuidade.

A respeito do que pensam sobre o sertão, fazem referência à tranquilidade, paz, não sairiam da região por nada. Isso fica explícito na fala de um morador e poeta da região que define o Sertão como

Jardim do sossego, beleza e aconchego. Se acha de tudo. O sertanejo é rico e não sabe. Coitado![...] Sustentáculo da vida, tesouro que todos correm atrás. Não tem como avaliar porque não se tem conhecimento. Acham que estão isolados, mas não conhecem. Tesouro, vida, paz, beleza, bondade, tranquilidade. (Sr. JOAQUIM FALCÃO, 2013, relato oral).

Esse sentimento de que no sertão ao lugar em que se “acha de tudo”, “sustentáculo da vida”, mostra a territorialidade sertaneja impressa na paisagem e na vida de seus habitantes, está incorporado nas suas práticas sociais, no seu modo de vida. Onde a preocupação com o ambiente e com as futuras das próximas gerações é a base da permanência de sua tradicionalidade, embora, necessite dialogar com traços de modernidade, dinamizando por exemplo sua produção e alguns hábitos do dia a dia.

Para o Sr. Pedro (2014, relato oral), a Solta “é um lugar bom para se viver, gente é boa, calmo, água, fruta, peixe”. O Sr. José Bezerra da Cruz (2014, relato oral), um dos moradores mais antigos, considera “bom tudo, tem muita fruta, povo bom não tem inimigo”. Para a Sra. Joana (2014, relato oral), “é um lugar sadio, tranquilo, não tem bagunça”, já a Sra. Maria afirma: “Solta tem conforto, frutas, só saio daqui para o cemitério”.

Esse sentimento relatado pela moradora, onde afirma que só vai embora do povoado apenas para o cemitério, nos faz lembrar a ideia já tratada por Milton Santos (1998) de “pertencer àquilo que lhe pertence”, o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. A sua territorialidade se apresenta muito fortemente nas falas dos moradores, fato que demonstra o respeito ao território onde vivem e a intensa relação com o ambiente e com os elementos que ele apresenta, fundamentais para sua sobrevivência.

Essa necessidade de “diálogo” com o moderno se dá, como já dito anteriormente, porque nenhuma comunidade ou população tradicional por mais distante que esteja nunca estará totalmente isolada. Todos estão inseridos neste sistema maior, chamado capitalismo e até mesmo para continuar a sobreviver precisa se reinventar, busca novas alternativas para isso.

O importante se destacar é que nesta comunidade específica, apesar das mudanças, o que não continua é a essência, o contato direto com o ambiente, o respeito e o cuidado que têm por aquele que é responsável por sua existência e que promove os meios para a sua sobrevivência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância em estudar a dinâmica territorial de um grupo social, é interessante, pois permite tornar “visível” as populações que historicamente foram e ainda são esquecidas por habitarem em áreas distantes dos grandes centros urbanos. Nelas são encontradas características peculiares e que diante de uma análise mais aprofundada podem ser consideradas menos degradantes que as empregadas pela maior parte da população.

No caso do povoado Solta, sua territorialidade, o sentimento de pertencimento ao ambiente vivido é demonstrada através de suas representações, seus símbolos, sua relação intensa com os elementos naturais através de seus usos e pela preocupação com as gerações que estão por vir, são apenas algumas das características que demonstram sua diferente maneira de enxergar o mundo.

Os moradores demonstram uma forte capacidade de organização, que foi percebida pelo resgate histórico sobre suas reuniões, onde foram discutidas suas necessidades e elaborados planos para o futuro, resultando em 1990 na criação da Associação Bezerra de Moraes que teve como objetivo acessar aos direitos que todos os brasileiros têm, ou pelo menos deveriam ter, para alcance da sua cidadania. A partir da criação desta Associação algumas políticas públicas começaram a ser implantadas no território como Programa Luz para Todos, o PRONAF, O PPP-ECOS, dentre outras.

No caso da chegada de energia, segundo relato dos moradores, uma nova era se iniciou, dando novas perspectivas para uma melhor qualidade de vida à população local. Mudanças ocorreram, tais como: melhorias no processo de produção, visto que a comunidade que antes trabalhava apenas com o extrativismo, pôde também fazer o processamento desses frutos; acondicionamento de seus alimentos, promovendo uma maior durabilidade dos mesmos, além de acesso à informação, já que puderam fazer aquisição de aparelhos eletroeletrônicos como televisão e rádio.

A energia trouxe conforto e mais renda para as famílias da comunidade. Porém um outro, as mudanças também trouxeram algumas alterações na forma de vida da população onde se perdeu parte de seus hábitos comuns antes da chegada da energia como por exemplo a interação entre os moradores através de visitas aos vizinhos a noite para conversar e se divertir, hoje no referido horário preferem sentar-se à frente da televisão. Muitos moradores falam com saudade do tempo que permaneciam mais tempo juntos.

Outro aspecto negativo também foi responsabilidade agora de pagamento de uma conta de energia de alto valor financeiro, considerando sua renda que não é alta na mesma

proporção. Sem contar que assim como a maior parte da população, também são seduzidos diariamente pelos meios de comunicação pelas propagandas e comerciais, aumentando de certa maneira o consumo de produtos eletroeletrônicos.

Em relação às outras políticas públicas implantadas no povoado, os créditos pelo PRONAF foram utilizados para a produção de farinha e para a criação de gado bovino, atividade que anteriormente era bem mais desenvolvida pelos moradores, no entanto apenas dez conseguiram inicialmente. Com o passar do tempo, a maioria dos moradores passou a deixar tal atividade para se dedicar mais exclusivamente ao extrativismo e processamento dos frutos. Sendo que atualmente menos de 10% dos moradores ainda trabalha com gado e para tal atividade ainda faz uso desse financiamento.

Com o PPPECOS, o recurso chegou ao povoado para a contemplação da atividade extrativista como alternativa de produção do beneficiamento e comercialização dos frutos do Cerrado o que proporcionou a construção da estrutura para armazenamento da coleta de frutos que no início teve como produto principal a juçara.

Em 2006, foram contemplados com mais recurso do referido programa, desta vez para reestruturar a Associação a deixando em condições de mini fábrica de processamento de frutos com a compra de produtos para este fim. Esta atividade se tornou uma ferramenta necessária para contribuição na renda dos moradores. Além do que, o povoado passou a buscar mais ainda estratégias para a conservação do ambiente, assumindo a responsabilidade de protegê-lo.

Constatou-se que a população possui traços de sua tradicionalidade ainda muito fortes como, por exemplo: a preocupação ambiental e com o futuro das próximas gerações, suas práticas remetem ao uso sustentado do ecossistema cerrado, importância dada ao núcleo familiar, suas formas particulares de manejo com os recursos naturais, pautadas no respeito ao ambiente, suas atividades não visam diretamente o lucro, mas sim a qualidade de vida de sua população.

Práticas antigas comuns como mutirões, ocorrem frequentemente na forma de organização da população para realização de variadas tarefas, sejam elas produtivas como na extração de frutos do cerrado, como na construção de pontes, na organização de festas e festejos no povoado, demonstrando profundos laços de solidariedade e comunhão do grupo para alcance de seus objetivos em comum.

Sua cultura é demonstrada através da presença de elementos materiais e imateriais. Dos materiais, podemos destacar: a construção de suas casas, a produção de suas ferramentas e utensílios utilizados na sua produção e na sua vida cotidiana, modos de preparo

de alimentos, dentre outros. E em relação aos aspectos imateriais destacamos seu próprio modo de vida em que suas ações, seus anseios, crenças, perspectivas de vida e outros, demonstram um sentimento de pertença àquele território.

A população local enfrenta vários problemas antigos com a falta de infraestrutura, como por exemplo, a estrada vicinal que dá acesso ao povoado, como problemas mais recentes como a saída dos jovens ficando cada vez mais escassa a mão de obra para a execução das atividades laborais comuns na localidade.

Também se apresenta como resultado da aproximação com o “mundo moderno” a produção e acúmulo de lixo, oriundos do consumo de produtos industrializados. Assim também como o desmatamento para a produção de pasto fazendo para tal uso de produtos trazidos pela revolução no campo “Revolução Verde” com o auxílio de suas técnicas.

Além disso, o encerramento das atividades da empresa Fruta São, maior parceiro do povoado, tem causado preocupação entre os moradores, pois não sabem ainda como irão comercializar seus produtos, fato este que já causa alterações na dinâmica local. Porém já buscam outras possibilidades junto ao poder público na tentativa de comercialização da produção para a secretaria de educação do município de Carolina, estando ainda faltando para isso vistoria da vigilância sanitária às suas instalações para certificação necessária para este fim.

Sobre o futuro de Solta, difícil prever. O que se sabe é que inúmeros povoados com características em comum ao nosso campo empírico vêm desaparecendo tanto na região Sul maranhense, assim como em todo o país. O fato é que se percebe a dinamicidade dos seus moradores num processo de resistência para continuarem a sobreviver e manter seus laços culturais com o seu território. Porém lutar contra o “inimigo” do capitalismo não é tarefa fácil. E continuar resistindo, como ainda ocorre não se sabe até quando. Em que circunstâncias chegarão.

A todo o momento novas situações vão ocorrendo forçando o rendimento da população para implantação de novas técnicas, ou não sendo oferecidas à população local condições para a permanência no território, como o caso dos jovens que precisam sair para estudar e trabalhar, ou no caso de doença, não tendo onde tratar da saúde.

A sensação que se tem é que existe algo maior que pressiona a população de Solta insistentemente, buscando a todo custo “cortar as forças” para que a mesma fique sem alternativas, forçando para aquela área uma nova realidade diferente daquela que estão acostumados.

Assim sendo, este trabalho produziu conhecimento sobre a dinâmica da população tradicional Solta, frente aos desafios do mundo moderno. Procuramos mostrar como já apontam vários estudos que existe a possibilidade de viver assumindo outras posturas pautadas na valorização da sustentabilidade ambiental e social.

Para que isso prevaleça, é necessário que o estabelecimento de laços, parcerias com a iniciativa privada e poder público, e o que este, de fato efetive os direitos adquiridos por essas populações tradicionais e que seja dada a elas a oportunidade de continuar sobrevivendo contribuindo concomitantemente para mundo mais sustentável, pautado na responsabilidade ambiental e social, já que possuem uma visão diferenciada de mundo em relação a estes aspectos.

Além disso, se observou na realidade o que muitos pesquisadores do tema, preocupados com estes povos vêm analisando, que não há como dissociar estas comunidades do sistema capitalista imposto à nossa sociedade onde suas relações desarmônicas são marcadas pela homogeneização, pela contradição e pela insustentabilidade com pessoas e com o ambiente.

Dessa forma, apesar deste necessário contanto com o sistema predominante, o que não se perder nas populações tradicionais é a sua essência, sua preocupação ambiental e social. As transformações como vimos são inevitáveis e ocorrem até mesmo como forma de haver continuidade e manutenção da sobrevivência desses povos que não são estáticos.

Entendemos que políticas públicas baseadas no respeito à tradicionalidade, à territorialidade dessas populações podem contribuir muito para a construção de uma outra realidade em que todo este patrimônio cultural seja respeitado e sirva como uma alternativa para a sustentabilidade local, não apenas para elas mas para toda a humanidade, visto que em se tratando de conservação socioambiental os resultados dessa relação podem ser sentidos em escalas que ultrapassam o local.

Essas formas de convivência e interação com o ambiente devem ser mantidas, pois representam traços culturais da sociedade brasileira que muitas vezes são passados por despercebidas, ou não é atribuído a eles o seu real significado e merecido valor. Essas “outras formas de vida” são parte do patrimônio cultural brasileiro, e como tal deve ser respeitado.

E, principalmente, deve ser enxergado como uma alternativa para a sobrevivência da humanidade, visto que a forma como o sistema capitalista tem se imposto, a cada dia pior se torna a qualidade de vida das pessoas, principalmente aquelas tidas como “minorias” como a que apresentamos neste trabalho.

Dessa forma, o que se pode afirmar é que ao longo dos anos as atividades desenvolvidas em Solta foram determinantes para a manutenção do cerrado em pé. Em parceria com a empresa Fruta São, que por diversos motivos financeiros, em maio de 2016 encerrou suas atividades. Este fato inesperado pelos moradores que poderá causar alterações na dinâmica territorial do povoado, pois, segundo relatos as dificuldades já começam a aparecer, visto que a comercialização de frutos processados era feita para a referida empresa. Com isso os moradores ainda não sabem como conseguirão continuar comercializar seus produtos.

O que os moradores pretendem e já buscam há dois anos é a possibilidade de comercialização de seus produtos para a prefeitura para que esta repasse às secretarias de educação e saúde municipais. Porém, para que isso ocorra necessitam de uma inspeção da Vigilância Sanitária o que nunca ocorreu mesmo sendo realizada a solicitação por todo esse tempo.

A população local que necessita dessa renda está muito preocupada com o que vai ocorrer no futuro em relação à atividade de extrativismo e processamento dos frutos do cerrado, pois atualmente estão com o estoque da Associação cheio sem ter para quem vender sua produção.

A situação é de fato muito preocupante, com o desenvolvimento desta atividade ao longo dos anos acabou por contribuir muito com a manutenção e conservação do cerrado. E com a atual realidade, como sobreviverão essas pessoas? E o cerrado continuará de pé?

Essas indagações são pertinentes e talvez não possam ser respondidas ainda, porém o que infelizmente se percebe é que em áreas muito próximas da localidade o que tem ocorridos nos últimos anos é a venda desenfreada de terras para grandes empresas de soja e eucalipto causando intensa transformação da paisagem e com ela prejuízos incalculáveis ao ambiente natural e humano.

Entretanto, com as mudanças constantes não temos como prevê se a população conseguirá manter seus laços naturais e culturais com o ambiente ou se acabará se rendendo a toda a pressão externa capitalista que está à sua volta ou se em um futuro bem próximo poderá também vender suas terras ou a praticar as monoculturas estabelecidas em áreas adjacentes, ou quem sabe ainda desaparecerem daquela região por completo a exemplo de outras que já se extinguiram.

Por isso a necessidade de ampliação dos conhecimentos a cerca desta dinâmica socioespacial, contemplando o modo de vida desses povoados sertanejos do cerrado sul maranhense. Pretende-se contribuir para a valorização dessa territorialidade específica, além de obter subsídios necessários para apoiar as políticas de ordenamento territorial que estão em desenvolvimento nesta região e que estas tenham como foco o respeito às populações sertanejas que ocupam historicamente aquele território.

Nosso interesse é que assim como Solta, outras populações tradicionais tenham como se manter dando continuidade a essa visão de mundo baseada na sustentabilidade social e ambiental. E que as gerações futuras tenham como ainda conhecer e poder desfrutar dos benefícios deixados por essas populações para a sociedade brasileira. Elas exprimem através de seu modo de viver simples que há como o ser humano viver respeitando seu habitat mesmo assim tendo uma boa qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. P. **Os gaúchos descobrem o Brasil**: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa. São Luís: EdUFMA, 2008.

ANDRADE, C. S. **Energia elétrica e as populações tradicionais do Estado do Amazonas**: aprendizados a partir da experiência na Comunidade do Roque na Reserva Extrativista do Médio Juruá. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2010.

ARANTES, A. A. **Patrimônio cultural**. In: LIMA, A. C. S. Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro/ Brasília: Contra-capa, 2012.

ARRUDA, R. S. "**Populações 'Tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação**". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1. Curitiba, 1997. *Anais...* Curitiba, Brasil, 1997. v. 1, p. 262-276.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Investimento**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.html>>. Acesso em: 19 ju. 2014.

BARBOSA, A. S. "**O Cerrado está extinto e isso leva ao fim dos rios e dos reservatórios de água**". *Jornal Opção*, edição 2048, de 4 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-cerrado-esta-extinto-e-isso-leva-ao-fim-dos-rios-e-dos-reservatorios-de-agua-16970>>. Acesso em: 8 fev. 2015.

BEAUD, M. **Arte da tese: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário**; Tradução de Glória de Carvalho Lins. -5 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005., 176 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA). **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: MMA, 1999.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição Federativa do Brasil de 1988**, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais n^{os} 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n^{os} 1 a 6/94. Brasília, 2006. 448 p.

BRASIL. Decreto n^o **6040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/.../decreto/d6040.htm>. Acesso em: 19 jul. 2013.

BRASIL. Decreto n^o **7324**, de 08 de outubro de 2010, que assegurou a prorrogação do programa Luz para Todos. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2013.

BRASIL. Decreto n^o **7.520**, de 8 de julho de 2011. Programa nacional de universalização do acesso e uso da energia elétrica: manual de operacionalização para o período de 2011 a 2014. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 6. **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral**: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais. Brasília: MPF, 2014.

CABRAL, M. do S. C. **Caminhos do Gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: Sioge, 1992. 264 p.

CABRAL, M. do S. C. **Caminhos do Gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. 2 ed. São Luís: EdUFMA, 2008. 178p.

CAMPOS, N. J. de. Populações Tradicionais e formas de uso comum. In: ALVES, V. E. L. (Org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro Norte do Brasil**: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

CANDIDO, A. **Os parceiros do rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1964.

CANDITTO, L. Z. P. **Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. T. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

CASCUDO, L. C. **Redes de Dormir**: uma pesquisa etnográfica. Rio de Janeiro: Global, 2003.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. Revista Portuguesa de Educação, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

DESLANDES, S. F. **Pesquisa Social**: teoria e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DIEGUES, A. (Org.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo; Brasília: NUPAUB – USP, PROBIO – Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; CNPQ, 2000.

ESCOBAR, A. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?**. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. p.133-168. (Colección Sur, CLACSO).

FERNANDES, S. **Entraves para a inclusão de gênero no Pronaf Mulher no meio rural de Santa Catarina**. In Revista Grifos - N. 34/35 – 2013.

FERNANDES, B. M. **Entrando nos territórios do território**. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p 273-301. (Coleção Geografia em Movimento).

FUGIMOTO, S. K. **A universalização do serviço de energia elétrica**: acesso e uso contínuo. 2005. 289 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia)- Universidade de São Paulo, 2005.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **As duas “caras” do PRONAF**: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 18. Ribeirão Preto, SP, 2005. **Anais eletrônicos...** São Paulo: SOBER, 2005. p. 1-21. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/2/376.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2013.

GUERRA, A. J. T. **Geomorfologia ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GRUNEWALD, R. de A. Tradição. In: LIMA, A. C. S. **Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**. Rio de Janeiro: Contra-capla, 2012.

HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. T. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 87-120.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-17, jun., 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Projeto de diagnóstico socioeconômico-cultural-ambiental no Parque da Chapada das Mesas- MA**. Maranhão, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. Brasília, DF, 2007.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org.). **Território em movimento: cultural e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

MARQUES, A. R. **Saberes geográficos integrados aos estudos territoriais sob a ótica da implantação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, sertão de Carolina – MA**. 2012. 199f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista, 2012.

MARTINI, K. M.; DINIZ, P. D. F. O impacto do estado de direito socioambiental no princípio da dignidade. In: JORNADA LATINO-AMERICANA DE DIREITO E MEIO AMBIENTE, 1. Florianópolis/SC, 2012. **Anais...** Florianópolis, 2012. p. 238-253.

MARTINS, A. J., ALENCAR, J. R. e MENDONÇA, E. C. O crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a eficiência técnica agrícola brasileira: uma análise para o período de 1996 a 2003. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 19. Fortaleza, 2006. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006. p. 74.

MAXIMIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **R. RAÍE GA**, n. 8, p. 83-91, 2004.

PAULO NETTO, J. P. **Introdução ao método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, 64 p.

NOLETO, J. A. **A fábrica é dos mehin**: Desenvolvimento Sustentável e Povos Indígenas vistos a partir do caso da FrutaSã. 2009. 147f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, 2009.

PACHECO FILHO, A. K. P. **Varando mundos**: navegação no vale do rio. 2011. 266f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ, 2011.

PACKER, L. A. et al. **Biodiversidade como bem comum**: Direitos dos Agricultores, Agricultoras, Povos e Comunidades Tradicionais, 2012: .

PINTO, M. D. N. **Mandioca de farinha**: subsistência e tradição cultural. Belo Horizonte: Museu de Artes e Ofícios, 2013. Disponível em: <www.mao.org.br/fotos/pdf/biblioteca/pinto_01.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2013.

PLATA, L. E A. CONCEIÇÃO, A. V. **O agronegócio brasileiro**: análise das principais commodities. In: WORKSHOP DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, São Paulo: Centro Paulo Souza, 2012. Disponível em: <www.centropaulasouza.sp.gov.br/pos...de.../gestao-de-negocios.htm>. Acesso em 29 jan. 2013.

PORTANOVA, R. S. Impasses civilizatórios, pensamento latino-americano e o direito planetário. In: JORNADA LATINO-AMERICANA DE DIREITO E MEIO AMBIENTE, 1. Florianópolis/SC, 2012. **Anais...** Florianópolis, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (Org.). **Os cerrados vistos por seus povos**: o agroextrativismo no cerrado. Goiânia: Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado, 2008.

PRADO JÚNIOR, C. **Sentido da Colonização**. In: _____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, D. **Os Índios e a Civilização**. Petrópolis: Civilização Brasileira, 1977.

RIBEIRO, J. A. J. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão(1850-1888)**. São Luís: SIOGE, 1990.

RIBEIRO, D. **O povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

SABOURIN, E. Práticas de Reciprocidade e Economia de Dádiva em Comunidades Rurais do Nordeste Brasileiro. **Raízes**, ano 18, n. 20, p. 41-49, 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: técnica e Campo, Razão e Emoção.** 4.ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, J. M. **Cultura e Etnicidade dos povos indígenas: um Estudo de caso dos Tuxá de Rodelas Bahia.** 2008. 94f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade)- Universidade Federal da Bahia, 2008.

SANTOS, J. **Campesinato, cooperativismo e economia solidária: análise das cooperativas agroextrativistas na região sul do Maranhão.** 2012. 131f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional)- Universidade Estadual do Maranhão, 2012.

SAQUET, M. A. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana.** In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. T. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

_____. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, M. G. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e organização da Agricultura familiar no município de Espera Feliz- MG.** 2010. 127f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)- Universidade de Viçosa, MG, 2010.

SILVA, C. E. M. Territorialidades camponesas do cerrado - o saber gerado a partir do conhecimento local. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, p. 1-35, ago., 2012.

SILVA, L. A. L. Conservação da etnobioidiversidade à luz do ecologismo dos pobres: repartição equitativa de benefícios e práticas de comércio justo envolvendo povos amazônicos. In: JORNADA LATINO-AMERICANA DE DIREITO E MEIO AMBIENTE, 1., Florianópolis/SC, 2012. **Anais...** Florianópolis:Universidade Federal de Santa Catarina,2012. p. 272-291.

SILVA, S. P.; ALVES FILHO, E. Impactos Econômicos do Pronaf em Territórios Rurais: um Estudo para o Médio Jequitinhonha – MG. **REN- Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p. 481-498, jul./set., 2009.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez., 2006.

SOUZA, E. R. **Estudo das Práticas de Mutirão: transformações no conhecimento em comunidades tradicionais do Vale do Mearim, Estado do Maranhão.**2013. 186f.Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável)- Universidade Federal do Pará, 2013.

SOUZA, F. B. de. FERREIRA, R. S. A. SOUZA, V. S. M. de. Desenvolvimento socioeconômico e energia elétrica: uma análise na comunidade rural do município careiro da várzea no Estado do Amazonas. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 7., Rio de Janeiro, 2011. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal fluminense, 2011.

SPOSITO, E.S. **Sobre o conceito de território**: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. T. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M de. **Soberania Alimentar**. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 716-725.

VALLE, C. G. O. Identidade e Sujetividade. In: LIMA, A. C. S. (Coord.). **Antropologia e direito**: temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro/ Brasília: Contra-capas, 2012.

VELOSO, F. **Políticas públicas no município de Jaqueirópolis (SP)**: o PRONAF e o PAA. 2011. 249f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista, 2011.